



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Instituto de Saúde Coletiva
Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva



VIOLÊNCIA RELACIONADA AO TRABALHO: SIGNOS, SIGNIFICADOS E PRÁTICAS ENTRE TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Tese de Doutorado

ROBERVAL PASSOS DE OLIVEIRA

Salvador - Bahia
2008



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Instituto de Saúde Coletiva
Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva



ROBERVAL PASSOS DE OLIVEIRA

**VIOLÊNCIA RELACIONADA AO TRABALHO:
SIGNOS, SIGNIFICADOS E PRÁTICAS
ENTRE TRABALHADORES DA
CONSTRUÇÃO CIVIL**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Saúde Pública.

Orientadora: Mônica de Oliveira Nunes

Salvador - Bahia
2008

Ficha Catalográfica
Elaboração: Maria Creuza Silva CRB 5-996

O 482v Oliveira, Roberval Passos de.

Violência relacionada ao trabalho: signos, significados e práticas entre trabalhadores da construção civil / Roberval Passos de Oliveira. – Salvador, 2008.

131 p.

Tese (Doutorado em Saúde Pública). Instituto de Saúde Coletiva - ISC. Universidade Federal da Bahia - UFBA.

Área de concentração: Ciências Sociais em Saúde
Orientador (a): Profa. Dra. Mônica de Oliveira Nunes

1. Trabalho. 2. Violência. 3. Saúde do Trabalhador. 4. Pesquisa Qualitativa. 5. Construção Civil I. Autor. II. Título.

CDU 331

ROBERVAL PASSOS DE OLIVEIRA

**VIOLÊNCIA RELACIONADA AO
TRABALHO: SIGNOS, SIGNIFICADOS E
PRÁTICAS ENTRE TRABALHADORES DA
CONSTRUÇÃO CIVIL**

Tese de Doutorado aprovada em Salvador, 31 de julho de 2008

Banca Examinadora:

Profª. Dra. Mônica de Oliveira Nunes (Orientadora)

Profª. Dra. Elizabeth Costa Dias

Prof. Dr. Carlos Minayo Gómez

Profª. Dra. Mônica Angelim Gomes de Lima

Prof. Dr. Jairnilson Silva Paim

*Usufruir do bem, do bom e do melhor seja comum
pra qualquer um, seja quem for.*

Gilberto Gil e Dominginhos

Dedico este trabalho a:

Heitor, filho gostoso;

Fabiola, mulher da minha vida;

Yêda e Jaime, mãe zelosa, pai coruja.

AGRADECIMENTOS

A Fabíola, que, desde o instante em que nos conhecemos, vem construindo comigo uma história de trabalho, conquistas e momentos felizes, como foi o nascimento, durante o doutorado, de nosso filho: Heitor. A Yêda e Jaime, pela educação e o amor que me deram, sem os quais não conseguiria ter chegado até aqui. A Eny e Cristiano, pelo incentivo e infra-estrutura disponibilizada.

A Mônica Nunes, amiga e orientadora, que, com maestria, tranqüilidade e cuidado, guiou meus passos no processo de construção da Tese. A Maurice, pela ajuda com o *abstract* e por suas tiradas irônicas, inteligentes e sempre bem humoradas.

A Vilma Santana, que, além de ter me acolhido em seu grupo de pesquisa (Programa Integrado de Saúde Ambiental e do Trabalhador - PISAT), onde me iniciei no mundo da pesquisa acadêmica, tornou-se uma pessoa importante na construção de minha carreira acadêmica, sempre acreditando e apostando em mim.

Aos companheiros do PISAT, pelo convívio de amizade e aprendizagem, incentivando-me, em todos os momentos, e partilhando suas experiências e conhecimentos. Aos amigos: Martha, pela sua presença benfazeja, seu jeito calmo, sua disponibilidade e eficiência; Sílvia, pela ajuda nas transcrições das fitas; Solange, pelos bons momentos partilhados no CEDIST; Bouzas, pelos momentos de entretenimento com episódios de *Entreprise*, Jornada nas Estrelas e 24h; Shirlei, Gustavo e Alane, velhos parceiros.

Aos professores do Instituto de Saúde Coletiva - ISC, pelas contribuições valorosas dadas durante a realização das disciplinas, em especial a Carlos Caroso e Ceci Noronha, companheira de Tirocínio Docente. A Jairnilson Paim, referência mor do ISC, que contribuiu sobremaneira para o aperfeiçoamento da Tese. A Jorge Iriart, coordenador sensível às dificuldades discentes, amigo atencioso.

A Creuza, Dario e Bia, pelo auxílio na lida diária com os livros na biblioteca. A Nunce e Taís, pela consideração, carinho e cuidado. A Clinger e Moisés, os "grandes homens" da informática. A todos os funcionários do ISC, pela disponibilidade e atenção.

Aos colegas de Doutorado do ISC, especialmente a Jeane, "amiga iluminada", Djanilson, Luís Augusto, Júlio e Estélio, pela partilha de conhecimento, alegrias e aflições vivenciadas durante o curso. A Magno, Mariana e Naianni, pelas transcrições das fitas.

À Coordenação Central de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, pela bolsa auxílio, essencial para a realização deste trabalho.

A Elizabeth Dias, que, com suas ponderações e comentários, durante o Exame de Qualificação, descortinou possibilidades, apontou direções e iluminou caminhos cujos resultados se mostraram extremamente valiosos.

A Paulo Pena e Lígia Rangel, que, desde o Curso de Especialização em Saúde do Trabalhador, têm sido pessoas marcantes no meu processo de inserção na Saúde do Trabalhador, contribuindo de forma decisiva para minha formação acadêmica.

Ao Mestre Ordep Serra, por suas provocações, críticas e sugestões que, de início, quase "me tiraram do sério", mas que se mostraram muito pertinentes e produtivas. O Reino da Dinamarca lhe será eternamente grato!

A Letícia Nobre que, sempre disponível e simpática, fosse na Fundacentro ou no CESAT, tornou-se uma referência importante para mim como autora e como pessoa. A Mônica Angelim, que, com seu "jeito intenso de ser", soube ser compreensiva, solidária e sensível. Aos companheiros do CESAT, *Casa da Saúde do Trabalhador na Bahia*, onde sempre encontrei acolhimento e colaboração para minhas pesquisas e projetos.

A Luiz Pereira Lima (Lula), diretor da 4ª Dires, por seu apoio no período de finalização da Tese. A Ana Lúcia, pela amizade, cumplicidade e "identidade tricolor". Aos colegas de trabalho, pelos votos de sucesso.

Aos companheiros do SINTRACOM, Florisvaldo, Galego, Mesquita, Manuel, André, Pedro Paulo, Amilton, Belon, Mery Bahia, pelo apoio dado ao estudo. Em especial, a Gessi, que, com sua disponibilidade e criatividade mudou os rumos de minha pesquisa.

Aos trabalhadores da construção civil com quem dialoguei, pela generosidade e gentileza com que relataram suas vivências relacionadas ao trabalho, as quais ilustram e dão sentido a esta Tese de Doutorado.

RESUMO

A violência, em suas diversas especificidades, configura-se como uma importante questão para diversas áreas de conhecimento e práticas de intervenção social. Em especial, no âmbito do trabalho, o aumento de situações de violência vem se constituindo um importante problema de Saúde Pública, que impacta na saúde, dignidade e qualidade de vida dos trabalhadores. Diante desse cenário, a presente Tese de Doutorado tem como objetivo geral compreender signos, significados e práticas associados à violência relacionada ao trabalho entre trabalhadores da construção civil. Buscou-se problematizar o fenômeno da violência, referenciando-o ao setor saúde e discutindo suas interfaces com o conceito de poder. A partir dessa discussão, aborda-se a faceta da violência concernente ao trabalho, culminando com a elaboração do conceito de *violência relacionada ao trabalho*, mediante o qual se buscou abarcar a diversidade e a complexidade da relação entre trabalho e violência, além de criar uma definição suficientemente abrangente para incorporar a riqueza das discussões acumuladas no campo, sem perder a possibilidade de ser operativo. Realizou-se, também, uma discussão teórico-metodológica acerca dos caminhos trilhados na implementação do projeto de Tese, o qual foi inspirado no modelo metodológico dos *Sistemas de signos, significados e práticas – S/ssp*, que propõe partir do relato de comportamentos concretos de indivíduos para identificar suas lógicas conceituais subjacentes. Assim, foram descritas as peculiares do contexto abordado, as dificuldades encontradas e as estratégias criadas para superar os obstáculos. Essa discussão contribui para o desenvolvimento da Saúde do Trabalhador à medida que agrega uma reflexão metodológica crítica, a partir de uma experiência concreta, delineando modos particulares de engajamento com seu objeto de estudo: a relação trabalho-saúde. Por fim, são apresentados os resultados da análise dos dados empíricos produzidos na implementação do projeto de Tese, sendo debatidos os signos e significados usados no cotidiano por trabalhadores da construção civil e as práticas constituídas a respeito da violência relacionada ao trabalho. Foram realizadas entrevistas com 16 trabalhadores com diferentes contratos de trabalho. A análise dos discursos foi orientada por uma proposta hermenêutica de leitura etnocrítica, que busca trazer as contribuições da semiologia para a leitura de dados etnográficos. Os resultados apontam os signos *desrespeito, deslealdade, discriminação e intolerância* como associados à violência relacionada ao trabalho na construção civil, revelando que os trabalhadores da construção civil vivenciam desde “velhas violências”, a exemplo dos acidentes de trabalho, a “novas violências”, de cunho psicológico e simbólico, que tomam corpo a partir de situações de humilhação e privação de direitos. Coloca-se como desafio para a Saúde do Trabalhador viabilizar alternativas de humanização do trabalho mediante saberes e práticas desenvolvidos pelos trabalhadores.

Palavras-chave: violência relacionada ao trabalho, saúde do trabalhador, metodologia qualitativa, sistema de signos significados e práticas, construção civil.

ABSTRACT

Violence, in its various dimensions, represents an important issue for several knowledge areas and social intervention practices. The increase of violence situations in the work environment is becoming an important public health problem, since it compromises workers' health, dignity and quality of life. In this context, the present doctorate thesis aims at understanding signs, meanings and practices connected to work-related violence among construction workers. We have tried to look at the violence phenomenon, making reference to health sector, and its interfaces with the concept of power. Starting from this discussion, we argue about the violence work-related aspect and propose the concept of *work-related violence*, in order to build a definition capable of embracing the diversity and complexity of the relationship between work and violence, as well as proving sufficiently comprehensive to incorporate the wealth of cumulate discussions in the field, without losing the possibility to be operative. We also present a theoretical-methodological discussion, based on the steps taken during the implementation of our thesis project, inspired by the *System of signs, meanings and practices* methodological model, which suggests to start from the narration of individual concrete behaviour to identify its underlying conceptual logic. Thus, we describe the particularities of the studied context, the difficulties we came across and the strategies we created to overcome those obstacles. This discussion can contribute to the development of the Workers' Health because, starting from a concrete experience, it condenses a critical methodological reflection, which delineates particular ways of engagement with its object of study: the work-health relationship. Finally, we present the analysis of the empirical data gathered during the implementation of this thesis project. We examine the signs and meanings used daily by construction workers, as well as the established practices around work-related violence. Sixteen workers, with different work contracts, were interviewed. Discourse analysis was oriented by an ethno-critical hermeneutical approach, which seeks to bring the contributions of semiology to the reading of ethnographical data. The results point to the signs *disrespect*, *disloyalty*, *discrimination* and *intolerance* as connected to work-related violence in the construction industry, revealing that construction workers experience various types of violence, ranging from "old violence", like work accidents, to "new violence", associated with symbolic and psychological meanings embodied through humiliating situations and privations of rights. We see it as our challenge, within the of Workers' Health, to make possible a humanization of work through knowledge and practices developed by the workers themselves.

Key words: work-related violence, workers' health, qualitative methodology, system of signs meanings and practices, construction industry.

SUMÁRIO

Apresentação	12
Capítulo I	
O Fenômeno da Violência	17
Capítulo II	
Violência e Trabalho	36
Capítulo III	
A Indústria da Construção	55
Capítulo IV	
Considerações Teórico-metodológicas	68
Sistema de signos, significados e práticas - S/ssp	69
Relato da experiência metodológica	77
Capítulo V	
Resultados e Discussão	88
Os sujeitos da pesquisa	88
As faces da violência na construção civil	97
Capítulo VI	
Considerações Finais	113
Referências Bibliográficas	120

ANEXOS

APRESENTAÇÃO

A presente Tese de Doutorado tem suas raízes no ano de 2000, quando passei a integrar a equipe do Programa Integrado de Saúde Ambiental e do Trabalhador – PISAT, do Instituto de Saúde Coletiva – ISC, da Universidade Federal da Bahia – UFBA, como bolsista de Apoio Técnico do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, vinculado ao Projeto “Acidentes ocupacionais no setor informal da economia: magnitude, características e seu impacto sobre a família do trabalhador”.

Composto por um componente epidemiológico – inquérito de base comunitária, realizado com 2615 famílias residentes, em 29 áreas, aleatoriamente selecionadas, da área urbana da cidade de Salvador – e um componente etnográfico – desenvolvido com 40 famílias de pessoas que haviam sofrido acidentes de trabalho, identificadas no estudo epidemiológico –, esse projeto marcou meu primeiro encontro com os trabalhadores da construção civil. Em função dos altos índices de acidente de trabalho e informalidade, encontrados no banco de dados do componente epidemiológico da pesquisa, os trabalhadores da construção civil e as empregadas domésticas foram selecionados como população de estudo do estudo etnográfico, cujo objetivo era produzir conhecimento sobre o trabalhador informal acidentado e sua relação subjetiva com o trabalho.

A partir dessa experiência, decidi orientar meus estudos para a compreensão das representações do trabalho e dos acidentes de trabalho entre trabalhadores informais da construção civil. Eu entendia que um grupo com contingente tão significativo no país, que se encontrava exposto a uma grande variedade de riscos à saúde, apresentava altos índices de acidentes de trabalho, além de ter em sua composição uma presença majoritária de trabalhadores informais, precisava ser ouvido, pois, ao privilegiar a visão

do trabalhador a respeito do trabalho e dos acidentes de trabalho, seria possível produzir conhecimentos que fundamentem ações preventivas, relacionadas às situações de risco, que fossem culturalmente apropriadas.

Com esse objetivo, em 2001, durante minha participação no II Curso de Especialização em Saúde do Trabalhador – CEST, organizado em uma parceria do ISC/UFBA com o Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador – CESAT da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia – SESAB, elaborei um projeto de pesquisa, recorte do projeto desenvolvido no PISAT, intitulado “A representação do trabalho e dos riscos ocupacionais para trabalhadores informais acidentados da construção civil”. Com esse projeto, submeti-me à seleção do mestrado do ISC/UFBA, em 2002, e fui aprovado, passando a ser bolsista da Coordenação Central de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Na dissertação de mestrado, investiguei a relação do trabalhador informal da construção civil com diversas dimensões do seu trabalho: o trabalho em si; as relações de trabalho; as condições de trabalho; a organização do trabalho; a relação com os superiores hierárquicos; a relação com os colegas; os riscos à saúde; os acidentes de trabalho. Um dos principais resultados da dissertação foi a apreensão de que os trabalhadores desse ramo de atividade vivenciavam situações, como o cerceamento de direitos, as quais podiam ser caracterizadas como violências.

Ao ingressar no doutorado, em 2004, ainda como bolsista da CAPES, entendi que deveria dar continuidade aos estudos desenvolvidos acerca da realidade de trabalho e saúde na construção civil. Nesse sentido, construí o problema de pesquisa a partir dos resultados gerados pela dissertação, que apontavam para a importância da realização de pesquisas que aprofundassem a investigação sobre as violências relacionadas ao trabalho no ramo da construção civil.

Concomitantemente ao doutorado, desenvolvi atividades relacionadas ao ensino superior, como professor, orientador de monografias de especialização, tutor em curso de especialização à distância, assim como apresentei trabalhos em congressos, publiquei artigos e capítulos de livros acerca do trabalho na construção civil. Ademais, participei do Comitê de Ética em Pesquisa do ISC/UFBA e do Conselho Regional de Psicologia 3ª Região BA/SE, na qualidade de conselheiro.

Em junho de 2007, ingressei na SESAB, como sanitarista da área de Saúde do Trabalhador, tendo sido lotado na 4ª Diretoria Regional de Saúde – DIRES, na cidade de Santo Antônio de Jesus. Se por um lado, essa inserção profissional significou menos tempo disponível para me dedicar ao doutorado; por outro, proporcionou uma nova e enriquecedora experiência na área de Saúde do Trabalhador.

No momento atual, após alcançar aprovação em concurso público para docente do magistério superior da área de conhecimento “Psicologia, Organizações e Trabalho”, do curso de Psicologia, do Centro de Ciências da Saúde – CCS, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, sinto-me motivado a encarar o desafio de me tornar professor universitário, instigado pela possibilidade de compartilhar saberes e práticas com a comunidade acadêmica.

Retomando a explanação acerca Curso de Doutorado, pretendi estudar, na Tese, as facetas da violência concernentes ao trabalho, que, não considerado, *a priori*, como possível locus de violência e exclusão, passa a conviver com tais fenômenos, seja pelo viés da criminalidade, seja nas diversas formas de conflitos nas relações de trabalho, impactando na saúde, dignidade e qualidade de vida dos trabalhadores (Campos, 2004).

Assim, dando continuidade aos estudos acerca da realidade de trabalho e saúde na construção civil, e partindo da premissa metodológica da Saúde do Trabalhador, que considera essencial a interlocução com os próprios trabalhadores, depositários de um saber emanado da experiência (Minayo Gomez; Thedim Costa, 1997), foram pesquisadas as violências relacionadas ao trabalho, ocorrentes nesse ramo de atividade econômica, a partir da perspectiva dos trabalhadores. O desenvolvimento de estudos, que privilegiem a visão do trabalhador a respeito da violência e as formas de resistência utilizadas frente a essa, possibilitará a produção de conhecimentos que fundamentem a formulação de políticas de combate à violência e promoção da cidadania, culturalmente apropriadas.

O problema de pesquisa investigado se encontra no escopo dos estudos em Saúde Coletiva, entendida como campo científico e âmbito de práticas (Paim; Almeida Filho, 2000), haja vista que “... *tudo que significa agravo às condições de vida, de trabalho, de relações interpessoais, e toda superação de tais situações dizem respeito ao campo da Saúde Coletiva*” (Minayo 1997, p. 252). Além disso, mostra-se relevante, porquanto possa revelar situações de afronta à cidadania e indicar propostas de ação que dignifiquem o lugar ocupado pelo sujeito trabalhador.

Nessa perspectiva, a presente Tese de Doutorado, tomando como população de estudo ‘trabalhadores da construção civil’, tem como objetivo geral compreender signos, significados e práticas associados à violência relacionada ao trabalho entre trabalhadores da construção civil. Para alcançar esse objetivo, buscou-se: reconstituir a história laboral desses trabalhadores; identificar as estratégias utilizadas na busca de uma inserção laboral; descrever as formas de resistência dos trabalhadores diante da violência relacionada ao trabalho.

No primeiro capítulo da Tese é problematizado o fenômeno da violência, referenciando-o ao setor saúde e discutindo suas interfaces com o conceito de poder. O Capítulo II traz um debate acerca das relações entre trabalho e violência, culminando com a elaboração do conceito de *violência relacionada ao trabalho*, mediante o qual se buscou abarcar a diversidade e a complexidade da relação entre trabalho e violência, além de criar uma definição suficientemente abrangente para incorporar a riqueza das discussões acumuladas na área, sem perder a possibilidade de ser operativo.

Aborda-se a Indústria da Construção Civil no Capítulo III, apresentando uma caracterização desse ramo de atividade econômica e descrevendo os aspectos mais marcantes do subsetor de Edificações. Já o Capítulo IV é dedicado às questões metodológicas, destacando o referencial teórico-metodológico, inspirado no modelo metodológico do *Sistema de signos, significados e práticas – S/ssp*, e considerações acerca da população estudada, do desenho de estudo e das técnicas de coleta e análise de dados utilizados.

O Capítulo V é dedicado à apresentação dos resultados da pesquisa, trazendo o perfil dos sujeitos que compuseram a população de estudo e as diversas faces da violência concernentes ao trabalho no ramo da construção civil, de acordo com a visão dos trabalhadores. Finalmente, no Capítulo VI, são tecidas considerações finais acerca do estudo realizado, enfocando potencialidades e limites da metodologia adotada, e apontando desafios para os profissionais atuantes na Saúde do Trabalhador no sentido de lidar com as questões relativas à violência relacionada ao trabalho.

Capítulo I

O Fenômeno da Violência

A violência se configura, nos dias atuais, como uma importante questão para diversas áreas de conhecimento e práticas de intervenção social. Boghossian (1999) destaca, principalmente, o campo da Saúde Pública, ao qual esse problema se impõe como expressiva causa de mortalidade e morbidade nas grandes cidades brasileiras.

Essa idéia é corroborada por Minayo (2004, p. 646), na medida em que identifica a violência, prioritariamente, como uma questão social, mas argumenta ser esse um tema também circunscrito ao setor saúde:

(1) pelo impacto que provoca na qualidade de vida; pelas lesões físicas, psíquicas e morais que acarreta e pelas exigências de atenção e cuidados dos serviços médico-hospitalares; também, (2) pela concepção ampliada de saúde, a violência é objeto da intersectorialidade, na qual o campo médico-social se integra.

Fenômeno polissêmico e multicausal, a violência apresenta inúmeras modalidades e níveis, o que dificulta a elaboração de uma única definição que abarque o fenômeno como um todo. Resultante de múltiplas determinações, esse fenômeno se articula com processos sociais, que se assentam em uma estrutura social desigual e injusta (Macedo *et al.*, 2001). Sua abordagem teórico-metodológica envolve saberes e práticas de várias áreas, demandando estudos multifocais, transdisciplinares e intersectoriais.

O caráter múltiplo e mutante da violência faz com que designe, de acordo com épocas, locais e circunstâncias, realidades bastante diferentes (Minayo, 2003), a exemplo de

genocídios, guerras, segregações, agressões físicas, assim como algumas formas de negligência, o ostracismo e o assédio moral (Campos, 2004). Na caracterização de uma violência, como afirma Campos (2004), estão em jogo o contexto em que o evento ocorre e o julgamento do observador. Esse autor traz a noção de violência como um dolo, isto é, um acontecimento danoso, porém, evitável, desnecessário, injusto e/ou ilegítimo. Por conseguinte, para ser considerado uma violência, o evento não pode ser uma fatalidade, nem deve haver justificativa ou legitimação forte para ele, o que enceta o aspecto de construto sócio-histórico desse fenômeno.

Essa argumentação é congruente com a opinião de Costa (1986), o qual afirma que não existe um “instinto de violência”, isto é, não existe violência sem desejo de destruição, comandando a ação agressiva. Ele coloca que o desejo pode ser voluntário, racional e consciente, ou pode ser inconsciente, involuntário e irracional, o que não altera a qualidade especificamente humana da violência, haja vista que o animal não deseja, o animal necessita. Esse autor refere ainda que a violência, quando equiparada a um impulso instintivo, termina por ser trivializada, banalizada, o que facilita e até justifica a sua perpetuação.

Resignada à idéia, inculcada pela repetição do jargão de que somos “instintivamente violentos”, o homem curva-se ao destino e acaba por admitir a existência da violência, como admite a certeza da morte. A virulência deste hábito mental é tão daninha e potente que, quem quer que se insurja contra este preconceito, arrisca-se a ser estigmatizado de “idealista”, “otimista ingênuo” ou “bobo alegre”. (Costa, 1986, p. 34)

A violência sempre se fez presente, em suas várias faces, na história do homem (Odália, 1991; Minayo, 1994; 2003). Diferentemente de tempos passados, quando os hominídeos

praticavam atos violentos como uma forma de defesa para a sobrevivência, hoje a violência se recobre de formas sutis (Odália, 1991). Desse modo, a violência perde sua forma natural de defesa frente a um universo hostil, para ser uma decorrência da maneira pela qual o homem passa a organizar sua vida em comum com outros homens.

Diante do quadro de intensas mudanças que ora se processam no âmbito mundial, Wieviorka (1997) afirma ser pertinente que se fale em um novo paradigma de violência, pois tanto a realidade histórica como a representação coletiva da violência contemporânea parecem indicar uma nova forma de estruturação desse fenômeno social. Esse autor coloca que, na chamada Pós-modernidade, vêm ocorrendo uma série de renovações nos significados, percepções e representações da violência, que assume um caráter “infrapolítico”. A violência social, outrora alimentada pela luta operária contra a exploração capitalista, que se vinculava a projetos revolucionários de tomada do poder do Estado, parece se caracterizar agora pelo repúdio à exclusão social que se materializa nas altas taxas de desemprego e na “exclusão do consumo”.

Dentre os muitos fatores abordados por Wieviorka (1997), como envolvidos no complexo espaço teórico da violência, cabe destacar um que se pode considerar emblemático do atual momento histórico: o processo de globalização da economia. Esse fenômeno que, por sua magnitude, invade dimensões políticas, sociais e culturais, ao mesmo tempo em que dissemina uma cultura cosmopolita, estimula os processos de auto-afirmação das culturas locais através de questões raciais e religiosas. Dessa forma, a mundialização da economia, com suas conseqüentes fragmentações socioculturais, contribui para uma mundialização da violência.

Consoante esse autor, o indivíduo, frente ao *glamour* da modernidade, anseia por participar dessa “grande festa”, consumindo. Por outro lado, deseja ser reconhecido

como sujeito, produzindo-se a si próprio, e não apenas reproduzindo um modelo ou um padrão predeterminado. Contudo, esse se percebe excluído, impossibilitado de manifestar sua subjetividade e tornar-se sujeito, pois existe um hiato entre suas demandas subjetivas e a oferta política, econômica, institucional ou simbólica. A violência parece surgir então como um rebelar-se diante da injustiça vivida, do conflito diante da incapacidade de se compreender e de compreender o que o cerca. Assim, o novo paradigma traz como característica mais marcante e surpreendente da violência, o fato dessa ser ao mesmo tempo globalizada e localizada, geral e molecular, mundializada e fragmentada.

Geertz (2001) fala, também, sobre a emergência de um novo padrão de relações entre os povos do mundo, cuja feição ainda é vaga e irregular, feita de retalhos e ameaçadoramente indeterminada. Esse autor argumenta que ocorreu um “esgarçamento generalizado do mundo”, e, para apreender o geral, seria necessário acessá-lo caso a caso, através de exemplos, diferenças, variações, particularidades. “*Num mundo estilhaçado, devemos examinar os estilhaços*” (Geertz, 2001, p. 193).

Ainda conforme Geertz (2001, p. 196):

Precisamos é de modos de pensar que sejam receptivos às particularidades, às individualidades, às estranhezas, descontinuidades, contrastes e singularidades, receptivos ao que Charles Taylor chamou de "diversidade profunda", uma pluralidade de maneiras de fazer e de ser, e que possam extrair deles – delas – um sentido de vinculação, de uma vinculação que não é abrangente nem uniforme, primordial nem imutável, mas que, apesar disso, é real.

Esse tipo de postura se mostra extremamente pertinente para estudar um fenômeno tão complexo, dinâmico e multifacetado como a violência. Nesse sentido, Costa (1986) argumenta que se faz necessário a utilização de definições operacionais, circunstanciais de violência, baseadas em casos específicos e em situações particulares.

No setor saúde, a violência tem sido estudada sob a categoria de “causas externas” (OMS, 2000) de morbidade e mortalidade da Classificação Internacional das Doenças e Problemas Relacionados à Saúde – CID da Organização Mundial de Saúde – OMS. Tal classe agrega ocorrências causadoras de lesões, envenenamentos e outros efeitos adversos, incluindo os agravos relacionados ao trabalho.

Segundo Minayo (1994; 1997), essa categoria é muito limitada para o estudo da violência, pois sua operacionalização se faz apenas através dos efeitos que se apresentam sobre as pessoas. Além disso, abarca uma amplitude excessiva de eventos e processos, não possibilitando uma classificação precisa do fenômeno da violência. Essas limitações são endossadas por Ristum (2001), que acrescenta o fato desse enfoque deixar de lado situações violentas cujas conseqüências não levam a atendimento médico ou policial. A autora cita como exemplo o caso de violências cujos efeitos são psicológicos e somente se evidenciam em longo prazo.

Apesar das limitações, os estudos orientados pela perspectiva das “causas externas” têm sido de grande utilidade para a Saúde Pública e para a Saúde do Trabalhador, uma vez que produzem cada vez mais conhecimento acerca da violência e de sua trajetória no país e no mundo, constituindo uma base sobre a qual se apóiam reflexões, interpretações e proposições de estratégias antiviolência (Ristum, 2001; Campos, 2003).

Com o objetivo de realizar uma reflexão científica acerca do tema, não o reduzindo ao mundo da delinqüência e indo além do enfoque das “causas externas”, Minayo (1994) apresenta uma tipologia de distintas formas de violência em que distingue: a *violência estrutural* expressa nas desigualdades sociais, que excluem indivíduos do acesso a conquistas da sociedade, como condições básicas de saúde, educação, habitação e emprego – bens essenciais à vida; a *violência de resistência* que abrange as diferentes formas de resposta à violência estrutural por parte dos grupos, classes e indivíduos oprimidos; e a *violência da delinqüência* referente aos atos socialmente identificados como criminosos, isto é, como fora da lei reconhecida em uma dada sociedade. Essa última representação é a mais comumente identificada com o termo “violência” nas sociedades modernas. Tal dominância oculta muitas outras formas insidiosas de violência como a opressão dos poderosos sobre os fracos (Minayo, 1997).

As diferentes formas de violência – *estrutural, de resistência, da delinqüência* – articuladas, conforme Agudelo (1997), imobilizam pelo terror e emudecem pela força. Segundo esse autor, sua ação vem deteriorar ainda mais os Estados já combalidos pela corrupção, por falhas históricas e pela sobrecarga dos recortes neoliberais. A idéia de cidadania, tão vinculada a esses Estados e a seus aparelhos de justiça, não contempla os excluídos e, portanto, vê-se minada em seus postulados básicos: a igualdade, a mediação do Estado e a própria liberdade.

No Brasil, o Ministério da Saúde, reconhecendo a magnitude do problema dos acidentes e violências para a Saúde Pública, elaborou a Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violência (Brasil, 2000), como orientador da atuação do setor saúde nesse contexto. O documento estabelece diretrizes para o setor saúde, assumindo violência como: “... *evento representado por ações realizadas por*

indivíduos, grupos, classes ou nações que ocasionam danos físicos, emocionais, morais e/ou espirituais a si próprio ou a outros – por exemplo: agressão física, abuso sexual, violência psicológica, violência institucional” (Brasil, 2000, p. 427). Entende-se que essa definição de violência é mais abrangente e, conseqüentemente, mais pertinente do que a apresentada por Bobbio, Matteucci e Pasquino (2000), a qual restringe violência apenas a intervenções físicas voluntárias.

Contudo, Minayo (2005) coloca que a definição de violência da Política Nacional não menciona, explicitamente, a negligência e a omissão de cuidados, de socorro e de solidariedade, como formas de violência. De acordo com a autora, a inclusão desses comportamentos no âmbito dos atos violentos é um importante passo para desnaturalizar situações responsáveis pela perenidade de hábitos e crueldades que mortificam os outros ou diminuem suas possibilidades de crescer e se desenvolver.

Dois pontos importantes acerca do caráter ambivalente da violência são trazidos por Noronha (2000). A autora discute que nem toda violência é percebida socialmente como crime, pois, para que isso ocorra, depende das pessoas envolvidas perceberem a situação como uma das condições inscritas em códigos formais, e, também, do aparato policial e jurídico instaurar inquéritos. Além disso, a autora chama a atenção para as diferenças entre agressão e violência, visto que pode haver agressão em situações como gozações ou brincadeiras, sem que exista a caracterização do uso de violência.

Sobre esse debate, Odália (1991) chama a atenção para o fato de que a violência não traz em si uma “etiqueta de identificação”. Na vida social do homem, a prática violenta só é parcialmente desvelada, sendo manipulada como uma prática de dominação entre desiguais.

Nem sempre a violência se apresenta como um ato, como uma relação, como um fato, que possuam uma estrutura facilmente identificável. O contrário, talvez, fosse mais próximo da realidade. Ou seja, o ato violento se insinua, freqüentemente, como um ato natural, cuja essência passa despercebida. Perceber um ato como violência demanda do homem um esforço para superar sua aparência de ato rotineiro, natural e como que inscrito na ordem das coisas (Odália, 1991, p. 22-23).

Nesse sentido, Odália (1991) coloca que a desigualdade entre os homens, permitindo que alguns usufruam os benefícios oriundos do desenvolvimento social e outros vejam essas conquistas lhes serem negadas, é uma violência. Assim, esse autor propõe considerar a violência como uma forma de privação. Ele afirma que tirar, destituir, despojar, desapossar alguém de seus direitos como pessoas e como cidadãos caracterizaria um ato de violência, impedindo os seres humanos de se realizarem enquanto tais. Essa idéia permite “*descobrir a violência onde ela estiver, por mais camuflada que esteja sob montanhas de preconceitos, de costumes ou tradições, de leis e legalismos*” (Odália, 1991, p. 86).

Chauí (1998) corrobora esse autor, quando, ao apresentar a etimologia palavra ‘violência’, remetendo-se ao latim *vis*, força, coloca que essa significa: desnaturar, agir usando a força para ir contra a natureza de outrem; constranger, agir contra a vontade e a liberdade de outrem; violar, transgredir coisas e ações que alguém ou uma sociedade define como justas e como um direito; um ato de abuso físico e/ou psíquico contra alguém, caracterizando relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão, intimidação, pelo medo e pelo terror. A autora continua, definindo violência como:

... toda prática e toda idéia que reduza um sujeito à condição de coisa, que viole interior e exteriormente o ser de alguém, que perpetue relações sociais de profunda

desigualdade econômica, social e cultural. Mais do que isto, a sociedade não percebe que as próprias explicações oferecidas são violentas porque está cega ao lugar efetivo de produção da violência, isto é, a estrutura da sociedade brasileira. (Chauí, 1998, p. 4)

Assim, essa autora discute que, na sociedade brasileira, percebida como não-violenta, situações como “exclusões” econômicas, políticas e sociais, o racismo e o sexismo não são consideradas formas de violência. Isto ocorre, porque procedimentos ideológicos fazem com que a violência que estrutura e organiza as relações sociais brasileiras não possa ser percebida, sendo naturalizada. Conforme Chauí (1998), essas ideologias, que mantêm a matriz mítica da não-violência, encontram no autoritarismo social a base material para se constituírem como expressões imaginárias da sociedade brasileira, e acrescenta: *“Ao dizer que a sociedade brasileira é autoritária estou pensando em certos traços gerais das relações sociais que se repetem em todas as esferas da vida social (da família ao Estado, passando pelas relações de trabalho, pela escola, pela cultura)”* (Chauí, 1998, p. 11).

Nesse sentido, a autora chama a atenção para o fato da sociedade brasileira conservar as marcas do período colonial escravista, sendo fortemente hierarquizada em todos os seus aspectos. Assim, as relações sociais ocorrem sempre entre um superior, que manda, e um inferior, que obedece. *“Em suma: micropoderes capilarizam em toda a sociedade de sorte que o autoritarismo da e na família se espalha para a escola, as relações amorosas, o trabalho, os mass media, o comportamento social nas ruas, o tratamento dado aos cidadãos pela burocracia estatal...”* (Chauí, 1998, p. 11).

Tal discussão se mostra bastante profícua para se pensar a violência relacionada ao trabalho, pois toca em um ponto importante desse fenômeno: o autoritarismo das

relações de trabalho no Brasil. Aqui, faz-se necessário tecer uma diferenciação entre autoridade e autoritarismo. Conforme Bobbio, Matteucci e Pasquino (2000), autoridade pode ser definida como poder estável, exercido por alguém, a quem seus subordinados prestam uma obediência incondicional, baseada na crença da legitimidade do poder. Esses autores colocam que tal crença ocorre quando o poder é considerado legítimo por parte dos indivíduos que participam da relação, o que envolve diversos aspectos, como: o conteúdo das ordens; o modo ou o processo como as ordens são transmitidas; a fonte de onde provêm as ordens.

Vale ressaltar que o conceito de autoridade se encontra implícito na própria definição de contrato individual de trabalho, contida na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (Brasil, 2002), quando há uma menção ao empregador como aquele que dirige a prestação pessoal de serviços do empregado.

Já autoritarismo, segundo aqueles autores, é uma manifestação degenerativa da autoridade, isto é, quando a legitimidade do dirigente é contestada e sua pretensão em mandar se torna, aos olhos dos subordinados, uma pretensão arbitrária de mando. *“E esta situação se acentua se o detentor do poder recorre à força, ou a outros instrumentos de poder para obter aquela obediência incondicional que não consegue mais na base da crença na legitimidade”* (Bobbio; Matteucci; Pasquino, 2000, p. 94).

Sintetizando sua visão acerca da violência, Chauí (1985) a descreve como uma realização determinada das relações de força, tanto em termos de classes sociais quanto em termos interpessoais. Ela define violência como um padrão de relacionamento assimétrico-hierárquico de poder, abordando esse fenômeno sob dois ângulos: como conversão da diferença e da assimetria em relação hierárquica de desigualdade, com fins de dominação, de exploração e de opressão; e como a ação que trata o ser humano não

como sujeito, mas como coisa. Nessa perspectiva, a violência ocorre como consequência das relações de poder, quando se convertem os diferentes em desiguais e a desigualdade em uma relação entre superior e inferior.

Diante da íntima vinculação entre os conceitos de violência e poder, mostra-se indispensável examinar este último. Destarte, compartilha-se da opinião de Costa (1986, p. 48), o qual afirma “... *que o relevo assumido pela violência é um corolário de suas relações com o poder. É da concepção que temos de poder em geral que depende a maior ou menor importância dada à violência*”.

Assim como Chauí (1995), Santos (2007) também considera poder como relação social regulada por trocas desiguais relativas a bens, serviços, meios, recursos, símbolos, valores, capacidades, aptidões, etc. Contudo, chama a atenção para a possibilidade de existirem relações assimétricas sem que correspondam, necessariamente, a relações de poder. Para esse autor, “*o que faz de uma relação social um exercício de poder é o grau com que são desigualmente tratados os interesses das partes na relação ou, em termos mais simples, o grau com que A afeta B de maneira contrária aos interesses de B*” (Santos, 2007, p. 269). Desse modo, A exerce poder sobre B, quando, de forma intencional e interessada, leva B a se comportar de determinada maneira, que, de outro modo, não faria. Ou seja, B, no caso, só faz aquilo que A estabelece na troca, porque não dispõe de poder; se dispusesse, como possui A, não o faria. Trata-se de uma relação desigual, permeada pelo conflito, onde A é sujeito e B objeto do poder.

As concepções de poder, elaboradas por esses dois autores, apresentam elementos referentes às teorizações de dois importantes pensadores do campo de discussão sobre esse fenômeno: Max Weber (1999) e Michel Foucault (1985). Da definição weberiana clássica de poder, é possível identificar elementos como a ‘imposição de vontade’ e a

‘resistência’, pois a existência do conflito e da superação da resistência fornece evidência empírica do poder

Já da “Microfísica do poder” de Foucault (1985), apreende-se, entre outros aspectos, o caráter relacional desse fenômeno, não considerado como uma realidade concreta que tenha em si uma essência, mas apresentando formas distintas e heterogêneas, que se caracterizam como uma prática social historicamente constituída e em constante transformação.

Consoante a formulação desse autor, existe uma mecânica de poderes, ditos periféricos e moleculares, que estão disseminados por toda a sociedade, assumindo formas mais regionais e pontuais, descartando-se, assim, a idéia do Estado como única forma do exercício do poder. Esses poderes não têm uma localização específica, funcionando como uma rede socialmente construída, na qual toda a sociedade está envolta. Nesse sentido, não existem indivíduos que têm poder ou não o têm, posto que o poder não se caracteriza como uma propriedade, e sim como relações que se estabelecem entre atores sociais, sejam esses indivíduos ou instituições. Da mesma forma, o poder não pode ser considerado uma mercadoria que pudesse ser dada ou negociada, nem um lugar que se pudesse ocupar.

Foucault (1985) considera o poder como algo que se concretiza e acontece nas relações sociais, destacando seu caráter construtivo, como uma rede produtiva que atravessa toda sociedade, muito mais do que uma instância negativa que tem como única função reprimir. Desse modo, uma relação de poder não aprisiona, pois existe sempre a possibilidade de resistência, sendo possível modificar uma determinada situação: relação poder-resistência.

Remetendo a discussão sobre poder ao mundo do trabalho, Foucault (1988) apresenta uma dimensão negativa desse fenômeno, argumentando que o poder é exercido através de mecanismos disciplinares, exercício de dominação do capital sobre o trabalhador, que é feito através de seu corpo. Este último é investido por relações de poder e dominação quando tomado como força de produção, o que se torna possível porque o trabalhador está preso em um sistema de sujeição, isto é, tem que se assalariar para garantir a subsistência. Desse modo, o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e submisso, corpo dócil e lucrativo.

Bobbio, Matteucci e Pasquino (2000) acrescentam a essa discussão sobre as relações de poder o fato de tratar-se de uma relação triádica, pois “*para definir um certo poder, não basta especificar a pessoa ou o grupo que a ele está sujeito: ocorre determinar também a esfera de atividade à qual o poder se refere ou a esfera de poder*” (Bobbio; Matteucci; Pasquino, 2000, p. 934). Assim, uma mesma pessoa pode exercer ou estar submetida a vários tipos de poder relacionados com diversos campos. No caso deste estudo, interessa pensar a esfera do trabalho, onde o empregador influencia o comportamento dos empregados, mas também vê seu comportamento influenciado por esses. Acontece que, ainda segundo os autores, em relações sociais e políticas, como é o caso das relações de trabalho, quando não se consegue exercer o poder, recorre-se, muitas vezes, à violência.

Neste ponto da discussão, faz-se mister resaltar que, além da conotação relacional, o poder pode ser reconhecido como *capacidade* ou *recurso* (Paim, 2007). Manusear informações, manipular recursos e mobilizar grupos sociais, expressam o poder enquanto *capacidade*, isto é, o poder em ato, que se realiza na ação. Enquanto *recurso*, pode resultar de acumulações geradas pela produção de fatos e ser acionado para a

implementação de um determinado projeto. Assim, como argumenta o Professor Jairnilson Paim:

*Se os trabalhadores tomam consciência da exploração a que estão submetidos, denunciam as suas condições de trabalho, promovem reuniões com o sindicato, divulgam seus resultados na mídia, se organizam nos locais de trabalho, realizam uma greve e conquistam um sindicato, tais acumulações sociais produzidas por tais fatos expressam o poder enquanto recurso.*¹

Apesar de reconhecer os notáveis méritos da análise foucaultiana do poder, partilhando com esta o entendimento de poder como relação sempre desigual, Santos (2007) tece uma crítica à incompatibilidade mútua, apresentada nessa teorização, entre o poder jurídico do Estado e o poder disciplinar da ciência moderna, produzido pela sociedade e nela disseminado. Ele argumenta que “*o poder nunca é exercido numa forma pura e exclusiva, mas sim como uma formação de poderes, isto é, como uma constelação de diferentes formas de poder combinadas de maneiras específicas*” (Santos, 2007, p. 264-265). Diante desse entendimento, em uma situação de exercício de poder, distintos elos da cadeia de desigualdade como raça, sexo, idade, recursos educativos e inserção laboral podem convergir, fazendo com que, na maioria das vezes, não se identifique o elo mais desigual ou o mais determinante. Assim, as pessoas, freqüentemente, aceitam uma troca desigual como sendo igual.

Essa “máscara de igualdade” (Santos, 2007), que o poder assume, remete ao conceito de *poder simbólico*, elaborado por Bourdieu (2003), através do qual são impostas as concepções, significações e construções das classes dominantes, acerca da realidade, como legítimas. Tal conceito surge da teorização sobre capital como relação social

¹ Comentários apresentados pelo Professor Doutor Jairnilson Silva Paim, componente da banca examinadora, em seu parecer sobre a Tese de Doutorado.

(Bourdieu, 2002), inspirada na noção de capital econômico do marxismo. A partir desse pressuposto, Bourdieu (2002) desdobra sua teorização para outras formas de riqueza, dando origem a conceitos como: *capital cultural*, que designa uma relação privilegiada com a cultura erudita e escolar; *capital social*, associado à rede de relações sociais; e *capital simbólico*, formado pelo conjunto de signos e símbolos que permitem situar os agentes no espaço social.

Portanto, o lugar que cada indivíduo ocupa no espaço social diz respeito ao volume global de capital que ele detém, além do modo como esse capital está subdividido entre econômico, social, cultural e simbólico, e das estratégias de reconversão desenvolvidas. “*Essas diferentes espécies de capital funcionam como fichas do jogo social de que ele participa. Em função de sua posição no jogo, de sua força relativa, ele desenvolve estratégias que lhe permitem manter ou galgar novas posições*” (Bourdieu, 2002, p. 69).

Esse “jogo social”, de acordo com o autor, é marcado por uma *violência simbólica*, definida como:

...violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, do desconhecimento, ou, mais precisamente, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento. Essa relação social extraordinariamente ordinária oferece também uma ocasião única de apreender a lógica da dominação, exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante quanto pelo dominado, de uma língua (ou uma maneira de falar), um estilo de vida (ou uma maneira de pensar, de falar ou de agir) e, mais geralmente, de uma propriedade distintiva, emblema ou estigma... (Bourdieu, 2003, p. 7-8).

Consoante Bourdieu (2003), a distribuição desigual de capitais, na sociedade, possibilita que esse tipo de violência se institua, pois o dominado não dispõe de outros instrumentos de conhecimento para pensar sobre a violência e sobre si mesmo, além dos que têm em comum com o dominante, os quais são resultantes da incorporação de relações de dominação, fazendo com que essa situação seja vista como normal. Dessa maneira, os efeitos da dominação simbólica ocorrem por intermédio de esquemas de percepção, aquém das decisões da consciência e dos controles da vontade.

Ao apresentar concepções de poder e violência que vão de encontro às conceituações anteriores, Hannah Arendt (1994) coloca-se contra a tradição de considerar a violência como manifestação mais flagrante de poder. Ela define poder como:

...habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em concerto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo conserva-se unido. Quando dizemos que alguém "está no poder", na verdade nos referimos ao fato de que ele foi empossado por um certo número de pessoas para agir em seu nome. A partir do momento em que o grupo, do qual se origina o poder desde o começo (potestas in populo, sem um povo ou o grupo não há poder), desaparece, "seu poder" também se esvanece (Arendt, 1994, p. 36).

Essa definição, como discute Perissinotto (2004), enfatiza que: o poder é um fenômeno relacionado à ação humana, não se igualando à posse de determinados recursos; o poder é um fenômeno do campo da “ação coletiva”; o poder é uma ação em concerto que funda uma dada comunidade (grupo, cidade, nação); o poder é marcado pela idéia de consentimento, de apoio e de livre troca de opiniões entre iguais; “estar no poder” significa “estar autorizado” pelo grupo a falar e agir em seu nome.

A autora distingue poder de violência, caracterizando-os como termos opostos: a afirmação absoluta de um significa a ausência do outro. Ela desenvolve essa discussão, caracterizando a violência por seu caráter instrumental, sempre multiplicadora da potência individual e dependente de instrumentos para realizar-se. Assim sendo, a violência aparece onde o poder está em risco e conduz à desaparecimento desse. É a desintegração do poder que oferece ocasião para a violência, pois, quando os comandos não são mais obedecidos, os meios de violência não têm utilidade para restabelecer o poder. Nesse processo, o comando dado por quem detém os meios de violência visa à obediência, mas a verdadeira autoridade não deriva da violência, e sim do reconhecimento espontâneo daqueles que obedecem: a violência é incapaz de criar poder, podendo, sim, destruí-lo.

Costa (1986) emite uma opinião acerca da validade da proposta arendtiana, ressaltando que o motivo de haver uma tendência a se pensar no poder como sinônimo de violência e na obediência como sinônimo de sujeição está relacionado ao modelo de funcionamento das sociedades, que têm sempre o confronto violento como única via para os mais diversos tipos de conflito. O autor assevera que o poder em si não tem como finalidade a dominação, mas permitir que os homens ajam em comum acordo, com vistas a alcançarem interesses e objetivos universalizáveis. Entretanto, quando o exercício do poder é desviado para interesses e objetivos privados, a instância que o exerce perde legitimidade, surgindo a violência.

Uma crítica feita à teorização arendtiana é de que, ao igualar poder a consentimento e contrapô-los a violência, é criado um pensamento dicotômico que exclui de sua análise um grande número de relações sociais, que não são marcadas pela violência nem pelo consentimento, e sim pela luta dinâmica em torno de interesses conflitantes

(Perissinotto, 2004). Dessa forma, Hannah Arendt retira do conceito de poder qualquer conotação de conflito, sem fornecer outro conceito que cumpra essa função.

Tendo finalizado a incursão no campo de discussões acerca do poder e suas interfaces com a violência, retomar-se-á o curso de problematização acerca do fenômeno da violência, a qual violência tem sido estudada em suas diversas especificidades, abordando-se a violência contra as mulheres, as crianças, os idosos, os trabalhadores, etc. (Santos Júnior, 2004; Santos Júnior; Dias, 2004). Qualquer das modalidades de violência é significativa e pode se prestar à busca de compreensão de algum aspecto de sua estrutura e dinâmica (Agudelo, 1997).

Investigar a violência, de acordo com Campos (2004), envolve responder, pelo menos, a uma das seguintes questões: como as pessoas reconhecem uma violência e que características apresentam tais eventos (estudo das concepções de violência); e, a partir de uma definição inicial de violência, indagar como os episódios se produzem em determinado contexto (estudo da distribuição e frequência de episódios de violência). No presente estudo, adotou-se a primeira questão como perspectiva de análise, isto é, investigar as concepções de violência relacionadas ao trabalho entre trabalhadores da construção civil.

Entende-se que a apreensão desse complexo fenômeno exige a investigação não só da dimensão macro-social, objetiva e ampliada da violência, através de estudos que visam estimar magnitude, extensão, características e a distribuição na população; mas, também a dimensão micro-social, intersubjetiva. As percepções da violência, consoante Wiewiorka (2007), são função de outros elementos que não o próprio fenômeno, em sua aparente objetividade. Assim, as causas e razões da violência estão para além do momento em que se define como violência propriamente dita (Chauí, 1998), devendo-se

abordar, como argumenta aquele autor, o que há de mais misterioso e central nesse fenômeno: as lógicas de sentido, no curso das quais ocorrem situações de violência.

Essa discussão tem levado a um entendimento de que *“a violência seja cada vez mais considerada aquilo que afeta existências singulares, pessoais ou coletivas, e não apenas aquilo que põe em questão a ordem social ou política”* (Wieviorka, 2007, p. 1151). Outrossim, mostra-se importante investigar os sentidos de violência que sujeitos incorporam, elaboram e transmitem, para entender como esses influenciam na socialização e no comportamento. Como argumenta Boghossian (1999), os modos de sentir e reagir das pessoas às diversas formas de violência, seus projetos de vida e os significados atribuídos às suas vivências decorrem de um mosaico de aspectos. *“Movendo o caleidoscópio das falas dos sujeitos podem se formar sentidos que nos guiem para uma compreensão mais ampla de suas práticas”* (Boghossian, 1999, p. 6), produzindo um conhecimento que poderá instrumentalizar ações concernentes ao combate à violência relacionada ao trabalho, através da melhoria das condições de trabalho, instituindo práticas coletivas promotoras de saúde, segurança e qualidade de vida.

Capítulo II

Violência e Trabalho

Ao debater sobre as dificuldades e possibilidades de prevenir diferentes formas de violência, Minayo e Souza (1999, p. 12-13) apontam como problemas que mais afligem o país, nesse momento histórico, “*as extremas desigualdades, a violência nos ambientes de trabalho e o desemprego, a exclusão social e a exclusão moral, a corrupção e a impunidade, problemas que se arrastam historicamente e, nesta etapa do desenvolvimento, têm grande peso sobre a dinâmica da violência*”. A relação entre trabalho e violência se materializa, principalmente, através da infração de princípios fundamentais e direitos no trabalho, por isso, carrega um profundo sentido de negatividade, já que não contribui para o desenvolvimento da pessoa nem para o aperfeiçoamento do gênero humano.

Essa discussão encontra-se no escopo da Saúde do Trabalhador, cujo objeto pode ser definido como o processo saúde/doença de grupos humanos, em sua relação com o trabalho (Mendes; Dias, 1991). Nessa perspectiva, busca-se compreender o adoecer e o morrer dos trabalhadores, através do estudo dos processos de trabalho, articulado com o conjunto de valores, crenças, idéias e representações dos atores sociais envolvidos.

Tal questão se mostra tão premente para a Saúde do Trabalhador, que a própria Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador – PNST (Brasil, 2004), proposta pelo Grupo Executivo Interministerial em Saúde do Trabalhador – GEISAT com o objetivo de garantir que o trabalho seja realizado em condições dignas, contribuindo para a

melhoria da qualidade de vida, a realização pessoal e social dos trabalhadores, sem prejuízo para sua saúde, integridade física e mental, traz uma menção a essa:

Entre os problemas de saúde relacionados ao trabalho deve ser ressaltado o aumento das agressões e episódios de violência contra o trabalhador no seu local de trabalho, traduzida pelos acidentes e doenças do trabalho; violência decorrente de relações de trabalho deterioradas, como no trabalho escravo e envolvendo crianças; a violência ligada às relações de gênero e ao assédio moral, caracterizada pelas agressões entre pares, chefias e subordinados (Brasil, 2004, p. 6).

A Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador – RENAST, como colocado por Dias e Hoefel (2005), vem sendo implementada pelo Ministério da Saúde como a principal estratégia da PNST para o Sistema Único de Saúde – SUS. Essa rede nacional de informação e práticas de saúde tem como objetivo desenvolver ações assistenciais, de vigilância e de promoção da saúde, articulando as linhas de cuidado da atenção básica, da média e alta complexidade, sob o controle social, nos três níveis de gestão (nacional, estadual e municipal), tendo como eixo os Centros de Referência em Saúde do Trabalhador.

Para melhor apreender as relações entre violência e trabalho que se tecem nos dias atuais, faz-se necessário compreender como tal relação vem sendo construída ao longo das transformações nas relações de trabalho no país. Ao dissertar acerca da violência na história do trabalho no Brasil, Dal Rosso e Freitas (2001) discutem as associações entre violência e relações de trabalho, partindo da definição de violência como infração a direitos.

Eles iniciam seu percurso histórico, enfocando o trabalho escravo, principal forma de suprimento de força de trabalho, no Brasil, até o ano de 1888. Esse sistema, intrinsecamente violento, suprime a liberdade, privando o exercício do livre arbítrio por parte do escravo, transformando-o em mercadoria. Pela sua decisiva influência na estruturação da sociedade brasileira, não só deixou marcas indelévels (Chauí, 1998), como continua a figurar como uma das formas de violência existentes no país. Minayo Gomez (2005) afirma que a escravidão persiste, sendo responsável por manter, em diversos estados do Brasil, homens, mulheres e crianças em privação de liberdade por meios que os confinam longe da vista da sociedade, sob prisão física e moral, e em condições degradantes de trabalho.

Contudo, Dal Rosso e Freitas (2001) colocam que, mesmo em um contexto de autoritarismo e cerceamento de direitos, como no escravismo, existe sempre espaço para a resistência daqueles que são subjugados, a exemplo do que faziam os escravos na época do Brasil colonial: fugiam e refugiavam-se em quilombos ou conseguiam comprar sua alforria e fundavam associações assistenciais.

Continuando a avançar no itinerário histórico da vinculação entre violência e relações de trabalho, proposto por esses autores, importante de ser pensado haja vista que “*o presente não só carrega marcas do passado, mas é, em boa medida, moldado por ele*” (Dal Rosso; Freitas, 2001, p. 31), é focado o trabalho servil, que, a despeito de ser empreendido por pessoas formalmente livres, apresenta características de sujeição e dependência, que o aproxima do trabalho escravo. Em seguida, os autores se remetem ao campesinato dependente, desenvolvido por pequenos produtores autônomos, cuja violência de que eram vítimas decorria da quantidade de trabalho que se lhes auto-

impunham, assim como do grau de dependência que tinham em relação aos agentes mercantis e às instituições capitalistas.

Tais relações sociais violentas do passado refletem a atual situação de conflito e violência na zona rural brasileira. Autores como Minayo Gomez (2005) e a Comissão Pastoral da Terra – CPT (2001) ressaltam as várias formas de violência resultantes dos conflitos no campo, gerados pelo aumento da concentração de terra e falta de uma efetiva reforma agrária, os quais têm levado a um grande número de mortes.

Finalizando sua incursão histórica, Dal Rosso e Freitas (2001) tratam das relações de assalariamento. Para melhor entender a violência presente em tais relações, faz-se necessário considerar Marx (1987, p. 202), que conceitua “trabalho”:

“... um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo que modifica sua própria natureza”.

Destarte, o trabalho humano é definido como consciente e proposital, produto e produtor da espécie humana, força pela qual a humanidade criou o mundo como o conhecemos (Braverman, 1977). Para que haja trabalho, é necessária a existência de alguns elementos que, de acordo com Marx (1987), conformam o conceito de processo de trabalho. São eles: o próprio trabalho como atividade adequada a um fim; a matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho; e os meios de trabalho, o instrumental de

trabalho. Os objetos e os meios de trabalho, utilizados na produção social para a criação dos bens materiais, formam os meios de produção.

Fruto de um determinado desenvolvimento histórico anterior, na sociedade capitalista existem indivíduos que são possuidores de capital e dos meios de produção, e outros destituídos desses bens. Assim, o trabalho ocorre através de uma relação de compra e venda de força de trabalho entre o capitalista – proprietário do capital – e o trabalhador – detentor da força de trabalho –, que faz tal contrato posto que as condições sociais não lhe dão alternativa para ganhar a vida (Braverman, 1977).

Marx (1987, p.187) define força de trabalho como “*o conjunto das faculdades físicas e mentais, existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda vez que produz valores-de-uso de qualquer espécie*”. Essa força de trabalho é trocada por um valor para que o trabalhador possa assegurar os meios de subsistência diário. Todavia, o valor pago pelo capitalista é muito inferior ao valor efetivamente produzido, o que dá origem a um excedente de produção – mais-valia –, cujo destino é a apropriação pelo capitalista.

Logo, no assalariamento, a lógica da organização do processo de produção tem como objetivo criar o máximo de mais-valia. É no processo de trabalho, diante da exploração do trabalhador, que ocorre a extração da mais-valia. Para tal intento, configuram-se duas formas de extração da mais-valia: a absoluta, que representa o aumento da utilização da força de trabalho pelo prolongamento da jornada de trabalho com o mesmo valor salarial; e a relativa, que resulta da intensificação do trabalho através da introdução de inovações nas condições técnicas e sociais do processo de trabalho em uma mesma jornada e com o mesmo salário (Marx, 1987). Quanto maior a extração de mais-valia, menor será a condição do trabalhador repor a sua energia consumida no trabalho.

Para o capitalista, o processo de trabalho é um processo que ocorre entre “coisas que lhe pertencem” (Marx, 1987). Nessa concepção, o trabalhador está desumanizado, reduzido a uma mercadoria, a um “fator de produção” (Braverman, 1977), pois o cuidado do dono do capital é com a força de trabalho enquanto energia para a movimentação das máquinas, e não com os operários como seres humanos.

Ribeiro (1999) acrescenta que o assalariamento, relação de trabalho típica do modo de produção capitalista, origina condições e formas de organização do trabalho que colocam os trabalhadores em situações específicas de risco à saúde, produzindo uma seletividade social das enfermidades e mortes relacionadas ao trabalho. Além disso, o autor aponta que, nesse sistema, ocorre uma banalização, uma naturalização da morte e do adoecimento relacionados ao trabalho, descaracterizando-os enquanto violência.

Um exemplo desse processo é o que Machado e Minayo Gomez (1994) chamam de “gestão científica” dos acidentes de trabalho. Eles relatam que a primeira preocupação, dirigida à redução da responsabilidade do capital sobre os aspectos negativos do processo de trabalho, é encontrar um culpado pelo acidente – Teoria da Culpa. Essa teoria, conforme os autores, conduz à análise dos acidentes, buscando lhes atribuir duas causas: *ato inseguro* do trabalhador; ou *condição insegura* possibilitada pela negligência ou falta de diligência do empregador.

Tal concepção, difundida por muito tempo por empresas e órgãos oficiais, normalmente, impõe culpabilidade às próprias vítimas do acidente e mascara o caráter complexo e sobredeterminado desses eventos. Assim, os trabalhadores são duplamente vitimados quando da ocorrência de um acidente de trabalho, processo descrito por Cohn *et al* (1985) como “produção de consciência culposa”.

Entretanto, é importante pontuar que vem ocorrendo uma crescente compreensão da inutilidade de campanhas de prevenção de acidentes de trabalho unicamente focadas em estratégias comportamentais, como a conscientização e orientação dos trabalhadores quanto à necessidade de “prestar mais atenção” e “tomar mais cuidado” (Binder; Almeida, 2003). Tais propostas supunham que os trabalhadores deveriam manter um elevado grau de vigília durante toda a jornada de trabalho, o que é incompatível com as características bio-psico-fisiológicas humanas (Binder *et al*, 1997; Almeida; Binder, 2000). Firma-se, nos dias atuais, o conhecimento de que as medidas preventivas mais eficazes são aquelas que independem de participação ativa dos trabalhadores como, por exemplo, os equipamentos de proteção coletiva – EPC.

Assim como nos acidentes de trabalho, o mesmo ocorre com as doenças profissionais e as doenças do trabalho. O aumento, nos dias atuais, da prevalência dos Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho – DORT (Dias; Hoefel, 2005; Wunsch Filho, 2004), e o aparecimento, embora discretamente, dos transtornos mentais (Wunsch Filho, 2004), mostra-se, em grande parte, resultado das mudanças nos padrões de uso da força de trabalho promovidas pelos processos de reestruturação produtiva e de globalização da economia.

A partir dessa discussão, é possível concluir que o trabalho, no modo de produção capitalista, adquire um significado de exploração, um processo que ocorre em uma zona de conflito de interesses contraditórios: os de quem vende sua força de trabalho e os daqueles que a exploram. O poder é, então, exercido, prioritariamente, por aquele que detém o capital sobre aqueles que não o têm, sem que, necessariamente, configurem-se, na relação, elementos que legitimem esse exercício.

Porém, como destacam Dal Rosso e Freitas (2001), o trabalho assalariado possibilita um grau maior de organização e resistência que os outros sistemas anteriormente descritos, como o escravismo e o campesinato dependente. No trabalho assalariado, os trabalhadores são, por princípio, livres, podendo se unir para defender seus interesses. Essa idéia corrobora Mendes e Dias (1991, p. 347), que descrevem o trabalho assalariado como “*espaço de dominação e submissão do trabalhador pelo capital, mas, igualmente, de resistência, de constituição, e do fazer histórico*”.

Sato (2002), mediante reflexão teórica, afirma que os trabalhadores criam, individual e coletivamente, através de negociações cotidianas, formas para resistir à racionalidade imposta pela organização do trabalho, buscando adequar os contextos de trabalho a suas características pessoais. Através do conhecimento construído na prática, replanejam o trabalho para então executá-lo, “*tanto com a finalidade precípua de amenizar os esforços do trabalho, como para manifestar a resistência política ao poder e controle gerenciais ou ainda, para tornar factível aquilo que foi planejado por outrem*” (Sato, 2002, p. 1148).

No caso do Brasil, país subdesenvolvido, dependente e inserido na periferia do capitalismo globalizado, as relações de trabalho, além das características inerentes ao modo de produção capitalista, apresentam influências deixadas pelo período de ditadura militar, vivenciado a partir da segunda metade dos anos 60, que representou ápices de violações de direitos do trabalho, assim como pelo sistema escravista, que perdurou vigente até o final do século XIX, (Dal Rosso; Freitas, 2001).

A partir dos resultados de um estudo sobre o modo de vida das classes populares na cidade do Rio de Janeiro, Zaluar (1994) afirma que, na relação entre o trabalhador e o patrão, são atualizados os conflitos entre capital e trabalho, sendo invocada a condição

de subalterno e dependente do trabalhador frente ao patrão. Muitas vezes, a situação do trabalhador é descrita, conforme a autora, com palavras que falam da humilhação ou da exploração que sofrem. O autoritarismo, para a autora, é um dos problemas que marca as relações de trabalho, fazendo emergir o *ethos* masculino, essa “moral do homem” que clama pela democratização das relações de trabalho.

Em virtude desse cenário, o que predomina na literatura brasileira são relatos como os do estudo acerca dos trabalhadores de Indústrias Químicas de São Paulo, no qual Barreto (2003) descreve situações de autoritarismo, explícito nas repreensões, constrangimentos e humilhações de superiores hierárquicos para com seus subordinados, transformando o ambiente de trabalho em um lócus de desprazer, sofrimento e desconfiança entre os pares.

A autora pontua que, nas relações autoritárias, a saúde é abalada, pois o outro não é visto socialmente como um “legítimo outro”, levando a manifestação de distúrbios e danos psíquicos variados, que podem alterar as condutas e modificar a personalidade. Nesse sentido, a humilhação, considerada como um tipo de violência, constitui um importante indicador da qualidade das condições de trabalho.

Ainda consoante essa autora, em um clima de insegurança quanto à manutenção do emprego, as relações autoritárias, a competitividade estimulada e o individualismo geram, no trabalhador, indiferença ao sofrimento alheio e ao seu próprio sofrimento. “*Na negação do padecer esperam ser reconhecidos e recompensados com tratamento digno. (...) Passam a obedecer sem lástimas, passivos, submetidos e paralisados pelo terror*” (Barreto, 2003, p. 199).

Essas conclusões de base empírica sustentam a discussão proposta por Dejours (2001), na qual ele argumenta que o sentimento de medo, vivenciado diante da ameaça de desemprego, gera condutas de obediência e submissão, quebrando a reciprocidade entre os trabalhadores e apartando-os do sofrimento do outro. A partir dessa teorização, o autor analisa o processo que denomina de “banalização do mal”, o qual favorece a tolerância para com a injustiça e, através do qual, faz-se passar por adversidade, situações de afronta a civilidade. Assim, afirma que a “banalidade do mal” diz respeito ao comportamento de chefes, patrões e até mesmo de trabalhadores, que se tornam colaboradores de um sistema que funciona mediante a mentira e a injustiça, coniventes com infrações a leis trabalhistas e normas sociais de urbanidade.

Vêm-se, por toda parte, práticas que lembram o tráfico de escravos, seja na construção civil, seja na manutenção de usinas nucleares e químicas, seja nas firmas de limpeza: a terceirização em cascata leva por vezes a constituição de uma “reserva” de trabalhadores condenados à precariedade constante, à sub-remuneração e a uma flexibilidade alucinante de emprego, o que os obriga a correr de uma empresa para outra, de um canteiro de obras para outro, instalando-se em locais provisórios... (Dejours, 2001, p. 92).

Todavia, apesar de apresentar uma visão bastante sombria das relações sociais de trabalho, caracterizando-as como relações de dominação, Dejours (2001) coloca que o trabalho pode permitir uma contrapartida aos efeitos deletérios da dominação por intermédio da psicodinâmica do reconhecimento.

Do reconhecimento depende na verdade o sentido do sofrimento. Quando a qualidade do meu trabalho é reconhecida, também meus esforços, minhas angústias, minhas dúvidas, minhas decepções, meus desânimos adquirem sentido. Todo esse sofrimento,

portanto, não foi em vão; não somente prestou uma contribuição à organização do trabalho, mas também fez de mim, em compensação, um sujeito diferente daquele que eu era antes do reconhecimento. O reconhecimento do trabalho, ou mesmo da obra, pode depois ser reconduzido pelo sujeito ao plano da construção de sua identidade. E isso se traduz afetivamente por um sentimento de alívio, de prazer, às vezes de leveza d'alma ou até de elevação (Dejours, 2001, p. 34).

Nessa perspectiva, o trabalho ainda representa um valor moral, algo central na vida das pessoas, que subsidia tanto a sobrevivência material como social (Lima, 1988; Zaluar, 1994; Sarti, 1996; Sorj, 2000; Barreto, 2003; Oliveira, 2004), apesar de alguns autores como Offe (1995) e Gorz (1982) afirmarem a perda da centralidade do trabalho e da tendência ao fim do emprego. É também uma visão positiva e estruturante do trabalho que Salanova, Peiró e Prieto (1993; *apud* Salanova, Gracia; Peiró, 1996) destacam, quando o apontam como dimensão central na vida dos seres humanos e assinalam 11 funções que esse desempenha na vida das pessoas:

- 1) *Função integrativa ou significativa*: algo que pode dar sentido a vida na medida em que permite a realização pessoal;
- 2) *Função de proporcionar status e prestígio social*: funciona como uma fonte de respeito e reconhecimento;
- 3) *Função de formação da identidade*: dimensão importante para a formação e o desenvolvimento da identidade pessoal;
- 4) *Função econômica*: possibilita a sobrevivência material e a aquisição de bens de consumo;
- 5) *Função social*: fonte de oportunidades para a interação e contatos sociais;

- 6) *Função de estruturar o tempo*: papel dominante na estruturação do tempo das pessoas em períodos regulares e previsíveis, constituindo-se um marco de referência temporal útil;
- 7) *Função de manter o indivíduo em uma atividade mais ou menos obrigatória*: um dever para com a sociedade;
- 8) *Função de ser uma fonte de oportunidades para desenvolver habilidades*: proporciona ao sujeito uma prática diária que permite a aquisição e/ou o melhoramento de suas habilidades;
- 9) *Função de transmitir normas, crenças e expectativas sociais*: a comunicação entre os trabalhadores proporciona uma transmissão de normas, crenças, valores, idéias, desempenhando um papel socializador;
- 10) *Função de proporcionar poder e controle*: pode-se experienciar relações de poder e controle sobre outras pessoas e processos;
- 11) *Função de comodidade*: as pessoas podem ter a oportunidade de desfrutar de boas condições físicas e segurança financeira.

Um desses fatores estruturantes do trabalho é debatido por Zaluar (1994), quando descreve o valor moral superior das pessoas identificadas como “trabalhadores” em relação a outras rotuladas de “vagabundos”, “bêbados”, “malandros” ou “bandidos”. Contudo, ela ressalta que filhos jovens de pais que, exercendo o papel de provedor principal da casa, trabalham um número excessivo de horas “sem descanso”, têm a visão do trabalho como algo que aprisiona, que torna seus pais “escravos”, cujas vidas não comportam mais o prazer. O trabalho, que assume uma conotação positiva para alguns integrantes de uma família, significando um diferencial de superioridade moral, para outros se mostra um elemento de rebaixamento à condição de escravo.

“Assim, o trabalho se revela essencialmente ambivalente. Pode causar infelicidade, alienação e doença mental, mas pode também ser mediador da auto-realização, da sublimação e da saúde” (Dejours, 2001, p. 97). Dal Rosso e Freitas (2001) corroboram essa afirmação ao chamar atenção para o fato de que, apesar do trabalho, em algumas situações, ser causa de sofrimento, adoecimento e morte, não se devem considerar tais características como inerentes a esse, mas conseqüências evitáveis. Por isso, deve-se buscar um melhor entendimento de quais as forças que emergem do trabalho ou para o trabalho e que o afastaram de seu conteúdo inicial (Seligmann-Silva, 1990). As diversas formas de violência associadas ao trabalho são exemplos de fenômenos que têm como conseqüência esse afastamento do trabalho de suas funções estruturantes da vida das pessoas.

Tal como o fenômeno da violência em geral apresenta dificuldades conceituais e de delimitação, assim também ocorre na abordagem da violência associada ao trabalho (Campos, 2003). Pode-se perceber, na literatura brasileira em Saúde do Trabalhador, uma tendência em distinguir a *violência do trabalho* da *violência no trabalho* (Santos Júnior, 2004; Santos Júnior; Dias, 2004; Campos, 2004).

Conforme essa distinção, que, como aponta Campos (2003), tem caráter eminentemente didático, a *violência do trabalho* seria aquela “*que se origina no modo de produção e toma corpo na organização do processo de trabalho, provocando sofrimento, desgaste, adoecimento e, finalmente, a morte relacionados ao trabalho*” (Campos, 2003, p. 1645). Esse autor adverte que não se trata de afirmar que o trabalho em si seja violento, ou, como coloca Santos Júnior (2004), que a violência seja algo inerente ao trabalho, mas que o modo como é organizado e gerenciado o trabalho pode se configurar como uma forma de violência para com os trabalhadores. Essa categoria de violência pode ser

compreendida como uma das manifestações da *violência estrutural* descrita por Minayo (1994), violência velada, presente na exploração e opressão de trabalhadores, que se manifesta em condições e ambientes de trabalho insalubres e inseguros, bem como no cerceamento de conquistas da sociedade a exemplo de benefícios trabalhistas e previdenciários.

Minayo Gomez (2005) desenvolve uma argumentação nesse mesmo sentido, quando coloca que a faceta da violência concernente ao trabalho é parte das relações de desigualdade, dominação e exploração dos trabalhadores, podendo ser caracterizada como uma violência estrutural. Essa se concretiza, conforme o autor, em discriminações, superexploração e ameaças diversas, como, também, pelo assédio moral e sexual, manifestando-se sob a forma de trabalho escravo, trabalho infantil, crescente desemprego e informalidade nas relações de produção. Acompanhando a tipologia proposta por Minayo (1994), esse autor coloca que, no âmbito do trabalho, há também expressões da violência de resistência, cuja caracterização se dá pela reação dos trabalhadores às diferentes formas de superexploração.

Já a categoria *violência no (ambiente de) trabalho*, mais utilizada na literatura científica de língua inglesa (*violence at work, workplace violence*), caracteriza a relação entre violência e trabalho enquanto risco para os trabalhadores (Campos, 2003; 2004). Esse tipo de violência poderia ser incluído no que Minayo (1994) classificou como *violência de resistência*, abrangendo as respostas à violência estrutural por pessoas ou grupo de pessoas oprimidas, e como *violência da delinquência*, caracterizada como atos considerados criminosos, realizados por pessoas externas ao trabalho (assaltantes), internas (colegas de trabalho) ou que tenham alguma relação com o trabalho. Tal classe de violência identificaria agressões de diversas naturezas, ocorridas no ambiente de

trabalho, que constituiriam causas de sofrimento, adoecimento e até morte de trabalhadores, podendo ser considerada uma das formas como se apresenta a *violência do trabalho* (Campos, 2003).

Violência ocupacional é uma outra designação para o estudo da relação entre violência e trabalho, utilizada por Machado e Levenstein (2000) ao investigar acerca da criminalidade e vitimização de trabalhadores de transportes coletivos. Esses autores argumentam que o crescimento da violência intencional no ambiente de trabalho está relacionado ao atual estágio do capitalismo, no qual vem ocorrendo um incremento significativo do número de trabalhadores no setor de serviços. Tal processo tira o trabalhador do espaço circunscrito e, *a priori*, seguro das fábricas e os coloca em contato direto com a população em geral. A partir dessa abordagem, Riccio-Oliveira (2002) e Oliveira (2003) desenvolveram estudos sobre acidentes e violências relacionados ao trabalho dos motoboys.

Na Enciclopédia da Organização Internacional do Trabalho – OIT, é adotado o conceito de violência como: “*qualquer tipo de comportamento agressivo ou abusivo que possa causar um dano ou desconforto físico ou psicológico em suas vítimas, sejam essas alvos intencionais ou envolvidas de forma impessoal ou incidental*” (Warshaw, 1998, p. 51.2). Como coloca Campos (2004), definições de violência, a exemplo da estruturada pela OIT, procuram incluir diversas formas de violência: desde as mais evidentes, como homicídios, agressões físicas e diferentes formas de crime, a agressões verbais e violência psicológica.

Diante dessa explanação, entende-se que os conceitos de *violência do trabalho* e *violência no trabalho* não dão conta de abranger a magnitude do fenômeno da violência, que apresenta características epidêmicas e polissêmicas, de âmbito mundial, e

“transborda” para o mundo do trabalho, atingindo os trabalhadores de modo particular, com especificidades. Soma-se a isso o fato do uso desses conceitos poderem causar mal-entendido, visto que o trabalho, em seu sentido ontológico, não é violento.

Ademais, a violência associada ao trabalho não se restringe a situações ocorrentes no ambiente de trabalho, mas se espalha por diferentes âmbitos da vida dos trabalhadores. Isso ocorre, pois o trabalho é dimensão privilegiada de constituição do sujeito, entendendo este último como resultado de processos de construção simbólica de sentido. No plano psicológico, além da esfera profissional, as pessoas são afetadas em seus valores, auto-estima e projetos de vida. Da mesma forma, o trabalho é fundamental na construção das interações humanas, acarretando diferentes formas de subjetivação (desenvolvimento emocional e cognitivo das pessoas) e se constituindo em espaço da produção de estados de saúde ou de doença.

Nessa perspectiva, buscou-se inspiração em Mendes e Waissmann (2007), que apresentam uma discussão acerca da impossibilidade de restringir os danos à saúde produzidos pelo trabalho às “doenças profissionais”, isto é, àquelas vinculadas ao exercício do trabalho peculiar a determinada atividade. Como colocam os autores, impacto sobre a morbimortalidade dos trabalhadores dá-se de forma “inespecífica”, entremado na nosologia “comum”. Tal concepção deu origem à expressão “doenças relacionadas com o trabalho”, como termo apropriado para descrever agravos que acometem os trabalhadores.

Dentro desse conceito, estão incluídas as três categorias propostas por Schilling (1984; *apud* Mendes, 2007), que caracterizam a natureza donexo de causa e efeito entre doença e trabalho: grupo I – doenças específicas do trabalho, em que o trabalho é considerado causa necessária; grupo II – doenças “não específicas” em que o trabalho

constitui um “fator de risco” contributivo ou aditivo, mas não necessário; grupo III – doenças “não específicas” em que o trabalho pode desencadear ou agravar condições preexistentes ou latentes.

Destarte, nesta Tese de Doutorado, utilizou-se o conceito de *violência relacionada ao trabalho*, considerada como toda ação voluntária de um indivíduo ou grupo contra outro indivíduo ou grupo que venha a causar danos físicos ou psicológicos, ocorrida no ambiente de trabalho, ou que envolva relações estabelecidas no trabalho ou atividades concernentes ao trabalho. Também se considerada *violência relacionada ao trabalho*: toda forma de privação e infração de princípios fundamentais e direitos trabalhistas e previdenciários; a negligência em relação às condições de trabalho; e a omissão de cuidados, socorro e solidariedade diante de algum infortúnio, caracterizados pela naturalização da morte e do adoecimento relacionados ao trabalho.

Dentro desse macro-conceito, são estabelecidas as seguintes subcategorias:

– *Violência nas relações de trabalho* – situações de conversão da autoridade em relação hierárquica de desigualdade (autoritarismo nas relações de trabalho), explícitas em agressões físicas, repreensões, constrangimentos e humilhações de superiores hierárquicos para com seus subordinados, com fins de dominação, exploração e opressão, tratando o ser humano não como sujeito, mas como coisa.

Essa categoria pode ser dividida em violências físicas e psicológicas. Como colocam o *International Labour Office* – ILO (2000) e Campos (2004), violências físicas são situações facilmente reconhecidas, nas quais se faz uso da força física para ofender alguém, a exemplo de chutes, socos, empurrões, tiros, etc. Já as violências psicológicas, as quais vêm recebendo maior atenção apenas recentemente, caracterizam-se por

comportamentos repetidos, inoportunos e não recíprocos, que, cumulativamente, têm um efeito devastador na vítima, e podem ser subdivididas em:

Ameaça: promessa ou insinuação do uso ilegal de força, visando coagir, inibir ou constranger uma pessoa ou grupo e provocando medo de dano psicológico, sexual, físico, ou outra consequência negativa para a vítima;

Assédio: conduta indesejada (verbal, visual ou física), que afete a dignidade da pessoa, tendo como fundamento a idade, alguma deficiência, o sexo, a orientação sexual, a raça, a orientação religiosa, política, sindical, etc.

Bullying e Mobbing: tipo de assédio psicológico, que consiste em comportamentos persecutórios, ofensivos, com característica vingativa, cruel ou maliciosa, que visa humilhar ou desestabilizar um indivíduo ou grupo, isolando-o de contatos sociais e disseminando informações falsas sobre esse. É realizado por alguém (*bullying*) ou por um grupo (*mobbing*) hierarquicamente superior.

– *Violência na organização do trabalho* – quando o modo como é organizado o trabalho (divisão do trabalho; controle de ritmo e produtividade; modo operatório; contrato e jornada de trabalho; rotatividade da força de trabalho; sistema de gestão de segurança e saúde) coloca os trabalhadores em situações de risco à saúde;

– *Violência nas condições de trabalho* – quando as condições de trabalho são insalubres e inseguras, expondo o trabalhador a riscos físicos, químicos, biológicos, ergonômicos ou de acidentes;

– *Violência de resistência* – ações dos trabalhadores em resposta às violências relacionadas ao trabalho, tanto com a finalidade de amenizar os esforços no trabalho e

torná-lo factível, como para manifestar a resistência política ao poder e controle gerenciais;

– *Violência de delinqüência* – atos socialmente identificados como criminosos, realizados por pessoas externas ao trabalho, internas ou que tenham alguma relação com o trabalho.

– *Violência simbólica* – quando os trabalhadores são tratados como “cidadãos de segunda categoria”, seja pela cor da pele, pela baixa escolaridade, pela ausência de qualificação profissional, por serem trabalhadores informais, ou por um estigma associado a determinada categoria profissional.

Assim, tendo definido o conceito de *violência relacionada o trabalho – categoria ética*, ou *conceito de experiência distante* (Geertz, 1997) –, buscou-se, no estudo empírico, as *categorias êmicas*, os *conceitos de experiência próxima* (Geertz, 1997), isto é, os signos e significados usados no cotidiano pelos trabalhadores e práticas constituídas a respeito da violência associada ao trabalho.

Tal intento se justifica, pois é o homem em sociedade que constrói o mundo do trabalho, estruturando suas experiências e significados. Essas construções orientam e dão sentido às formas como o trabalhador se inscreve no processo de trabalho, que é, em última análise, a materialização do trabalho propriamente dito. Na medida em que se abre espaço para compreensão das experiências que emergem de relações estabelecidas no cotidiano do trabalho, torna-se possível pensar em formas de alterar e produzir novas práticas e novos significados a elas atribuídas nesse processo.

Capítulo - III

A Indústria da Construção

A Indústria da Construção agrega um amplo conjunto de atividades cujos processos produtivos mantêm elevado grau de originalidade e se vinculam a diferentes tipos de demanda. Normalmente, a referência ao termo “construção civil” designa apenas o subsetor de Edificações. Contudo, para fins de análise, esse ramo industrial pode ser decomposto em: Edificações, Construção Pesada e Montagem Industrial (SESI, 1991; 1998). Para cada um desses subsetores existe um elevado número de atividades que compõem as diversas fases de uma obra. Essas fases se sucedem de forma coordenada, envolvendo operários de categorias diferentes que realizam tarefas específicas.

Nesta Tese de Doutorado, foi estudado apenas o subsetor de Edificações, que compreende a construção de edifícios residenciais, comerciais, de serviços e institucionais, de edifícios modulares verticais e horizontais, como, por exemplo, os conjuntos habitacionais e as edificações industriais, além de trabalhos complementares e auxiliares como reformas e demolições (SESI, 1991; 1998).

Ramo de atividade de grande importância no cenário econômico brasileiro, a construção civil, no ano de 2000, foi responsável por 15,6% do Produto Interno Bruto – PIB do país, tendo empregado 3,63 milhões de pessoas (Lima Júnior, 2005), sem contar os efeitos positivos da atividade na geração de empregos ao longo de toda sua cadeia produtiva. Contudo, a maioria dos trabalhadores desse ramo de atividade trabalha na informalidade (DIEESE, 2001).

Santana e Oliveira (2004) corroboram esses dados quando, ao realizarem um inquérito populacional na cidade de Salvador, concluem que o trabalho sem a carteira de trabalho assinada parece se constituir em uma importante característica da *precarização* do trabalho nesse ramo de atividade econômica. Esses autores encontraram uma maior proporção de trabalhadores sem contrato formal de trabalho e biscateiros na construção civil, em comparação a outros ramos de atividade, o que evidencia a perda de direitos sociais, trabalhistas e previdenciários assegurados para os trabalhadores formais.

Não obstante o trabalho informal seja bastante disseminado nesse ramo, dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED de 2007 apresentam uma geração recorde de empregos formais com carteira assinada na construção civil, com o crescimento de 13,08%, em relação ao ano anterior, originado do aumento de 176.755 postos de trabalho (Ministério do Trabalho, 2008).

Como aponta o DIEESE (2001), assim como outros ramos de atividade econômica, determinados segmentos da construção civil vêm passando por diversas transformações que alteram o processo de produção e organização. Embora o estágio de adoção dessas mudanças seja bastante diferenciado nas diversas regiões do país, um grande número de empresas já passou a adotar novas formas de gestão da força de trabalho, calcadas na utilização de novas tecnologias. Um exemplo disso é o uso de sistemas previamente fabricados como os pré-moldados e as estruturas metálicas, que retiram do canteiro de obras etapas inteiras do processo de construção, transformando-o em um local de montagem industrial.

Contudo, esse ramo difere, em muitos aspectos, de outras atividades industriais, apresentando peculiaridades que refletem uma estrutura dinâmica e complexa. Uma de suas características é o “*caráter nômade do setor, onde os produtos gerados pelas*

empresas são únicos (não-homogêneos e não-seriados), o que leva à execução de projetos singulares, com especificidades técnicas diferenciadas para cada empreendimento a ser realizado” (SESI, 1998, p. 24). Outra característica peculiar é a descontinuidade das atividades produtivas, definida pela fragmentação da produção em etapas e fases predominantemente sucessivas, o que contrasta com os processos contínuos da indústria de transformação.

Como consequência dessas características, faz-se necessária a habilidade e a destreza do trabalhador, dificultando a introdução de máquinas e equipamentos. *“Mesmo onde o desenvolvimento tecnológico foi mais incisivo e imprimiu maior dinamismo ao ritmo da produção, o conjunto de tarefas realizadas pelo trabalho manual ainda se constitui na ‘mola mestra’ do processo produtivo”* (SESI, 1998, p.24). Assim sendo, esse ramo apresenta uma condição híbrida entre a produção mecanizada e manufaturada. Todavia, de forma geral, o processo produtivo pode ser caracterizado como manufatureiro, visto que: não se trata de trabalho artesanal, pois existe divisão entre concepção e execução das atividades; nem se trata de uma indústria taylorista ou fordista, posto que o “saber fazer” ainda está nas mãos dos operários e a presença de máquinas ainda é marginal (Muniz, 1993).

Na execução de uma obra de construção civil, diferentes empresas atuam em conjunto. Na maioria dos países, essas empresas têm relativamente poucos empregados com jornada integral de trabalho e muitas são especializadas em seus respectivos ofícios, trabalhando como empreiteiras (Ringen *et al*, 1998). Nesses termos, a subcontratação de empresas para a execução de determinadas etapas do processo produtivo ou especializadas em locação de força de trabalho é outro elemento típico do ramo. A subcontratação, determinada em parte pela necessidade de uma atuação especializada,

funciona também como mecanismo de rebaixamento de custos (SESI, 1998; DIEESE, 2001) e de isenção dos empresários em relação às questões de saúde e segurança, uma vez que o ambiente de trabalho passa a ser jurisdição de várias empresas, dificultando a responsabilização individual pela manutenção de um ambiente saudável e seguro (Silva *et al*, 2005). As empresas subcontratadas se caracterizam por serem, em sua maioria, de pequeno porte e operarem à margem da legislação trabalhista, conseguindo, por isso, apresentar propostas a preços reduzidos.

As mudanças nos padrões de uso da força de trabalho promovidas pelos processos de reestruturação produtiva e de globalização da economia (Borges; Druck, 1993), têm intensificado ainda mais essas características ditas inerentes à construção civil. Conforme o DIEESE (2001), mesmo para as etapas da construção que, tradicionalmente, eram da responsabilidade da construtora principal, estão sendo subcontratadas outras empresas menores. Isso faz com que a construtora se torne uma mera gerenciadora de empresas na realização de um empreendimento. Ainda de acordo com esse autor, há tempos atrás, era comum encontrar cinco ou seis empresas além da construtora trabalhando em um canteiro; hoje o que se vê são, muitas vezes, 18 a 20 empresas envolvidas em uma única obra.

Destarte, apesar das mudanças ocorridas em decorrência do avanço tecnológico aparentarem uma tendência a tornar o trabalho mais “limpo”, essas não substituíram o “trabalho sujo” – manual, com pouca qualificação, e não regulamentado por lei –, apenas o esconderam, assim como aos trabalhadores que o executam: trabalhadores anônimos, sem identidade profissional e de classe (Gil, 2000). Essa asserção vai ao encontro de Dejours (2001), cuja argumentação aponta para o fato de que, com o advento da mecanização e robotização, passa-se a idéia de que o sofrimento no trabalho foi atenuado ou mesmo eliminado. No entanto, “por trás da vitrina” as condições de

trabalho são pouco diferentes das de antigamente e, por muitas vezes, piores por freqüentes infrações às leis trabalhistas, como é o caso dos trabalhadores da construção civil.

Diariamente, no Brasil, aumentam os empregos temporários e precarizados, o que se dá através da aplicação de conceitos como automação, flexibilidade, produção enxuta, qualidade total e descentralização produtiva, derivados dos métodos de gestão da indústria japonesa e justificados como uma resposta à necessidade de ajustamento frente aos padrões internacionais de competitividade (Garay, 2003). Altas taxas de desemprego são verificadas em toda a América Latina, com milhões de trabalhadores sendo levados a viver em precárias condições e até mesmo na miséria (Gil, 2000).

Outras mudanças oriundas desse processo são: o crescimento significativo do emprego autônomo; o aumento das formas atípicas de emprego como o trabalho temporário, em tempo parcial e a domicílio; e o crescimento de novas formas de arranjos produtivos como a subcontratação (Sorj, 2000). Tais mudanças potencializam o trabalho informal e a alta rotatividade da força de trabalho empregada na construção civil, esta última apontada por Muniz (1993) e SESI (1998) como outro fenômeno intrínseco à dinâmica do processo de produção desse ramo da indústria. Na verdade, como colocam esses autores, a rotatividade deve ser observada como um fenômeno que decorre da articulação de diversos fatores estruturais, principalmente das próprias relações de trabalho aí empreendidas: de um lado, permite a formação de um “exército de reserva” pronto para assumir o lugar de operários demitidos; de outro, possibilita que as firmas economizem com o não pagamento dos direitos trabalhistas, tais como FGTS, férias e aviso prévio. Vista dessa forma, a rotatividade não pode ser encarada como um fenômeno “natural” da construção civil, uma vez que as causas reais do desligamento dos trabalhadores derivam das estratégias de acumulação das empresas.

Como consequência da alta rotatividade da força de trabalho no ramo, o SESI (1998) aponta para a existência de um baixo índice de sindicalização entre os trabalhadores, fato reforçado pelas consequências do processo de reestruturação produtiva que, mediante o desemprego e consequente perda de afiliados, afeta a combatividade de qualquer organização sindical (Lima, 2002). Além disso, a alta rotatividade e fragmentação do processo produtivo em diversos locais dificultam a identificação desses trabalhadores como categoria.

De acordo com Oliveira (2004), pode-se afirmar que os trabalhadores da construção civil, em sua maioria informais, não *são* exatamente uma categoria, eles *estão* categoria. Isto atomiza a situação deles diante do ramo de atividade como um todo, fragilizando ainda mais sua posição na relação de poder com o empregador, pois esse trabalhador não se sente representante do grupo, nem vislumbra alguém que possa lhe representar.

A força de trabalho empregada na construção civil compõe-se, predominantemente, por indivíduos jovens, do sexo masculino, com baixa escolaridade, reduzida qualificação profissional e por expressivo contingente de migrantes (SESI, 1991; SESI, 1998; Ringen *et al*, 1998; Jobim, 1999; DIEESE, 2001). Por conseguinte, esses trabalhadores apresentam os menores níveis de remuneração salarial entre os demais ramos da indústria, o que lhes impõe a necessidade de estender a jornada de trabalho através da realização de horas extras ou da adoção de regime de tarefas (SESI, 1998).

Santana e Oliveira (2004), mediante um estudo epidemiológico que buscou traçar um perfil ocupacional e de saúde dos trabalhadores da construção civil na cidade de Salvador, apontam que grande parte da população de trabalhadores do sexo masculino da cidade se concentra nesse ramo de atividade e apresenta características de exclusão social, como ter a cor da pele negra, baixo nível educacional e sócio-econômico. Uma

outra característica de exclusão social apresentada foi o fato de que a maioria mencionou ter começado a trabalhar ainda criança ou adolescente, o que pode determinar a pouca qualificação profissional desses indivíduos. Conforme esses autores, os trabalhadores da construção civil referiram menos comumente treinamento profissional do que os trabalhadores de outros ramos de atividade.

A falta de qualificação dos trabalhadores incorporados aos quadros da Indústria da Construção e a falta de treinamento na empresa fazem com que a aprendizagem do ofício ocorra na prática do trabalho (Muniz, 1993; SESI, 1998). A qualificação profissional é um processo que se constrói, na execução das obras, como decorrência das relações de trabalho com os trabalhadores mais qualificados.

As atividades realizadas e a repartição das tarefas entre os trabalhadores da construção civil refletem a divisão entre os “classificados”, aqueles que realizam trabalhos mais especializados e melhor remunerados, sendo detentores de um maior *status* social, a exemplo de pedreiros, carpinteiros e pintores; e os ajudantes ou serventes, trabalhadores sem qualificação profissional que desempenham tarefas auxiliares (Oliveira, 2004). Essa “classificação” é alcançada mediante o aprendizado prático de um determinado ofício e concretizada pela assinatura da carteira de trabalho como profissional. Tal processo é, muitas vezes, dificultado pela realização de trabalhos na informalidade, uma vez que o trabalhador fica sem ter como comprovar suas experiências, e, conseqüentemente, conseguir ser classificado para trabalhar em uma função mais especializada, assim como realizar outros trabalhos na informalidade.

Contudo, Oliveira (2004) pontua que, mesmo os trabalhadores mais qualificados, executam todos os tipos de atividade, das mais especializadas às mais simples. Essa versatilidade pode ser entendida como resultado de uma busca indiscriminada por uma

inserção laboral provocada pela escassez de empregos. Assim, se em um momento estão trabalhando como pedreiro, em outro a oportunidade que aparece é para trabalhar como pintor, ajudante de pedreiro ou eletricitista.

Os trabalhadores da construção civil podem trabalhar “na diária”, das 7:00 às 17:00h, recebendo um soldo definido por dia de trabalho; ou “na produção”, recebendo um pagamento mediante a quantidade de trabalho realizado, o que leva a intensificação do trabalho e o prolongamento da jornada de trabalho (Oliveira, 2004). Como o trabalho “na diária” independe de produtividade, os trabalhadores desenvolvem “mecanismos de defesa” (Dejours, 1992), “enrolando”, isto é, desenvolvendo uma quantidade menor de trabalho do que poderiam.

Já quando trabalham por conta própria, em serviços de construção ou reformas de casas residenciais, os trabalhadores estabelecem contratos de “empreitada” com os proprietários. Mediante esses contratos, estabelecidos normalmente por acordos verbais, os trabalhadores definem o valor do serviço, a jornada de trabalho, o tempo necessário para realizá-lo e reúnem, eles próprios, sua equipe de trabalho.

Assim, como conclui Oliveira (2004), os trabalhadores da construção civil são submetidos a uma variedade de situações laborais, vivenciando diferentes processos de trabalho: ora exercendo inúmeras atividades com uso de vários instrumentos de trabalho, ora realizando operações repetitivas; por vezes com supervisões consideradas rígidas e injustas, por vezes sem supervisão; em algumas situações cumprindo horários preestabelecidos e sem descanso, em outras determinando seu próprio horário e ritmo de trabalho.

Ao lado da importância real que representa para economia mundial, sendo responsável por grande parte do emprego de camadas pobres da população masculina, a construção

civil abriga uma realidade dura no que diz respeito às condições de trabalho: é considerado um dos mais perigosos ramos de atividade econômica em todo o mundo, liderando as taxas de acidentes de trabalho fatais, não fatais e anos de vida perdidos (Ringen *et al*, 1998). Estudos apontam a construção civil como um dos ramos com uma maior ocorrência de acidentes de trabalho (Santos *et al*, 1990; SESI, 1991; Sorock *et al*, 1993; Burckhart *et al*, 1993; Barata *et al*, 2000; Conceição *et al*, 2000; Jackson; Loomis, 2001; Jacobina, 2002; Conceição *et al*, 2003; Minayo Gomez, 2005). Santana e Oliveira (2004) encontraram maior taxa de incidência de acidentes de trabalho não fatais entre trabalhadores da construção civil em relação a trabalhadores de outros setores econômicos na cidade de Salvador.

Há vários fatores que, articulados, fazem com que os acidentes de trabalho, nesse ramo, ganhem tais proporções: a exposição a um grande número de riscos, expressa no trabalho em grandes alturas, no manejo de máquinas, equipamentos e ferramentas pérfuro-cortantes, no contato com instalações elétricas (Ringen *et al*, 1998; Lipscomb *et al*, 2000), na possibilidade de queda de objetos (Lipscomb *et al*, 2000), nas posturas anti-ergonômicas como a elevação de objetos pesados (Jeong, 1998), além do estresse devido à transitoriedade e a alta rotatividade (Cattledge *et al*, 1996). Outros fatores apontados como responsáveis pela ocorrência de acidentes na Indústria da Construção são as precárias condições de segurança nos canteiros de obras, a pouca integração dos trabalhadores ao processo produtivo, o uso intensivo da força de trabalho, a falta de treinamento (SESI, 1998; Costella, 1999), a desorganização dos coletivos de trabalho (Muniz, 1993), os processos de terceirização fundados na transferência de responsabilidades (Minayo, 2005) e a falta de um efetivo gerenciamento do ambiente de trabalho (Lima Júnior, 2002).

Diversos estudos (Gomes, 2003; Mangas, 2003; Oliveira; Iriart, 2005; Borsoi, 2005) vêm discutindo os fatores envolvidos no advento desses infortúnios na construção civil, suas características e conseqüências para os trabalhadores e suas famílias.

Nobre (2007) encontrou que, dentre 126 casos de óbito por acidente de trabalho, ocorridos na Região Metropolitana de Salvador, em atividades lícitas, a construção civil foi o ramo de atividade que apresentou o maior percentual. O perfil dos mortos reflete bem a realidade do ramo: tratava-se de pedreiros e serventes desempregados, fazendo biscates ou trabalhando por conta própria, em serviços temporários, de empreitada.

Outra característica do ramo, que expõe os trabalhadores a riscos de acidente, como mostram Ringen *et al* (1998), é a transitoriedade das diferentes fases de uma construção. Essa transitoriedade determina constantes mudanças na natureza do trabalho e na composição da equipe de trabalho, não permitindo que os trabalhadores – em sua maioria não qualificados – possam se adaptar ao trabalho e desenvolver relações produtivas e seguras com outros trabalhadores, o que afeta diretamente a segurança de toda a obra. Além disso, segundo os autores, o trabalhador não se encontra apenas exposto aos riscos primários de seu próprio trabalho, mas também, como observador passivo aos gerados por aqueles que trabalham em sua proximidade ou em seu raio de influência.

O reconhecimento da importância e das especificidades da construção civil levou o governo brasileiro a editar uma Norma Regulamentadora de Saúde e Segurança no Trabalho especial sobre as Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção: a NR 18 (Brasil, 2001). Essa norma estabelece diretrizes de ordem administrativa, de planejamento e de organização, que objetivam a implementação de

medidas de controle e sistemas preventivos de segurança nos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho na Indústria da Construção.

Alguns dos destaques dessa norma são: a obrigação das empresas de construção elaborarem e implantarem um Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção – PCMAT, visando formalizar as medidas de segurança que devem ser implantadas nos canteiros de obras; a exigência de treinamento em segurança, admissional e periódico; o estabelecimento de parâmetros mínimos para as áreas de vivência como refeitórios, alojamentos, instalações sanitárias, cozinhas, a fim de que sejam garantidas condições mínimas de higiene e segurança nesses locais; a obrigação de constituir Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA nos canteiros de obras para, conforme o exposto na NR 5, prevenir os acidentes e as doenças decorrentes do trabalho; a criação do Comitê Permanente Nacional sobre Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção – CPN, e dos Comitês Permanentes Regionais sobre Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção – CPR, em cada uma das unidades da Federação, onde são representados o governo, os empresários e os trabalhadores, com o intuito de avaliar e alterar a norma.

A partir dessa descrição, é possível apreender que o Brasil apresenta uma legislação bastante rica sobre saúde e segurança na Indústria da Construção. Entretanto, a persistência de altos índices de acidente no ramo parece dizer respeito à forma como as ações preventivas estão sendo realizadas ou ao fato dessas não estarem sendo implementadas. Em 1995, um estudo multicêntrico nacional, realizado com o objetivo de recolher subsídios para o aperfeiçoamento da NR 18, constatou ser de apenas 55% o atendimento às normas de segurança em canteiros de obras, descumprimento que se concentrava, em especial, nas instalações de andaimes e proteções periféricas (Saurin; Formoso, 1999). Consoante os resultados dessa pesquisa, as causas para o não

cumprimento da norma podem ser atribuídas ao papel secundário destinado à segurança no gerenciamento das empresas, ao desconhecimento da norma e, somente em alguns casos, às dificuldades técnicas e ao custo dos equipamentos. As empresas parecem esperar serem notificadas pelos fiscais da Superintendência Regional do Trabalho – SRT para implantar alguma medida de correção e prevenção, fazendo isto em razão de temerem as multas provenientes da sua não conformação à lei.

Oliveira (2004) corrobora tais resultados, quando aponta o não cumprimento, entre empresas construtoras de Salvador, das normas legais relacionadas à segurança no trabalho. Consoante esse autor, pela falta de uma política mais incisiva de fiscalização, as medidas de segurança, obrigatórias para o ramo da construção civil, parecem não ser “levadas a sério”. Isso demonstra o completo desconhecimento da lei, derivado do desinteresse, por parte dos empregadores, que, normalmente, só se interessam por tais questões após situações de embargos de canteiros de obras.

Para além dos acidentes de trabalho, considerados como uma forma de violência explícita (Cohn *et al*, 1985; Machado; Minayo Gomez, 1994), a forma desumana e autoritária como são tratados – muitas vezes rebaixados à condição de escravos –, os direitos que lhes são cerceados, as condições de trabalho a que são expostos, o estigma social de que lhes é imposto, tudo isso, segundo Oliveira e Iriart (2008), descortina uma grave situação de violência velada para com os trabalhadores da construção civil.

Ainda segundo esses autores, os trabalhadores da construção civil representam o trabalho realizado nesse ramo como “pesado”, “desvalorizado”, “discriminado” e “sem futuro”. Trabalhar na construção civil parece se constituir no “último recurso” buscado por uma população de homens de camadas pobres da sociedade para garantir a sobrevivência.

Vítimas, em sua maioria, de uma exclusão social vinculada à sua origem pobre, caracterizada pela baixa escolaridade, reduzida qualificação profissional (SESI, 1991; 1998; Ringen *et al*, 1998; Jobim, 1999; DIEESE, 2001; Santana; Oliveira, 2004) e cor da pele negra (Santana; Oliveira, 2004), esses trabalhadores padecem mais uma vez de um desterro social quando, trabalhando na informalidade, são inferiorizados em relação aos trabalhadores formais, ocupando um lugar de “pré-cidadãos” ou “cidadãos de segunda categoria” (Oliveira, 2004). Essa situação reflete bem o processo de afirmação da cidadania no país que transformou a carteira de trabalho em uma espécie de nascimento cívico das pessoas (Santos, 1987). Esse tipo de exclusão pode gerar um sofrimento ético-político, caracterizado, especialmente, pela dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade (Sawaia, 1999).

Todos esses fatores que integram a realidade do trabalho na construção civil motivaram a escolha desse ramo como foco de investigação, haja vista demonstrem como os trabalhadores aí inseridos vivenciam uma série de violências, que lhes cerceiam o usufruto de direitos constitucionalmente assegurados, excluindo-os do pleno gozo da cidadania. Ademais, esse ramo de atividade apresenta-se como um modelo emblemático de situações em que há associação entre trabalho e violência, pois, como coloca Minayo Gomez (2005, p. 254):

...as circunstâncias dos acidentes e das mortes que ocorrem na construção civil são um caso demonstrativo da associação entre violência estrutural com formas cruéis de negligência institucional que se expressam em falhas na regulação, na fiscalização deficiente ou leniente, no conluio freqüente dos sindicatos de trabalhadores com empresas e com subcontratantes, dentre outros.

Capítulo - IV

Considerações Teórico-metodológicas

Nos dias atuais, o mercado de trabalho brasileiro se caracteriza por uma crescente informalização das relações de trabalho e expansão de diversos níveis de *precarização*, que conformam os denominados empregos atípicos: terceirizados, temporários, em tempo parcial, por tarefas e a utilização de força de trabalho familiar (Dias *et al*, 2007). Esse quadro revela grande heterogeneidade de situações, onde a marca comum é a exclusão social e o aumento da marginalidade (Wünsch Filho, 2004). Ademais, tal realidade dificulta a realização de pesquisas científicas que possam delinear um diagnóstico fidedigno acerca da situação de saúde dos trabalhadores no país.

Diante dessa realidade multifacetada do mundo do trabalho, é colocado, aos pesquisadores atuantes na Saúde do Trabalhador, o desafio de construir novos referenciais conceituais e metodológicos capazes de dar conta da totalidade heterogênea do universo dos trabalhadores brasileiros (Minayo Gomez; Lacaz, 2005). Como argumenta Assunção (2003), criar novas abordagens em Saúde do Trabalhador é parte de um processo que pretende contribuir para o fomento de práticas preventivas relacionadas ao trabalho e formulações futuras mais complexas.

Além disso, a complexidade real da experiência e do fenômeno da violência exige a abertura para integrar esforços e pontos de vista dos mais diversos, envolvendo pesquisas científicas que forneçam informações mais fidedignas para a implementação de políticas e estratégias de prevenção (Minayo, 1994). Assim, cabem ser exploradas diferentes metodologias de investigação, potencialmente capazes de verificar possíveis

relações entre condições de vida das populações e determinadas manifestações da violência (Macedo *et al.*, 2001), a exemplo da utilização de desenhos etno-epidemiológicos de pesquisa (Nunes; Paim, 2005).

Nessa perspectiva, a presente Tese de Doutorado utilizou um referencial teórico-metodológico inspirado no modelo metodológico do *Sistema de signos, significados e práticas – S/ssp* (Bibeau, 1992; Uchôa; Vidal, 1994; Bibeau; Corin, 1995; Almeida Filho *et al* s/d; Almeida Filho; Corin; Bibeau, 2000; Almeida Filho *et al*, 2000). Assim, foi delineada uma abordagem qualitativa-hermenêutica, que buscou compreender o sentido que os trabalhadores conferem ao cotidiano do trabalho, suas formas de ser, sentir, perceber e agir. Como argumentam Minayo Gomez e Thedim Costa (2003), a área de Saúde do Trabalhador não pode prescindir do potencial interpretativo das ciências sociais e humanas, de onde se extrai um corpo de conceitos e categorias essenciais para a compreensão da gênese dos agravos à saúde dos trabalhadores e dos distintos níveis de determinação, imbricados na relação trabalho-saúde.

Sistema de Signos, Significados e Práticas – S/ssp

Nesta Tese de Doutorado, parte-se do pressuposto de que as representações e crenças populares, relacionadas a fenômenos sociais, são intersubjetivamente construídas através de continuado intercâmbio e negociação de significados, envolvendo a pessoa e os membros de suas redes sociais (Almeida Filho *et al*, s/d). Conseqüentemente, uma pesquisa que pretenda investigar como as pessoas dão sentido a determinados fenômenos sociais deve focalizar os espaços e práticas sociais, através dos quais aquelas lidam com tais questões, dando-lhes sentido.

Isso leva à necessidade de apreender a vida cotidiana – essa realidade interpretada e subjetivamente dotada de sentido, que se origina em pensamentos e ações (Berger; Luckmann, 1973) – dos homens comuns com quem se quer dialogar para produzir conhecimento científico. Como o conhecimento buscado no senso comum, na experiência diária do homem, não constitui um *corpus* abstrato de saber, encontrando-se embebido em contextos de ação, são nesses contextos que deve ser apreendido tal saber (Rabelo, 1999).

A partir dessa discussão, o *S/ssp* propõe inverter o procedimento utilizado nos estudos sobre representações e partir do nível pragmático para remontar ao nível semântico. Isto é, em sua maioria, os estudos sobre representações utilizam uma perspectiva cognitiva, mediante a qual os sujeitos de pesquisa são questionados sobre os sentidos e significados atribuídos a objetos socialmente valorizados, para, a partir daí, discutir a influência dessas representações no comportamento dos indivíduos. O *S/ssp*, por sua vez, parte da investigação de relatos sobre comportamentos concretos para identificar as lógicas conceituais subjacentes a tais comportamentos e os diferentes fatores que intervêm na concretização dessas lógicas em situações particulares.

Embora tenha sido inicialmente empregada na área da saúde mental, a contribuição potencial do modelo do *S/ssp* para outras áreas da saúde parece indiscutível (Uchoa; Vidal, 1994). Como exemplo, temos os trabalhos de Lima (2005) sobre os significados atribuídos por psicólogos as suas práticas em serviços públicos de saúde e de Fonseca *et al* (2007), cujo foco foram as maneiras de pensar e agir de trabalhadores rurais em relação ao manejo de agrotóxicos.

O modelo metodológico do *S/ssp* envolve três estágios de produção de dados: pré-enquete, enquete extensiva e enquete principal ou reconstrução de casos, além de uma

etnografia focalizada como pano de fundo (Almeida Filho *et al*, s/d). A *pré-enquete* visa identificar os signos associados ao tema em questão, que surgem a partir dos idiomas populares e conceitos expressos em diálogos espontâneos com sujeitos inseridos no contexto de pesquisa. Na segunda etapa – *enquete extensiva* –, são realizadas entrevistas com interlocutores-chave, selecionados de maneira a atingir uma grande diversidade de respondentes, com o objetivo de conhecer os signos e seus significados, explorando-se casos concretos. A terceira etapa da pesquisa é a *reconstrução de casos*, cujo objetivo é coletar narrativas detalhadas sobre histórias de casos reais, incluindo cuidadosas descrições dos signos, significados e comportamentos relacionados a cada caso.

Mediante o *S/ssp*, propõe-se abordar um problema de pesquisa a partir de três níveis: o factual, o narrativo e o interpretativo (Bibeau, 1992). No *nível factual*, busca-se compilar situações concretas, que sejam significativas para a população de estudo, e coligir dados complementares relacionados ao problema investigado. É ressaltada a importância de tomar como ponto de partida situações concretas, não se limitando às representações meramente abstratas da realidade. O *nível narrativo* concerne à coleta de relatos sobre o problema de pesquisa e identificação dos interlocutores-chave. Nessa proposta, as narrativas são as unidades de análise e não os casos propriamente ditos.

Entende-se que uma das formas privilegiadas de apreender a experiência das pessoas é através de histórias contadas por elas (Good, 1997). Mediante a elaboração de narrativas, as pessoas lembram o que aconteceu, colocam a experiência em uma seqüência coerente e significativa, encontram possíveis explicações para isso, e jogam com a cadeia de acontecimentos que constroem a vida individual e social (Jovchelovitch; Bauer, 2002). Como a experiência sempre excede sua descrição ou narração, novas questões estarão sempre trazendo novas reflexões, fazendo com que se possa analisar um evento de

perspectivas diferentes, revelando novas dimensões da experiência, que é, em sua essência, sensual e afetiva (Good, 1997).

Além disso, como coloca Flick (2002), a experiência não possui uma estrutura narrativa por si, ela é construída na forma de uma narrativa, quando os sujeitos, ponderando sobre um acontecimento e tentando compreendê-lo, constroem uma narração. Essa reprodução de experiências como narrativas implica dois processos de negociação: interna/cognitiva, entre experiência e o esquema da história; e externa, com os ouvintes. Os resultados desses processos são modalidades de conhecimento contextualizadas e socialmente partilhadas.

As narrativas também projetam as atividades e experiências para o futuro, organizando desejos e estratégias teleológicas, direcionando-as para fins imaginados (Good, 1997). Dessa forma, as experiências vividas e as atividades sociais têm uma relação complexa com as histórias que as recontam. De acordo com Good (1997), parte da tarefa do antropólogo seria (re)contar as histórias de um modo que provoque uma resposta experiencial significativa, possibilitando o entendimento ao ser lida. Deve-se buscar “*ver as coisas do ponto de vista do nativo*” (Geertz, 1997) e revelar a sua normalidade sem reduzir sua peculiaridade (Geertz, 1989). Assim, como assevera Geertz (1989), os dados são, eles próprios, uma construção do pesquisador das construções de outras pessoas. Trata-se, portanto, de ficções – do grego *fictio*, fabricação –, no sentido de que são “algo construído”, “algo modelado”; não que sejam falsos, mas uma versão, entre muitas, sobre a realidade observada; uma versão que deve ser cotejada com outras versões elaboradas no interior da linguagem científica.

Ao recorrer às narrativas, torna-se possível ler as vivências particulares onde os sentimentos, muitas vezes, escapam a uma observação direta e se fundem nas tramas e dramas irredutíveis. Para Bruner (1997, p. 40), “*o modo narrativo leva a conclusões, não*

sobre certezas num mundo primitivo, mas sobre as diversas perspectivas que podem ser construídas para tornar a experiência compreensível”.

Por outro lado, narrar pressupõe um acordo de vida e discurso entre narrador e ouvinte. O narrador (com)partilha experiências nas quais seus ouvintes se reconhecem e se inserem, cuja continuação sugerem e vivem. Afora isso, *“contar histórias é uma habilidade relativamente independente da educação e da competência lingüística; embora a última seja desigualmente distribuída em cada população, a capacidade de contar histórias não o é, ou ao menos é em menor grau”* (Jovchelovitch; Bauer, 2002, p. 91), o que facilita o trabalho de investigação com pessoas de baixa escolaridade, como é o caso dos trabalhadores da construção civil.

A narrativa não é simplesmente o que está presente em uma história completa. Para se constituir como narrativa, o leitor deve se apropriar da história, compondo-a (Good, 1997). O enredo é, então, criado pelo leitor momento a momento que ele prossegue através do texto. Assim, a produção de sentido se mostra inerente à interação entre o leitor e o texto. Como coloca Rabelo (1999, p. 76), *“dizer que o significado de um discurso é dinâmico é recuperar a vinculação necessária entre o discurso e seu contexto de interlocução, que inclui um sujeito que se dirige para alguém e cuja fala é, em si mesma, uma resposta situada em relação a eventos, pessoas e outras falas”*. Nesse sentido, o significado assumido pela fala depende da situação na qual ocorreu. O significado que as expressões assumem não pode ser compreendido em sua total extensão sem a determinação de significado derivada do contexto de ação (Gadamer, 1977).

Já Jovchelovitch e Bauer (2002) afirmam que, em uma narrativa, ações e experiências de determinado número de personagens são colocadas em uma seqüência, e esses personagens agem a partir de situações que mudam. Assim sendo, *“contar histórias*

implica duas dimensões: a dimensão cronológica, referente à narrativa como seqüência de episódios, e a não cronológica, que implica a construção de um todo a partir de sucessivos acontecimentos, ou a configuração de um ‘enredo’ ” (Jovchelovitch; Bauer, 2002, p. 92). Consoante esses autores, é através do enredo que os acontecimentos adquirem coerência e sentido na narrativa, bem como se torna possível apreender o contexto nos quais estão inseridos. Como funções do enredo, são apontadas: a definição do espaço de tempo que marca o começo e o fim de uma história; e a produção de critérios que delimitam a seleção dos acontecimentos a serem incluídos na narrativa, a maneira como esses são ordenados e o esclarecimento dos sentidos implícitos que esses possuem. Tais funções atribuem ao enredo um papel fundamental na constituição de uma narrativa, que demonstra se prolongar para além das sentenças e dos acontecimentos que as constituem.

Nesta mesma perspectiva, o sentido não está no fim da narrativa; ele permeia toda a história. Deste modo, compreender uma narrativa não é apenas seguir a seqüência cronológica dos acontecimentos que são apresentados pelo contador de histórias: é também reconhecer sua dimensão não cronológica, expressas pelas funções e sentidos do enredo (Jovchelovitch; Bauer, 2002, p. 93).

Finalmente, o *nível interpretativo* requer que o trabalho de interpretação torne a realidade estudada cada vez mais familiar ao pesquisador, de modo a possibilitar captar significados e fazer emergir sentidos que escaparam aos próprios atores sociais. Esse nível de abordagem implica no uso de uma racionalidade hermenêutica, que, segundo Gadamer (1977), é baseada no fato da linguagem sempre conduzir para trás de si mesma e para trás da fachada da expressão verbal declarada. Esse tipo de investigação se

interessa pelos significados atrás dos significados, a exemplo do não dito, do ocultado e do dissimulado presente na fala.

Para esse tipo de aproximação, Bibeau e Corin (1995) propõem uma leitura etnocrítica, que busca trazer as contribuições da semiologia para a leitura de dados etnográficos, combinando a “submissão ao texto” dos discursos coletados à “violência” do pesquisador sobre esses textos. Essa proposta apresenta quatro regras básicas: *adquirir familiaridade com a superfície da realidade*, que se concretiza no esforço de se aproximar do mundo dos sujeitos da pesquisa, apreendendo sua língua, seus costumes e suas atividades; *olhar atrás das cenas e ler as entrelinhas*, objetivando romper com as falsas evidências e acessar os significados escondidos; *trilhar os passos dos adivinhos*, na tentativa de gerar inteligibilidade por intermédio da conexão de signos e deciframento de sinais; e *estabelecer um esforço cooperativo e criativo*, no sentido de considerar a interpretação de textos uma cooperação entre o escritor e o leitor, o qual deve preencher os espaços vazios, buscando acessar os modos de pensamentos do grupo estudado.

A proposta etnocrítica adota o conceito de hermenêutica, a partir de Ricoeur (1976), como interpretação orientada para textos, cuja compreensão é apenas um caso particular da situação dialógica em que alguém responde a mais alguém. Como coloca Ricoeur (1989), uma das finalidades da hermenêutica é lutar contra o afastamento relativamente ao próprio sentido, isto é, ao sistema de valores sobre o qual se estabelece o texto. Assim, “... a interpretação ‘aproxima’, ‘igualiza’ torna ‘contemporâneo e semelhante’, o que significa, na verdade, tornar próprio o que, em princípio, era estranho” (Ricoeur 1989, p.156).

O texto é definido por Ricoeur (1989) como todo discurso fixado pela escrita. Com a inscrição, fixação, conservação e objetivação do discurso através da escrita, esse ganha autonomia semântica, resultado da desconexão da intenção mental do autor, relativamente ao significado verbal do texto (Ricoeur, 1976). Assim, o que o texto significa interessa agora mais do que o autor quis dizer quando o escreveu.

O texto é uma obra aberta para o mundo, pois o sentido do texto não está contido nos limites formais de sua estrutura, mas nas fronteiras abertas que estabelece com o mundo textual que o engendra e que ele faz referência (Ricoeur, 1976). Remetendo-se a Gottlob Frege, Ricoeur (1976) apresenta a distinção entre *sentido*, como algo imanente ao discurso, e *referência* como expressão do movimento em que a linguagem transcende a si mesma, relacionando-se com o mundo. Desse modo, a intertextualidade se mostra constitutiva do texto, o que possibilita ler o texto, isto é:

...encadear um discurso novo no discurso do texto. Este encadeamento de um discurso num discurso denuncia, na própria constituição do texto, uma capacidade original de ser retomado, que é o seu caráter aberto. A interpretação é a conclusão concreta deste encadeamento e deste retomar. (Ricoeur, 1989, p. 155).

A interpretação de textos é proposta por Ricoeur (1976) como uma dialética explicação/compreensão, sendo, cada uma destas, parte de um mesmo processo. Ele argumenta que, “... *explicar é destacar a estrutura, quer dizer, as relações internas de dependência que constituem a estatística do texto; interpretar é tornar o caminho do pensamento aberto pelo texto, pôr-se em marcha para o oriente do texto*” (Ricoeur, 1989, p. 159). Mediante essa proposição, uma interpretação deve começar por uma primeira compreensão ingênua do sentido do texto como um todo para, posteriormente, promover uma compreensão mais crítica, fundamentada em procedimentos explicativos.

Durante a realização das fases da pesquisa, a proposta do *S/ssp* inclui a implementação de uma “etnografia centrada” (Bibeau, 1992) das áreas estudadas, cujo foco de observação e análise se detém apenas nos elementos culturais significativos e relacionados à questão de estudo. Consoante Bibeau (1992), um estudo etnográfico inclui o exame dos valores culturais e da organização social local, o que possibilita a articulação do contexto macro-social e códigos culturais em sistemas relacionados às situações concretas. Tal procedimento viabiliza o delineamento de um amplo contexto sócio-cultural que baliza a análise das narrativas produzidas pelos interlocutores-chave.

Relato da experiência metodológica

Conforme preconiza o *S/ssp*, a coleta de dados foi dividida em fases. Em um primeiro momento, buscamos contato com o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção e Madeira da Bahia – SINTRACOM/BA, como fonte de informações para acessar trabalhadores do ramo. Essa estratégia foi implementada em função da construção civil apresentar diversas modalidades de inserção laboral (trabalho formal, informal, temporário, terceirizado, por conta própria, etc.).

Apesar da existência de um baixo índice de sindicalização entre os trabalhadores desse ramo de atividade (SESI, 1998), entendemos que, ao ter contato com os trabalhadores formais sindicalizados, seria possível acessar aqueles com formas atípicas de emprego mediante suas *redes sociais*. Essa estratégia se mostrava pertinente, visto que, ante a desregulação das normas tradicionais do emprego, redes de sociabilidade como a família, os grupos de vizinhança, de trabalho e as igrejas ganham relevância como formas de assegurar um serviço remunerado, transformando-se em fontes de informação e oportunidades no mercado de trabalho (Sorj, 2000). Tal idéia foi especialmente corroborada para a construção civil por Oliveira (2004), quando aponta a rede social

como importante fator para aquisição de trabalho no ramo, muitas vezes sendo o ponto de partida para manter o trabalhador na ativa.

Na presente pesquisa, foi assumida a noção de rede como um sistema de relações interpessoais, constituído por meio de interações que visam à comunicação, à troca e à ajuda mútua e emerge a partir de interesses compartilhados e de situações vivenciadas em agrupamentos ou localidades – parentesco, vizinhança, trabalho, etc. (Loiola; Moura, 1997). Portanto, as redes sociais representam um conjunto de participantes autônomos, que unem idéias e recursos em torno de valores e interesses compartilhados, constituindo uma ampla estratégia para investigar a estrutura social (Marteletto, 2001).

Procuramos, então, conhecer as informações disponíveis, no SINTRACOM/BA, sobre os trabalhadores sindicalizados. Nosso intento era, mediante o reconhecimento do perfil dos trabalhadores sindicalizados, identificar aqueles que se caracterizassem como possíveis interlocutores-chave para a realização de entrevistas, considerando a heterogeneidade com referência a variáveis sócio-demográficas, geográficas e laborais. Ao ter contato com o presidente da instituição, ele comentou que achava difícil encontrar os trabalhadores através de seus endereços, pois esses mudavam muito de residência. Segundo ele, os trabalhadores buscam sempre morar próximo das obras em que estão trabalhando, característica que teria originado o termo “peão”, utilizado para se referir aos trabalhadores da construção civil, que denota a condição de estar sempre rodando, sempre em movimento, mudando de lugar de trabalho e de moradia.

Apesar de não acreditar na viabilidade da estratégia proposta, o presidente colocou à disposição os cadastros de trabalhadores sindicalizados. Ademais, sugeriu que o acesso a esses trabalhadores fosse feito no próprio sindicato, no momento em que ali se encontravam para fazer a homologação da rescisão contratual. Assim, conduziu-nos até

uma sala em que estavam trabalhadores aguardando o momento da homologação e nos apresentou a dois trabalhadores. Na interação com os mesmos, descobrimos que se tratavam de eletricitistas de uma cidade do interior do Estado da Bahia, e ali estavam, pois a empresa para qual trabalharam cinco meses em Minas Gerais não havia pago tudo o que lhes devia. A história deles parecia muito interessante, mas mostrou-se impossível encontrá-los uma outra vez, haja vista estivessem esperando apenas solucionar a pendência para voltar para a cidade natal. Chegamos a insistir, pedindo o endereço deles para que nos comunicássemos por carta. Entretanto, isso também não foi possível, pois disseram que, muito provavelmente, não iriam ficar muito tempo em seu município, entendendo que, logo que chegassem, encontrariam trabalho fora da cidade.

Além dessa tentativa mal-sucedida de manter contato com trabalhadores no momento da homologação da rescisão contratual, outros motivos nos levaram a não utilizar esse procedimento: ao abordar os trabalhadores dentro do sindicato, isso influenciaria diretamente o lugar de fala ocupado pelo pesquisador e, conseqüentemente, a narrativa que iria ser construída a partir dessa interação, visto que poderia denotar uma relação entre esse e a instituição; e o fato da homologação da rescisão contratual envolver, muitas vezes, um litígio entre as partes, gerando um clima de tensão, ansiedade e desconforto.

Voltando à estratégia originalmente pensada, isto é, ter acesso aos cadastros e utilizá-los para chegar até os trabalhadores, foi possível constatar que, em sua maioria, não tinham o endereço completo nem telefone, o que dificultaria a comunicação. Nesse momento, a secretária do presidente teve uma outra idéia: estava ocorrendo um campeonato de futebol entre os trabalhadores sindicalizados da construção civil no campo do Serviço Social da Indústria – SESI, onde seria possível encontrar muitos deles e entrevistá-los.

Pareceu uma boa idéia, pois, como os times de futebol eram, geralmente, formados por trabalhadores de uma mesma empresa, seria possível entrevistar um trabalhador por time e conhecer realidades de diferentes organizações.

Diante dessa situação, cabe acentuar a importância da noção de serendipidade² (*serendipity*) para o desenvolvimento de uma pesquisa científica. Como coloca Bachrach (1974), não se faz pesquisa científica exatamente do modo como os livros de metodologia ensinam. Assim, deve-se estar sempre aberto para descobertas felizes que ocorrem, de forma não intencionada, durante o percurso de uma pesquisa, as quais, por vezes, mostram-se mais úteis e interessantes do que aquilo que se buscava. A “descoberta” do campeonato de futebol pode ser tomada como exemplo de serendipidade, cujo desdobramento levou à elaboração de uma nova estratégia para contatar os trabalhadores.

Tal estratégia vai ao encontro dos achados de Oliveira (2004), quando, em um estudo sobre as representações do trabalho entre trabalhadores informais da construção civil, aponta os grupos de trabalhadores que trabalham juntos e desenvolvem uma relação afetiva entre si, como um ponto a ser explorado por pesquisas e ações em Saúde do Trabalhador. Segundo o autor, as redes sociais, estabelecidas no trabalho, foram evocadas como único elemento do contexto laboral, que provocava nos trabalhadores o sentimento de prazer e o desejo de estar naquele lugar.

Outrossim, entendemos que o ambiente de integração e entretenimento, como em um campeonato de futebol, facilitaria a aproximação e abordagem dos trabalhadores por

² De acordo com Caon (1997), esse termo equivalente à descoberta acidental de forma não intencionada. Baseia-se no conto “*The Three Princes of Serendip*”, de Horace Walpole, que descreve as aventuras de três príncipes, os quais saíram pelo mundo em busca de uma determinada coisa, mas encontraram muitas outras mais úteis e valiosas do que a que buscavam. O autor Walter B. Cannon popularizou entre os pesquisadores tal conceito, como uma das principais virtudes da pesquisa.

meio de conversas informais, propiciando um momento de interação mais espontâneo, antes da realização das entrevistas propriamente ditas, e possibilitando identificar signos associados ao tema em estudo (fase de *pré-enquete* do *S/ssp*).

Tendo ido ao local onde se realizavam as partidas de futebol, foi possível ter a dimensão do evento. Tratava-se, conforme o SINTRACOM/BA, do maior campeonato de futebol organizado por um sindicato no Brasil, envolvendo, no ano de 2006, 35 times, cada um com 18 jogadores inscritos, o que totalizava o número de 630 trabalhadores da construção civil diretamente envolvidos. As arquibancadas estavam cheias de trabalhadores com suas famílias em um clima de muita animação. Quando começamos a acompanhar o campeonato, restavam apenas 16 times disputando partidas eliminatórias, o que fazia com que os jogos fossem muito disputados.

Depois de nos situarmos quanto ao funcionamento do campeonato, conseguimos estabelecer contato com os trabalhadores. A cada jogo que terminava, abordávamos os trabalhadores e falávamos sobre a pesquisa. Esses, em sua maioria, foram solícitos em se colocar à disposição de participar da pesquisa, destacando a importância de se estudar as situações de violência que ocorrem no ramo da construção civil. Entendendo que aquele não era um local apropriado para a realização das entrevistas, resolvemos coletar o endereço e o telefone das pessoas para agendar visitas em suas residências.

Nesse primeiro contato, investigamos, também, o dia da semana e o horário que eram mais convenientes para a realização das entrevistas. A maioria preferiu que tivéssemos a conversa no final de semana, pois esse era o melhor período para encontrá-los, visto que trabalhavam a semana toda. Durante os três dias que estivemos presentes aos jogos do campeonato de futebol, conversamos com muitos trabalhadores e acordamos com 16, de diferentes empresas, ocupações diversas (pedreiro, eletricista, carpinteiro, pintor,

ferramenteiro, ajudante prático, servente) e residentes em distintos bairros, a realização de entrevistas.

Ao telefonar para marcar os encontros, tivemos muitas dificuldades, pois, alguns dos trabalhadores colocavam empecilhos; outros, após os primeiros telefonemas, não atendiam as ligações; e houve aqueles que marcaram conosco e não apareceram. O que pudemos descobrir, ao longo da fase de coleta de dados, é que os finais de semana são os dias em que os trabalhadores da construção civil consagram a beber com os amigos e jogar bola, dificultando o agendamento de qualquer outro compromisso. Essa situação pode ser ilustrada pelo contato pessoal que tive com um trabalhador e sua esposa, quando ele disse que não seria possível participar da pesquisa, pois jogava futebol nos finais de semana. Sua companheira ratificou tal asserção ao afirmar que ele era louco por futebol, por vezes, deixando-a, juntamente com o filho, em casa para ir jogar bola.

A partir dos contatos bem-sucedidos e buscando superar as dificuldades descritas, procuramos agendar as entrevistas em suas próprias residências ou em lugares públicos da preferência dos trabalhadores. Evitamos, apenas, marcar encontros nos ambientes de trabalho com o intuito de evitar os vieses que esse local poderia provocar nas falas dos trabalhadores. Assim, conseguimos realizar seis entrevistas em profundidade (fase de *enquete do S/ssp*), cujo roteiro (Anexo I) foi inspirado nas propostas de *entrevista narrativa* de Schütze, (1977; *apud* Jovchelovitch; Bauer, 2002) e de *entrevista episódica* de Flick (2002), em espaços diversos, como residências, bares e até mesmo na rua.

Não obstante os desconfortos causados pelo som alto dos bares e a vida intensa das ruas dos bairros populares, onde moravam os trabalhadores, esse procedimento possibilitou uma maior aproximação entre nós e os entrevistados, tornando a interação mais natural

e amistosa. Houve entrevista que teve que ser interrompida, momentaneamente, pela passagem de alguém conhecido que falava com o trabalhador, por uma bicicleta equipada com sistema de som, que fazia propaganda de uma igreja evangélica, pelo dono do bar ao servir mais bebida ao trabalhador, etc. Além disso, foi necessário aceitar, algumas vezes, bebida alcoólica oferecida pelos trabalhadores e partilhar o momento com eles, com vistas a assumir um papel de possível aceitação no ambiente do entrevistado.

Assim, apesar de não comungarmos um mesmo idioma cultural, sendo de classes sociais diferentes, convivendo em comunidades distintas, com códigos, costumes e valores próprios, entendemos que as entrevistas foram exitosas, pois os trabalhadores discorreram longamente sobre as questões suscitadas, apresentando seus pontos de vista. Um dos indícios que nos levaram a ter essa percepção foi o modo alegre, natural e sem constrangimentos com que os entrevistados interagiram conosco. A única situação em que alguns trabalhadores se mostraram desconfortáveis foi quando, ao serem indagados sobre a ocupação de suas esposas, relatavam que eram empregadas domésticas, ou, como eles diziam: “trabalha em casa de família”. Parece que o estigma associado ao emprego doméstico fazia emergir a diferença de classes entre entrevistador e entrevistado, criando um momento de embaraço. Mas isso não chegou a atrapalhar a relação estabelecida, visto que esse tipo de informação (dados sócio-demográficos) era coletado apenas no final das entrevistas.

Cumpramos elencar alguns dos elementos que, no nosso entendimento, propiciaram o estabelecimento de uma relação de confiança dos trabalhadores conosco, possibilitando que esses narrassem situações de violência relacionada ao trabalho vivenciadas por eles. Em primeiro lugar, a postura que tínhamos diante dos trabalhadores, fosse pelo

vestuário simples, pela linguagem informal utilizada ou pelo compartilhamento de momentos de descontração, como beber juntos, criava uma identidade entre nós, que os deixava à vontade em nossa presença.

A utilização do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE³ (Anexo II), através do qual foram explicitados desde os objetivos e justificativa da pesquisa até os procedimentos de coleta de dados e garantia de confidencialidade, fez com que apreendessem a seriedade e lisura do processo. Isso se refletia no modo como guardavam, cuidadosamente, o documento (cópia do TCLE), onde também constavam o nome, endereço e telefone do pesquisador responsável pelo estudo. Nossa impressão é de que eles pareciam se sentir orgulhosos por estar conversando com um pesquisador de uma Universidade Federal, que estava interessado em detalhes de sua vida laboral, suas opiniões e pensamentos a respeito de seu trabalho.

Outro elemento importante que tornou possível o estabelecimento de uma relação dialógica com os sujeitos da pesquisa, criando um espaço semântico partilhado e aproximando-nos do que poderia ser caracterizado como um “encontro etnográfico” (Oliveira, 2000), foi a utilização de signos e idiomas próprios dos trabalhadores da construção civil para se referir a questões relacionadas ao trabalho. Esse vocabulário foi produzido a partir de estudo anterior (Oliveira, 2004) e enriquecido por conversas espontâneas com os trabalhadores durante os jogos do campeonato de futebol e com integrantes do SINTRACOM/BA, na sede do sindicato (fase de *pré-enquete* do *S/ssp*). Além disso, buscamos encadear as entrevistas, isto é, retirar de cada narrativa elementos de provocação para as subseqüentes. Isso enriqueceu o vocabulário *ênico* utilizado nas

³ É importante pontuar que o projeto de pesquisa que originou esta Tese foi submetido ao escrutínio das questões éticas de pesquisa, através da revisão e aprovação pelo Comitê de Ética do Instituto de Saúde Coletiva (Prot. No. 034-06/CEP-ISC).

interações com os trabalhadores, do mesmo modo que facilitou, na análise dos dados, a construção de uma meta-narrativa a partir das narrativas individuais.

Visando chegar a trabalhadores com outros tipos de inserção laboral, via as redes sociais dos entrevistados, pedimos que indicassem outros trabalhadores da construção civil para que pudéssemos entrevistá-los. Essa estratégia apresentou um bom resultado, porquanto tenham sido indicados trabalhadores de especialidades diversas e com diferentes vínculos de trabalho, compondo uma amostra representativa do universo da categoria.

Tendo adotado a saturação dos dados como critério para definir o número de entrevistas, foram entrevistados ao todo 16 trabalhadores, dentre os quais oito com contrato formal de trabalho por tempo indeterminado – condição à qual os trabalhadores designam de *fichado* – e oito com contratos de trabalho flexíveis (trabalho informal, temporário, terceirizado, por conta própria) – denominados pelos trabalhadores de *avulso*.

Refletindo a intensa rotatividade da força de trabalho no ramo da construção civil, houve trabalhador que, no primeiro contato, tinha vínculo formal e na entrevista já trabalhava por conta própria; outro que havia deixado o ramo; e um terceiro que trabalhava sem ter a carteira de trabalho assinada e, quando entrevistado, já tinha conseguido emprego formal.

Vale relatar uma situação em que o acesso à rede social do trabalhador aconteceu de forma peculiar e extremamente proveitosa. Ao pedirmos que nos apresentasse outras pessoas que trabalhassem na construção civil, ele nos levou a “sua turma” que havia participado de um “baba” (signo utilizado pelos trabalhadores para se referir a uma partida de futebol) e estava reunida, próximo à sua casa. Lá, estavam em torno de uns 10 homens sem camisa, quase todos negros, bebendo e dando risada. O trabalhador nos

apresentou ao grupo e começamos a conversar sobre a pesquisa. Nesse encontro, ofereceram-nos da bebida alcoólica que estavam tomando, a qual aceitamos e, convidando um por um a participar da pesquisa, conseguimos agendar um grande número de encontros. Esse foi o bairro no qual conseguimos realizar o maior número de entrevistas (seis).

Em todo o processo de coleta de dados, foi utilizado um caderno de campo, onde foram registrados detalhados aspectos sobre o cotidiano da pesquisa, que permitiram uma melhor compreensão dos discursos dos trabalhadores; e um diário de campo, no qual foram descritos registros reflexivos sobre os entrevistados e a interação do pesquisador com eles. Os discursos dos trabalhadores foram apreciados mediante o uso de uma abordagem hermenêutica, a partir da proposta de leitura etnocrítica de Bibeau e Corin (1995).

Nessa perspectiva, foram seguidos os passos propostos por esses autores. Após a transcrição das entrevistas em profundidade, foram realizadas “leituras transversais”, buscando adquirir familiaridade e trabalhar os conteúdos presentes nos discursos de cada trabalhador, individualmente, identificando suas peculiaridades e características intrínsecas; assim como “leituras longitudinais”, tomando o discurso dos 16 trabalhadores como um único texto e articulando os aspectos de aparente consistência ou contradição.

Em seguida, o programa QSR NUD-IST, versão N-Vivo, foi utilizado para organizar os dados conforme as categorias que orientaram a análise: violência relacionada ao trabalho – VRT por ação (ação que venha a causar danos físicos ou psicológicos, ocorrida no ambiente de trabalho ou que envolva relações estabelecidas no trabalho ou atividades concernentes ao trabalho); VRT por privação (privação de direitos

fundamentais, sociais, trabalhistas e previdenciários); VRT por omissão (omissão de cuidados, socorro e solidariedade diante de algum infortúnio); VRT nas relações de trabalho (situações de agressões físicas, repreensões, constrangimentos e humilhações de superiores hierárquicos para com seus subordinados); VRT na organização do trabalho (quando o modo como é organizado o trabalho coloca os trabalhadores em situações de risco à saúde); VRT nas condições de trabalho (quando as condições de trabalho são insalubres e inseguras, expondo o trabalhador a riscos à saúde); VRT de resistência (ações dos trabalhadores em resposta às violências relacionadas ao trabalho); VRT simbólica (quando os trabalhadores são tratados como “cidadãos de segunda categoria”); Características sócio-demográficas (sexo, idade, estado civil, escolaridade, cor da pele, religião, renda mensal, local de residência); História laboral (histórico de trabalho anteriores).

A partir de cada uma dessas categorias, realizou-se uma descrição detalhada dos resultados encontrados, com o intuito de identificar signos, significados e práticas associados às diversas modalidades de violência relacionada ao trabalho. Nesse processo, buscou-se empreender um esforço para compor o “círculo hermenêutico”, isto é, ao realizar uma interpretação de segundo nível, fazer emergir significados escondidos, que escaparam aos próprios atores sociais. Aqui cabe esclarecer que “círculo hermenêutico” deve ser entendido como uma “leitura da leitura” (BIBEAU, 1997), visto que os discursos dos trabalhadores já correspondem a uma interpretação de primeiro nível. Assim, a interpretação do pesquisador pode ser caracterizada como uma tradução de segundo nível, sendo completada essa composição em um terceiro texto, no qual se contrapõe o produto da segunda leitura às concepções teóricas existentes.

Capítulo V

Resultados e Discussão

Os sujeitos da pesquisa

Entende-se que o conhecimento de algumas características dos sujeitos da pesquisa ampliará a possibilidade de entendimento dos resultados. Afinal, cada indivíduo tem uma história de vida, cor, sexo, idade e tantas outras características que se combinam para torná-lo singular em relação a qualquer outro.

Adaiton⁴ – Homem de cor morena⁵, de 36 anos de idade, casado, pai de quatro filhos, evangélico. Nasceu em Salvador, onde começou a trabalhar aos 15 anos como ajudante de pedreiro, ajudando o pai, que era encarregado de carpintaria, mas desenvolvia diversos tipos de atividades no ramo da construção civil. Sua mãe era dona de casa. Com o tempo, aprendeu o ofício de pedreiro e vem realizando serviços no ramo. Trabalhou, também, em um restaurante como auxiliar de cozinha e em uma fábrica de ração como fritador. Em todos os serviços, trabalhou sem ter a carteira de trabalho assinada. Só estudou até a 6ª série do ensino fundamental, pois sua namorada, na época, engravidou e ele teve que abandonar os estudos para trabalhar. Sua esposa, atualmente, não trabalha. Na época da pesquisa estava trabalhando como pedreiro na construção de uma casa, mediante um contrato de empreitada, perfazendo um salário mensal médio de R\$ 700,00.

⁴ Foram utilizados nomes fictícios.

⁵ Foi utilizada a informação de cor auto-referida.

Adriano – Homem de cor morena, de 27 anos de idade, casado, pai de um filho, sem religião. Nasceu em Salvador, onde começou a trabalhar aos 19 anos em uma empresa de cobrança, ligando para as pessoas para cobrar dívidas de cartão de crédito e limite de cheque especial. Depois, mediante a influência do pai que era eletricista (sua mãe era dona de casa), trabalhou como leitorista entregador, entregando recibos de contas de energia, e como ajudante de eletricista, atividade que, após certo tempo de exercício, levou-o a alcançar a classificação como eletricista. Na época da pesquisa, trabalhava como eletricista, com contrato formal de trabalho, em uma empresa terceira, que prestava serviço à concessionária de energia elétrica do Estado da Bahia, perfazendo um salário mensal médio de R\$ 1.000,00. Ele completou o ensino médio e tem pretensões de fazer um curso técnico na sua área, como o intuito de tornar-se funcionário da concessionária de energia elétrica. Sua esposa é técnica de enfermagem e trabalha com vendedora em uma loja de vestuário.

Afrânio – Homem de cor parda, de 38 anos de idade, separado, pai de dois filhos (um deles trabalha como ajudante de pedreiro/servente), evangélico. Filho de pais trabalhadores rurais, nasceu no interior do Estado da Bahia e hoje mora com sua mãe em Salvador. Começou a trabalhar aos 11 anos, em sua cidade natal, colhendo frutas e limpando roça, pois o pai faleceu e ele teve que ajudar a mãe a prover o sustento da casa. Veio para Salvador aos 14 anos, onde trabalhou: vendendo geladinho, picolé e sonho; em uma empresa de serviços gerais; armando móveis; e como ajudante de pedreiro. Optou por investir no ramo da construção civil, pois entendia que aí poderia aprender uma profissão. Estudou até o segundo ano do ensino médio. Hoje realiza serviços variados no ramo (eletricista, pedreiro, pintor), mas se considera pintor. A renda mensal média fica em torno de R\$ 500,00, mas isso varia muito, pois ele vive de “biscates” e nem sempre aparece serviço. Esse trabalhador estava trabalhando com

contrato formal de trabalho (*fichado*) no início do campeonato de futebol do SINTRACOM, mas, no momento da entrevista, não tinha trabalho certo.

Alex – Homem de cor morena, de 24 anos de idade, solteiro, sem filhos, católico. Nasceu no interior do Estado da Bahia, onde seu pai trabalhava como vigilante e a mãe como empregada doméstica. Veio para Salvador com os pais aos sete anos. Começou a trabalhar aos 10 anos como jardineiro, porque precisava ajudar os pais a prover o sustento da família. Aos 14 anos, levado por amigos do bairro, também vindos do interior, começou a trabalhar como ajudante de pedreiro. No momento da pesquisa, continuava a exercer tal função no ramo da construção civil. Em todos os serviços realizados, havia trabalhado sem ter a carteira de trabalho assinada. Estudou até a quarta série do ensino fundamental, tendo abandonado os estudos pela necessidade de trabalhar, mas explicitou o desejo de voltar a estudar. Estava realizando um serviço como ajudante, no qual conseguia um ganho variável, que girava em torno de R\$ 450,00 por mês.

Carlison – Homem de cor morena, de 27 anos de idade, casado, pai de uma filha, católico. Nasceu em Salvador, onde mora com a esposa e a filha. Seu pai trabalhava como pintor e porteiro e sua mãe como empregada doméstica. Começou a trabalhar aos 16 anos, fazendo “biscates” como ajudante de pedreiro. Aos 19 anos, trabalhou como *office-boy*, em uma corretora de imóveis, sem ter a carteira de trabalho assinada. Não demorou nesse serviço, pois, tendo concluído o ensino médio, alistou-se na Marinha e serviu durante um ano e meio. Gostou muito da experiência, não tendo dado seguimento à carreira militar por não ter conseguido ser classificado em um processo seletivo interno. Um mês após sair da corporação, conseguiu trabalho como ajudante de pedreiro em uma grande construtora, na qual continua trabalhando há seis anos (com

interrupções). Na época da entrevista, havia conseguido classificação como auxiliar almoxarife/ferramenteiro, tendo a carteira de trabalho assinada e recebendo um salário mensal de R\$ 600,00. Sua esposa é dona de casa e cuida da filha de 10 meses.

Clóvis – Homem de cor morena, de 30 anos de idade, casado, pai de dois filhos, sem religião. Nasceu em Salvador, onde começou a trabalhar aos 13 anos, como barbeiro, cortando cabelo. Trabalhou, também, como porteiro, eletricista e, por influência de um tio, que lhe falou sobre a importância de ter uma profissão, aprendeu o ofício e passou a trabalhar como pintor. O trabalhador relatou que estudou pouco, tendo completado o ciclo do ensino fundamental. No momento da entrevista, trabalhava em uma grande empresa de supermercados, prestando serviços de pintor, com contrato formal de trabalho. Nesse trabalho, recebia um salário mensal de R\$ 660,00. No primeiro contato feito com ele, estava desempregado, fazendo biscates, mediante os quais conseguia fazer um salário médio de R\$ 900,00. Sua esposa cuida da casa e dos filhos.

Damião – Homem de cor morena, de 46 anos de idade, casado, pai de cinco filhos (dois deles trabalham como ajudante de carpinteiro), católico. Nasceu no interior do Estado da Bahia e hoje mora com a esposa e dois filhos em Salvador. Seu pai trabalhava como carpinteiro e agricultor e sua mãe como empregada doméstica. Começou a trabalhar aos oito anos, em sua cidade natal, realizando diversas atividades (limpar mandioca, plantar feijão, puxar boi, etc.), pois os pais faleceram e ele teve que ajudar o avô a prover o sustento da casa. Aos 12 anos, saiu da casa dos avós, tendo trabalhado em diversos municípios como ajudante de pedreiro e de carpinteiro. Veio para Salvador ao completar 17 anos, pois o trabalho começou a rarear em sua região (sul da Bahia), devido à disseminação da praga da “vassoura de bruxa” na plantação de cacau. No período da pesquisa, trabalhava como carpinteiro, realizando serviços por empreitada e

perfazendo um salário médio mensal de R\$ 1.000,00. O trabalhador estudou até a terceira série do ensino fundamental. Sua esposa trabalha como empregada doméstica. Esse trabalhador apresentava uma grande cicatriz no rosto, resultado de uma “*facãozada*” em uma briga com outro trabalhador, quando trabalhava em uma fazenda de cacau no interior da Bahia.

Everaldo – Homem de cor marrom, de 48 anos de idade, casado (terceiro casamento), pai de oito filhos (sete do primeiro casamento, no qual ficou viúvo, e um do segundo casamento), católico. Nasceu no interior do Estado da Bahia e hoje mora com a terceira esposa em Salvador. Começou a trabalhar aos 12 anos, na roça, colhendo cacau. Seus pais tinham “*poucos recursos*” e, para não deixá-lo em casa “*vagabundeando*”, seu pai o levava para o trabalho para que aprendesse logo cedo os serviços e pudesse aumentar a renda familiar. Trabalhou, ainda, como remador, transportando pessoas de um lado para outro de um rio que cortava sua cidade e podando cacauzeiro. Aos 19 anos se mudou para Salvador com seus tios, onde passou a trabalhar como carregador: primeiro em uma transportadora; depois em um depósito de bebidas; e em uma cerealista. Quando foi entrevistado, estava trabalhando como ajudante com um amigo pedreiro. O trabalhador confessou que, antes de trabalhar como ajudante/servente, tinha certo preconceito com esse posto de trabalho, por ser ocupado por pessoas sem qualificação e ser subalterno a todos os outros trabalhadores. Entretanto, relatou que, agora, estava muito feliz, pois vinha aprendendo a desenvolver muitas atividades e pretendia conseguir a classificação para pedreiro em breve. Nesse serviço, estava recebendo R\$ 418,00 por mês. Relatou que não teve estudo e só sabe “*rabiscar*” o nome, mas está muito animado, pois voltou a estudar. Sua esposa trabalha como diarista.

Florêncio – Homem de cor parda, de 29 anos de idade, casado, pai de dois filhos, católico. Nasceu no interior do Estado da Bahia e hoje mora com a esposa e os dois filhos em Salvador. Começou a trabalhar aos seis anos, na roça, realizando diversas atividades (capinar mandioca, fazer bloco, trocar pasto, plantar feijão, puxar boi, etc.), para ajudar os pais (trabalhadores rurais). Contou que sua família era grande, pobre e composta, em sua maioria, por mulheres (dos nove filhos, sete eram mulheres), o que levava a uma maior exigência de ganho sobre os homens. Aos 12 anos, o trabalhador deixou sua cidade natal para trabalhar em outros municípios, “*cortando pinho, arranca de toco, estoque, não tinha trabalho pra mim de eu não ir não. O importante era ter trabalho!*”. Veio para Salvador aos 20 anos e começou a trabalhar, no ano seguinte, como garçom. Realizou, também, serviços de limpeza em um condomínio, e atuou como ajudante de pedreiro, tendo conseguido, após aprender o ofício, a classificação para pedreiro. No período da pesquisa, trabalhava como pedreiro, com carteira assinada, em uma empreiteira, perfazendo um salário médio de R\$ 660,00. O trabalhador estudou até a quinta série do ensino fundamental. Sua esposa “*trabalha em casa de família*” (empregada doméstica).

Geraldo – Homem de cor preta, de 40 anos de idade, casado, pai de cinco filhas, católico. Nasceu no interior do Estado da Bahia e hoje mora com a esposa e quatro filhas em Salvador. Começou a trabalhar aos 10 anos como lavrador, limpando terreno com enxada e ajudando o pai em diversos serviços na roça, visto que tinha mais oito irmãos e havia a necessidade de ajudar os pais (trabalhadores rurais) com os encargos, que eram muito grandes. Ele comentou que, na época, não existiam todas estas campanhas, como hoje, contra o trabalho infantil. Por causa do trabalho, teve que parar de estudar e sabe apenas assinar o nome. Aos 17 anos, veio para Salvador procurar emprego, pois o trabalho de roça ficou escasso em função da praga que acometeu a

lavou de cacau (“vassoura de bruxa”) no Sul da Bahia. Na capital, começou a trabalhar na construção civil como ajudante de pedreiro. Contou que, no início, foi difícil, porque além de não conhecer o serviço, era uma cultura diferente da dele, um outro estilo de trabalho. Mas, com o tempo, foi aprendendo e conseguiu classificação como pedreiro. No momento da entrevista estava trabalhando por empreitada na reforma de uma casa. Por esse serviço, estava recebendo, em média, R\$ 660,00 mensais. Sua esposa “*trabalha em casa de família*”.

Jairo – Homem de cor preta, de 44 anos de idade, separado, pai de oito filhos, sem religião. Nasceu no interior do Estado da Bahia, filho de trabalhadores rurais. Hoje, mora sozinho em um canteiro de obras da empresa para qual trabalha em Salvador. Começou a trabalhar, em Salvador, aos 15 anos como entregador de marmitas. Trabalhou, também, realizando serviços de limpeza, despachando materiais de construção em uma loja e como ajudante de pedreiro. Após trabalhar alguns anos no ramo da construção civil, aprendeu a realizar as atividades relativas ao trabalho de pedreiro e conseguiu a classificação. Como não gostava do ramo, conseguiu um emprego de garçom, no qual trabalhou por um longo tempo (não soube precisar). No período da pesquisa, estava trabalhando, outra vez, como pedreiro em uma empresa de construção civil, com carteira assinada, mas com planos de voltar a exercer, um dia, a profissão de garçom (não informou o salário). Estudou até a oitava série do ensino fundamental. Atualmente, estava namorando uma mulher que vendia merenda na frente da obra onde trabalhava. Já foi delegado do sindicato dos trabalhadores do ramo.

Joaldo – Homem de cor morena, de 37 anos de idade, casado, pai de um filho, frequenta a Igreja Católica e a Assembléia de Deus. Nasceu no interior do Estado da Bahia e hoje mora com a esposa em Salvador. Começou a trabalhar aos nove anos,

ajudando o pai a plantar e colher mandioca, feijão e a manusear o motor de sisal, pois queria ter suas coisas, “*gostava de vestir uma roupinha descente, calçar um calçado*”. Ainda na sua cidade natal, trabalhou cavando cisternas e fossas cépticas. Quando veio para Salvador, trabalhou como vigilante e como ajudante de pedreiro. No período da entrevista, estava desempregado fazia duas semanas e sobrevivia de pequenos serviços, “*bicos*”, realizados no próprio bairro onde mora, que lhe rendiam entre R\$ 20,00 e R\$ 30,00 cada serviço. O trabalhador completou o ensino médio e sua esposa trabalhava como empregada doméstica.

João Roberto – Homem de cor negra, de 39 anos de idade, separado, pai de uma filha, sem religião. Nasceu no interior do Estado da Bahia e hoje mora sozinho em Salvador. Começou a trabalhar aos 14 anos, no município onde nasceu, como ajudante de pedreiro. Contou que um amigo pedreiro o chamou para trabalhar e lhe disse: “*compre uma colher, um prumo e uma escala, que eu vou ensinar você a profissão*”. A partir daí, foi aprendendo o ofício, passou a ajudante prático e, já em Salvador, aos 22 anos, conseguiu a classificação como pedreiro. Relatou que começou a trabalhar porque tinha muitos irmãos (sete) e seus pais (a mãe “*lavava roupa de ganho*” e o pai era trabalhador rural) não tinham condições de dar estudo a todos (os livros das escolas públicas eram comprados). Assim, a mãe disse a ele que, se quisesse estudar, tinha que trabalhar para comprar seus livros. Aí ele optou por trabalhar e largou os estudos na terceira série do ensino fundamental. No momento da entrevista, trabalhava como pedreiro, realizando pequenos serviços por empreita e, quando da realização desses trabalhos, obtinha um ganho mensal de R\$ 600,00.

Martinho – Homem de cor negra, de 50 anos de idade, casado, pai de nove filhos (um deles, trabalhava como ajudante de pedreiro), católico. Nasceu em Salvador, onde mora

com a esposa e sete filhos. Começou a trabalhar aos 16 anos como ajudante de pedreiro, pois “*queria ter dinheiro*”, mas continuou estudando. Depois, percebeu que não dava para trabalhar e estudar por causa do cansaço do trabalho braçal e largou os estudos. Veio retomar os estudos mais velho, quando fez supletivo e completou o ensino médio. Acompanhando o pai, que era encanador, aprendeu esse ofício e, depois de muito tempo trabalhando na função, conseguiu classificação. No momento da realização da entrevista, tinha a carteira de trabalho assinada por uma empresa de construção civil, mas estava “*encostado no INSS*” (Instituto Nacional de Seguro Social), devido a um problema de diabetes. O trabalhador estava recebendo um salário de R\$ 700,00. Sua esposa trabalhava como costureira.

Miguel – Homem de cor negra, de 28 anos de idade, casado, pai de dois filhos, sem religião. Nasceu no interior do Estado da Bahia e hoje mora com a esposa e os filhos em Salvador. Começou a trabalhar aos 13 anos, em sua cidade natal, ajudando o pai a realizar serviços de carpintaria, pois esse não queria vê-lo solto na rua (sua mãe trabalhava como empregada doméstica). Assim, no turno que não estava estudando, ele acompanhava o pai na lida diária. Aos 14 anos, foi morar com os tios em uma cidade da Região Metropolitana de Salvador. Logo que chegou, começou a trabalhar em uma empresa que produzia caixa de sapatos. Aos 15 anos veio para Salvador, onde trabalhou na área de sondagem, realizando pesquisa e perfuração do solo para construção de prédios de apartamentos. Após um longo tempo nesse posto de trabalho, passou a trabalhar realizando serviços gerais em um parque de diversões e, posteriormente, como ajudante de pedreiro. No período da pesquisa, desenvolvia atividades no ramo da construção civil como ajudante prático, com carteira assinada, em uma empreiteira, que presta serviços à empresa responsável pelo abastecimento de água de Salvador,

recebendo um salário mensal de R\$ 386,00. O trabalhador completou o ensino médio e sua esposa trabalha como caixa em um supermercado.

Romualdo – Homem de cor negra, de 28 anos de idade, solteiro sem filhos, católico. Nascido em Salvador, filho de um encanador e uma costureira, mora com os pais e mais cinco irmãos. Começou a trabalhar aos 18 anos na área de serviços gerais. Depois, trabalhou como repositor em um supermercado e auxiliar de produção em uma *delicatessen*. Quando foi contatado para a realização da entrevista, ele estava trabalhando como ajudante de pedreiro. Contudo, no momento da entrevista, ele já havia se desligado do ramo da construção civil e trabalhava, agora, em uma empresa produtora de sacos plásticos, como operador de máquinas (não informou o salário). O trabalhador completou o ensino médio.

As faces da violência na construção civil

Mediante a análise dos dados coletados, foi possível apreender os signos *desrespeito*, *deslealdade*, *discriminação* e *intolerância* como associados à violência relacionada ao trabalho na construção civil. *Desrespeito* foi o signo mais recorrente, apresentando o significado de privação de direitos fundamentais, sociais, trabalhistas e previdenciários. Essa concepção de violência vai ao encontro da proposta de Odália (1991), o qual considera tal fenômeno como uma forma de privação, afirmando que destituir, despojar, desapossar alguém de seus direitos como pessoas e como cidadãos caracteriza um ato de violência. Conforme os trabalhadores, quando há o respeito, não há violência; ao contrário, quando se chega a ponto de uma pessoa estar desrespeitando a outra, vai sempre existir violência.

O desrespeito a direitos fundamentais, como os de não ser tratado de forma desumana ou degradante e a liberdade de manifestação do pensamento (Brasil, 1988), ocorrem por parte dos superiores hierárquicos (mestres-de-obras, encarregados, engenheiros), por meio de práticas como gritar, coagir, constranger e humilhar. Esse tipo de violência psicológica nas relações de trabalho reflete situações de conversão da autoridade em relação hierárquica de desigualdade (autoritarismo), nas quais o ser humano é tratado não como sujeito, mas como coisa.

Um gerente acusou o rapaz de ter sumido com uma máquina lá. Só que ele, em vez de chegar pra aquela pessoa num lugar e conversar, ele chegou na frente de todos que tava presente na hora e falou que todos que tava ali era ladrão. Aquilo ali pra mim não desceu! Não é porque ele é representante da empresa e a gente é peão que ter essa maneira de conversar com as pessoas (Carlison, ferramenteiro fichado, 27 anos)

Esses resultados corroboram Chauí (1998), visto que descrevem relações fortemente hierarquizadas, denotando as marcas deixadas na sociedade brasileira pelo período colonial escravista. *Outros não têm educação pra reclamar, fala como se a gente fosse tipo de escravos ainda: “ah rapaz, vá fazer isso! Eu mandei você não fez!”. Aquilo, o cara se decepciona!* (Florêncio, pedreiro fichado, 29 anos).

De modo análogo, o discurso dos trabalhadores também reafirmou (Dal Rosso; Freitas, 2001), na medida em que reconhece similaridades entre as relações estabelecidas entre superiores hierárquicos e trabalhadores da construção civil e a estrutura do regime de ditadura militar brasileira, relatando o cerceamento da livre expressão e a exigência de subserviência incondicionada àqueles de “patente mais alta”.

A ditadura dos superiores, dos encarregados, dos com a patente mais altas, que impõe e você não pode dizer nada, que se você fala alguma coisa você tá agredindo, está desconsiderando e está desrespeitando o superior. E aí aquela ameaça de suspensão séria. Coage logo você no teor da conversa (Miguel, ajudante prático fichado, 28 anos).

Como consequência, a saúde dos trabalhadores expostos a situações com essas é comprometida, porquanto não sejam tratados como um “legítimo outro”, levando a manifestação de distúrbios e danos psíquicos variados (Barreto, 2003).

Já me desgostei, já chegava lá meio dia, não comia mais. Aí me botaram no aviso. Do meio pro fim, quando chegava na porta da obra, pra mim era se transformar todo. Até os colegas mesmo percebiam que já falava com ignorância. Foi tanto que eu só cumpri o aviso 15 dias. Não dava mais. Não trabalhava mais, não almoçava. Porra, como dizem, me estressei mesmo! (João Roberto, pedreiro avulso, 39 anos)

Os trabalhadores têm clareza acerca da necessidade de que exista um sistema hierárquico, em que o superior ou chefe exerce poder sobre seus subordinados, assim como previsto na definição de contrato individual de trabalho, contida na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (Brasil, 2002). Contudo, foi possível apreender que o modo de dar ordens de forma humilhante se configura uma circunstância que pode desestruturar esse sistema. Como consequência, esse tipo de prática pode debilitar a legitimidade do exercício de poder do superior, visto que quebra o elo de respeito mútuo, que deve haver em qualquer relação social, e faz emergir o *ethos* masculino, esse temperamento viril do homem, que pode levar a agressões verbais e até mesmo físicas. *Na hierarquia eu tenho que lhe obedecer; agora você tem também que me dar condições pra eu lhe obedecer. Não me humilhar. Por que humilhar?* (Martinho, encanador fichado, 50 anos).

As formas de enfrentamento desse tipo de violência variam desde o conformismo diante da humilhação e da injustiça, em função da necessidade de manter o emprego, passando pela saída do trabalhador da organização, por não mais conseguir conviver com os superiores, até situações de agressão física e verbal.

Certa vez, eu e outro pedreiro trabalhando e o encarregado humilhando! Eu fazendo o piso e ele dizendo “ah, essa bosta aí! Faz uma merda dessa aí! Pedreiro burro, não sabe fazer, pra que pega pra fazer!”. E eu abaixado ali. Eu tava precisando daquele dinheiro, tinha que manter aquele serviço, tinha que fazer e ouvia calado, sem dizer nada! [...] Uma vez eu piquei uma colher de massa na cara de um encarregado! Um dia ele tava me xingando “ah, vumbora logo! Essa miséria não sabe fazer isso assim!”, eu disse assim “quem é miséria, rapaz?”, ele “você!”, eu disse “é eu, né?”, enchi a colher de massa assim e tampei em cima da cara! (Adalberto, pedreiro avulso, 36 anos).

Pra não viver mais ali dentro, pra toda vez que ele me ver, eu entrar em conflito com ele, então, eu corto logo! Eu mesmo sou assim: peço logo pra me botar no aviso e me mandar embora, pra evitar o problema entre eu e ele dentro da obra (Geraldo, pedreiro avulso, 40 anos).

Isso demonstra que, apesar do trabalho assalariado possibilitar aos trabalhadores um maior grau de organização do que sistemas como o escravismo e o campesinato dependente (Dal Rosso; Freitas, 2001), constituindo-se espaço de resistência e fazer histórico (Mendes; Dias, 1991), as altas taxas de trabalho informal e de rotatividade da força de trabalho no ramo da construção civil, a desunião desse grupo de trabalhadores, a não identificação enquanto categoria e o baixo índice de sindicalização são fatores que fragilizam sua posição na relação de poder com o empregador (Oliveira, 2004) e

terminam por não possibilitar muitas formas de enfrentamento das violências vivenciadas.

A privação do direito social ao trabalho, expresso na Constituição Brasileira de 1988 (Brasil, 1988), parece se constituir mais uma modalidade de violência vinculada ao signo do *desrespeito*. Tal vivência pareceu ser muito intensa e constante na construção civil, pois a descontinuidade das atividades produtivas faz com que os trabalhadores desse ramo vivenciem permanentemente as incertezas da continuidade no emprego.

O sofrimento de nossa classe, peão na construção civil, é só quando tá todo mundo desempregado. Quando a gente chega na porta da obra, que vê aquelas placas, aquilo ali pra mim é uma tristeza! Quando eu passo na frente de uma obra e vejo a placa: “não há vaga”. (Geraldo, pedreiro avulso, 40 anos)

Como argumenta Dejours (2001), a construção civil revela práticas marcadas pela terceirização em cascata e constitui trabalhadores condenados à precariedade constante, à sub-remuneração e a uma intensa flexibilidade de emprego. Esse tipo de violência estrutural (Minayo, 1994), é considerado gerador ou agravante de perturbações da saúde, responsáveis por distúrbios de ordem psicossocial (Seligmann-Silva, 1997). Isso ocorre, entre outros motivos, porque, quando desempregado, o trabalhador deixa de usufruir importantes funções que o trabalho desempenha na vida das pessoas, como prover a sobrevivência material, mantê-las em uma atividade mais ou menos obrigatória, estruturar o tempo em períodos regulares e previsíveis, funcionando como uma fonte de auto-respeito e reconhecimento pelos outros (Salanova; Gracia; Peiró, 1996).

A estratégia de enfrentamento, implementada pelos trabalhadores, é procurar realizar bons serviços para que, através das redes sociais em que estão inseridos, possam continuar sendo indicados para a realização de outros serviços. Esse resultado reafirma os achados de Oliveira (2004), o qual aponta as redes sociais como importante fator para aquisição de trabalho na construção civil, muitas vezes sendo o ponto de partida para manter o trabalhador na ativa, em um cenário de desemprego e flexibilização das relações de trabalho.

Às vezes um serviço que eu faço, a pessoa passa: “pô que serviço bonitinho que fizeram aqui nessa casa aqui, aprimoraram essa casa aí, essa casa tava... Pô quem fez esse serviço?” Aí sempre é indicação, indica assim uma pessoa (Adalberto, pedreiro avulso, 36 anos).

Uma outra faceta da violência vinculada ao signo do *desrespeito* foi o não cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias por parte dos patrões. Os trabalhadores relataram diversas situações em que direitos, como receber remuneração pelos serviços realizados, ter o FGTS depositado, assim como a contribuição do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS lhes foram cerceados. Esses elementos compõem o elenco de conseqüências dos processos de globalização e reestruturação produtiva, os quais implicaram em perdas de direitos sociais, trabalhistas e *precarização* das condições de trabalho e saúde (Borges; Druck, 1993).

Os trabalhadores parecem apreender o cerne da questão que envolve essas mudanças nas formas de gestão do trabalho, haja vista tenham apresentado um entendimento de que isso ocorre como uma estratégia das empresas para baixar os custos de produção. *Violência é o patrão não querer pagar o salário do funcionário. Pra mim esse é um tipo de violência porque ele está matando não só aquela pessoa, mas, também, está*

destruindo uma família, que está deixando passar necessidades (Jairo, pedreiro fichado, 44 anos). *É por causa disso que as empresas hoje não quer contratar, eles quer fazer os serviço mais com peão avulso para não pagar tempo, não pagar direito, essas coisas* (Damião, carpinteiro avulso, 46 anos).

Essa realidade de privação de direitos tem sua dimensão mais intensa no trabalho sem contrato formal, principalmente pela destituição de direitos previdenciários e do acesso aos equipamentos de proteção individual – EPI. Tais achados corroboram Oliveira (2004) e Iriart *et al* (2008), os quais trazem a representação do trabalho informal, entre trabalhadores da construção civil, como a negação do ser formal, implicando na privação da aposentadoria remunerada, dos benefícios em caso de acidente e na incerteza de ganhos financeiros. Além de todas essas perdas, a ausência do registro em carteira traz outros prejuízos, uma vez que dificulta tanto a “classificação” do trabalhador para uma função mais especializada (pedreiro, carpinteiro, encanador, eletricitista), como a realização de trabalhos na informalidade (Oliveira; Iriart, 2008).

O camarada que trabalha empregado, ele pode se acidentar, mas tá tranqüilo; e trabalhando avulso, por exemplo, não tem um cinto de segurança, não temos bota, não temos luva, não temos óculos, então esse é que o perigo (Everaldo, ajudante de pedreiro avulso, 48 anos).

As subempreiteiras, também conhecidas como “gatas”, aparecem nas narrativas dos trabalhadores como principais instâncias cerceadoras de seus direitos: normalmente não assinam a carteira de trabalho, não fornecem EPI, não depositam FGTS e INSS, e, muito freqüentemente, não pagam os salários devidos aos trabalhadores. De acordo com Druck e Franco (2003, p. 879), no Brasil, os efeitos da *precarização* vêm sendo vivenciados, principalmente, pelos trabalhadores subcontratados, “*em geral os menos*

qualificados e treinados, com longas jornadas, sem direitos, sem cobertura de planos de saúde, tratados como trabalhadores de ‘segunda categoria’ ”. E os efeitos desse fenômeno não terminam por aí, haja vista que, em análise dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD de 1998, tenha ficado demonstrada a associação entre o desemprego, o trabalho informal e, sobretudo, a exclusão do mercado de trabalho com as piores condições de saúde entre adultos brasileiros, independente das categorias sócio-demográficas (Giatti; Sandhi, 2006).

Contudo, mesmo aqueles trabalhadores que têm contrato formal de trabalho entendem que não recebem todos os direitos. *Tem coisas que a empresa paga, tem coisas que a empresa não paga; tem coisas que a empresa computa, tem coisas que a empresa não computa; tem coisas que a empresa computa e não paga. Então eu acho que eu não recebo todos os direitos* (Miguel, ajudante prático fichado, 28 anos). Esse quadro demonstra que a precariedade “está por toda parte”, inscrita em um modo de dominação que se funda na instituição de uma condição generalizada e permanente de insegurança, com o objetivo de constranger os trabalhadores à submissão e à aceitação da exploração (Bourdieu, 1998).

Os acidentes de trabalho também compuseram as situações de violência relacionada ao trabalho identificadas nas narrativas. Os trabalhadores relataram que, muitas vezes, as empresas têm como evitar tais infortúnios, fornecendo equipamentos de proteção adequados, mas não o fazem. Isso foi caracterizado por eles como uma “violência trabalhista”, pois a empresa tem obrigação, conforme a legislação de saúde e segurança em vigor no país, de fornecer material de proteção para o trabalhador: desde quando não fornece, está “violentando” os direitos do trabalhador. Assim, os trabalhadores reconhecem as condições precárias de trabalho a que estão expostos na construção civil

e atribuem-nas ao descompromisso dos empregadores para com a manutenção de condições de trabalho justas, seguras e positivas, corroborando os achados de Oliveira (2004) e Borsoi (2005). *Mais violência é o cara botar o funcionário pra trabalhar sem dar o equipamento de segurança: pra mim isso é uma violência! Botar o cara pra trabalhar sem dar as mínimas condições* (Jairo, pedreiro fichado, 44 anos).

Além disso, as narrativas revelaram que designar um trabalhador para desempenhar uma função para a qual não tem experiência também é considerado um tipo de violência relacionada ao trabalho, visto que isso pode levar ao advento de acidentes de trabalho. Nesse sentido, os trabalhadores ressaltam a falta de treinamento adequado para capacitá-los a desenvolver determinadas atividades que envolvem riscos à saúde. *Às vezes ele pega um ajudante que não sabe de nada, aí ele bota o ajudante pra fazer uma coisa que ele não pode fazer. O ajudante vai lá pra fazer aquilo, daí a pouco sente um acidente. Eu acho que isso é uma violência!* (Joaldo, ajudante de pedreiro avulso, 34 anos)

Consoante os resultados de uma pesquisa empírica, Kelly-Santos e Rozemberg (2006) afirmam que os trabalhadores da construção civil, em sua maioria migrantes, muitas vezes não conhecem nem sabem manusear os equipamentos utilizados no ramo, pois esses não fazem parte de sua cultura e seu modo de vida. E acrescentam que, de acordo com os trabalhadores, tal situação é resultado de um baixo investimento de empresários e sindicatos em uma política consistente de treinamento em segurança no trabalho.

Tal discussão ganha um relevo ainda maior a partir dos resultados de um inquérito populacional apresentados por Santana e Oliveira (2004), nos quais os autores encontraram uma associação positiva entre a falta de experiência na ocupação e os acidentes de trabalho não-fatais na construção civil, além de apontarem que

trabalhadores da construção civil recebem menos comumente treinamento profissional do que trabalhadores de outros ramos de atividade.

Como agravante do desrespeito às normas de saúde e segurança no ramo da construção civil, os trabalhadores relataram que as empresas não dão a devida assistência quando do acontecimento de algum infortúnio. Esse tipo de prática, que denota omissão de socorro e de solidariedade, é apontado por Minayo (2005) como uma forma de violência, porquanto se configure em um ato de crueldade, que diminui as possibilidades do trabalhador usufruir a vida em sua plenitude.

O colega ficou pendurado, que a balança descarretilhou com ele e a gente que resgatamos. O cara saiu todo torto! O engenheiro e o encarregado com carro não foi capaz de levar o cara até uma unidade médica! É como eu falei antes: eles gostam enquanto o cara tá ali e tal, mas o operário de obra não é muito considerado (Afrânio, pintor avulso, 38 anos).

Um outro exemplo de desrespeito à legislação trabalhista está ligado à organização do trabalho. Os trabalhadores relataram que é muito comum, na construção civil, a prática de ampliar a jornada de trabalho para além de oito horas diárias, sem a anuência do trabalhador. Por outro lado, essa ampliação é também utilizada como estratégia de enfrentamento para a falta de trabalho entre pessoas oriundas do interior do Estado. Trata-se de migrantes que, quando conseguem um serviço, procuram trabalhar dobrado, juntar dinheiro para que, ao voltar para suas cidades, tenham condições de se manter até encontrarem outros serviços.

Foi possível perceber que muitos dos trabalhadores entrevistados vieram para cidade de Salvador com esse intuito e terminaram por trazer a família e se instalar em bairros

periféricos. Esse foi o caso de Damião, trabalhador rural da zona cacauceira do sul do Estado da Bahia que, após o advento da “vassoura de bruxa” (praga que quase dizimou as plantações de cacau da região), veio à capital em busca de trabalho e estabeleceu moradia.

Que os outros, quando dava quatro horas, iam embora; e eu mais ele, o que nós fazia: quando dava três da tarde, aí Vitório: “vocês quer quantos traço de massa?”, “bota dois, três traços aí”. Aí nos tacava o cacete até dez, onze da noite trabalhando. Só ligava as gambiarra, aí tome-lhe colher, sarrafo e desempoladeira pra dentro! (Damião, carpinteiro avulso, 46 anos)

A cobrança por produtividade, que, muitas vezes, leva a situações de exposição a riscos à saúde, também compôs o conjunto de práticas associadas às violências relacionadas ao trabalho. Para alcançar os níveis de produtividade exigidos pelas empresas, o trabalhador se vê compelido a negligenciar as medidas de proteção. Sobre essa questão, Assunção e Lima (2003) defendem que a organização do trabalho torna-se nociva à saúde do trabalhador quando diminui suas possibilidades de evitar a exposição a fatores de risco, impondo períodos rígidos de tempo para a execução das tarefas ou negligenciando o investimento dos trabalhadores para compensar os desequilíbrios das situações, como é o caso da delimitação de um quantum de produtividade diária.

Se você for fazer tudo ao pé da letra, botar óculos, isso, aquilo, vai demorando. Aí, eu estava abafado na hora, realmente tirei um fio energizado. Quando tirei ele, pensei que não tava energizado. Quando eu botei a tampa, foi ele triscar e vim direto na minha vista. Tudo isso por causa da pressa. Era pressa, era produção que eles cobravam. [...] A produção é exigência deles lá, que a gente tem que bater uma meta: se não bate a meta, você vai bater na porta de outra empresa! (Adriano, eletricista fichado, 27 anos).

A forma de se contrapor a essa lógica gerencial – *violência de resistência* – está relacionada ao saber prático do trabalhador, que busca responder à demanda por produtividade, mas do seu modo, não da maneira imposta por seus superiores hierárquicos. *Eles pede pra gente fazer, a gente faz, entendeu? Mas não do jeito, da maneira dele, correndo assim não!* (Alex, servente avulso, 24 anos). Esse resultado confirma as colocações de Sato (2002), segundo a qual os trabalhadores estão sempre recriando formas para executar suas atividades, como com o objetivo de viabilizar a realização dos serviços e manifestar resistência à lógica gerencial.

O *desrespeito*, como signo associado à violência relacionada ao trabalho, apresentou, ainda, uma dimensão referente às relações estabelecidas entre os próprios colegas de trabalho. Foram relatadas diversas situações, a exemplo desentendimentos, brigas e agressões, que ocorrem, com frequência, entre trabalhadores da construção civil, causadas por brincadeiras, que envolvem xingamentos e gozações.

Brincadeira, que o cara tava no refeitório com a mão assim [a mão na cintura], o outro foi e bateu de leve assim ó: “tá de bule!”. Aí o cara falou: “oi, vou meter a faca em você!”. Como é que o cara vai meter a faca só porque o cara tocou na ponta do braço?! (Romualdo, ajudante de pedreiro fichado, 28 anos).

É interessante pontuar que um dos trabalhadores entrevistados afirmou não haver violência relacionada ao trabalho na construção civil, não obstante tenha relatado uma série de brincadeiras, aparentemente ofensivas, pautadas em xingamentos.

Que eu saiba e que eu vi até hoje não! Todo mundo é bem unido, todo mundo brinca: um chama outro de corno, outro chama de viado, xinga a mãe de puta, tá entendendo?

Chama de viado, chama de puta, tranqüilo, brincadeira sadia, normal! (Clóvis, pintor fichado, 30 anos).

Esse dado remete a discussão proposta por Noronha (2000), a qual alerta para a tênue diferença entre agressão e violência, pontuando que, em situações como brincadeiras, pode haver agressão sem que seja caracterizado o uso da violência. Entende-se, assim como Campos (2004), que tal caracterização depende do contexto em que se deu a situação e do julgamento dos observadores e envolvidos.

Pôde se identificar, também, outro signo no discurso dos trabalhadores acerca da violência relacionada ao trabalho: *intolerância*. Uma das causas apontadas para a falta de tolerância nas relações entre trabalhadores foi a baixa escolaridade dessa população, que, segundo os mesmos, é composta por uma maioria de pessoas analfabetas, cujas características inerentes são a ignorância e a brutalidade.

A auto-imagem depreciada da categoria apresenta elementos de *violência simbólica* que, invisível para os próprios trabalhadores, é exercida pelas vias simbólicas do reconhecimento, o qual resulta da incorporação de relações de dominação (Bourdieu, 2003). Assim como acontece com as empregadas domésticas (Xavier, 2005), elementos como a cor da pele – em sua maioria negra –, a baixa escolaridade, a ausência de qualificação profissional, além do próprio estigma associado ao trabalho na construção civil, colocam os trabalhadores desse ramo no lugar de vítimas em potencial da violência simbólica. *Porque a gente em si, peão de obra em si é ignorante. Em todo lugar que chega, até em ônibus mesmo, quando a gente chega, se é peão de obra já torce o bico, torce a cara. Pra eles nós somos mal educados nato! Eu acho isso. Acho não, tenho certeza que é assim* (João Roberto, pedreiro avulso, 39 anos).

Outra dimensão da *violência simbólica* se descortinou a partir do signo *discriminação*. Esse tipo de prática, através da qual pessoas ou grupos são tratados de modo injusto, seja pela idade, raça, orientação sexual, ou por qualquer outra identidade estigmatizada (Pager, 2006), fez-se presente nos discursos dos trabalhadores, denotando o modo como a sociedade em geral estabelece relação com eles. Como destaca Oliveira (2004), o trabalho realizado na construção civil é descrito como “desvalorizado”, “discriminado” e “sem futuro”, fazendo pesar sobre os trabalhadores um estigma social que os rotula como indivíduos ignorantes providos apenas de força física. Esse sentimento de “não valor”, vivenciado pelos trabalhadores do ramo, principalmente pelos ajudantes/serventes, fica ainda mais evidente quando enfatizam o desejo de que seus filhos não venham a seguir sua profissão (Oliveira, 2004), assim como pela autoimagem de pessoas abandonadas, “escravos da sociedade” que têm vergonha de se identificar como trabalhadores da construção civil (Kelly-Santos; Rozemberg, 2006).

Como trabalhador da construção civil a gente é discriminado. Até por empregada doméstica! A empregada doméstica, a gente bole, aí faz: “ih, peão!”. Tem uma história que duas moças casou, aí uma contando para a outra: “desacertei! Eu casei com um viado!”; “pior fui eu, que casei com um servente de obra!” (Jairo, pedreiro fichado, 44 anos).

Sabe o que uma pessoa virou pra mim e falou: “porque você tá aí pra fazer isso! Você é peão! É por isso que eu não gosto de falar com os porcos, eu gosto de falar com os donos dos porcos!”. Então a discriminação já veio aí! Falou que eu era peão, que eu era porco! Então já existiu o desrespeito, a discriminação. E não é uma vez só, é sempre! (Miguel, ajudante prático fichado, 28 anos).

Um outro signo que apareceu nos discursos dos trabalhadores foi *deslealdade*. Atos de “traíração”, caracterizados como situações em que um trabalhador delata comportamentos inadequados de colegas, nem sempre verídicos, movido por sentimentos como inveja e buscando ascensão profissional. Essa falta de coleguismo e quebra de reciprocidade entre colegas de trabalho é resultado de um clima de insegurança quanto à manutenção do emprego, da competitividade estimulada e do individualismo, que geram, no trabalhador, indiferença ao sofrimento alheio e ao seu próprio sofrimento (Dejours, 2001; Barreto, 2003). Segundo Bourdieu (1998), a “gestão irracional da insegurança”, fruto da precariedade instituída no mundo do trabalho, quebra as resistências e obtém a obediência e a submissão dos trabalhadores, através de mecanismos, aparentemente naturais, que são por si mesmos sua própria justificação.

Apesar dos resultados do estudo apresentarem como foco aspectos negativos do trabalho na construção civil, os quais foram associados à violência relacionada ao trabalho, é importante pontuar que, durante a realização das entrevistas, aspectos positivos do trabalho nesse ramo de atividade também foram evocados. Assim como em estudo anterior com trabalhadores informais do ramo (Oliveira, 2004), o convívio com os colegas no ambiente de trabalho foi descrito como um momento de grande prazer e satisfação. Relações interpessoais, que envolviam conversas, brincadeiras e a própria partilha das atividades laborais foram relatadas como uma importante dimensão do trabalho.

A situação boa é mais assim: fim de semana não vai trabalhar, quando chega segunda-feira sempre tem uma resenha, uma conversa. A gente conversava de mulher, essas coisas de bar, de baba... Aí sempre tem aquela gozação, aí o que mais descontra o trabalhador é isso, certo? (Romualdo, ajudante de pedreiro fichado, 28 anos).

A construção civil, no trabalho nada é bom, tudo é perigoso! Agora, a única parte boa é a amizade que a gente faz, o coleguismo. Hoje ainda dá pra fazer um coleguismo, ter alguma amizade boa. Mas é a única parte boa, porque eu acho que tudo dureza, viu?
(Jairo, pedreiro fichado, 44 anos).

Como foi possível observar, mediante a análise das narrativas dos trabalhadores da construção civil entrevistados, diferentes signos se mostraram associados à violência relacionada ao trabalho, apresentando diversos significados e práticas constituídas acerca desse fenômeno. O relato de relações desiguais estabelecidas entre os trabalhadores, seus superiores hierárquicos, outros trabalhadores e a população em geral descortinou práticas de privação de direitos socialmente conquistados, constituindo-se em situações de exclusão e cerceamento do pleno exercício da cidadania.

Capítulo VI

Considerações Finais

A Tese de Doutorado que ora se conclui teve como principal objetivo compreender signos, significados e práticas associados à violência relacionada ao trabalho entre trabalhadores da construção civil.

Para alcançar esse intento, buscou-se, inicialmente, problematizar a questão da violência e suas interfaces com o conceito de poder, a fim de elaborar uma definição capaz de abarcar a diversidade e a complexidade da relação entre trabalho e violência. Assim, foi elaborado o conceito de *violência relacionada ao trabalho*. Tal conceito, ao apresentar uma definição mais ampla e abrangente, sem perder a possibilidade de ser operativo, orientou o processo de coleta e análise dos dados, levando à produção de um conhecimento mais fidedigno e coerente com a magnitude e características das situações de violência associadas ao trabalho, haja vista tenha ajudado a desvelar representações que estavam para além da percepção dos próprios atores sociais envolvidos.

Além disso, entende-se que o conceito permite contemplar uma maior complexidade das inter-relações entre os múltiplos determinantes desse tipo de violência, incorporando, na análise, distintas dimensões relativas à dinâmica da vida das pessoas. Assim, é possível transitar por tais dimensões, exploradas nas subcategorias do conceito, sem dicotomias, buscando apreender quando essas se articulam, pontencializam-se e interconectam-se, saindo da separação, muitas vezes difícil e improdutiva, entre o que é *do* e o que é *no* trabalho.

Entende-se que, ao dialogar com os trabalhadores, foi possível descortinar diversas situações de violência relacionada ao trabalho na construção civil, construindo, assim, um conhecimento forjado na relação com o outro, que se objetivou a partir das provocações feitas pelo pesquisador aos trabalhadores, levando-os a refletirem acerca de suas experiências relativas ao trabalho. A partir dos signos *desrespeito*, *deslealdade*, *discriminação* e *intolerância*, revelaram-se significados e práticas tanto do que poderia ser nomeado de “velhas violências”, a exemplo dos acidentes de trabalho, como de “novas violências”, de cunho psicológico e simbólico, que, de forma sutil e velada, tomam corpo a partir de situações de humilhação, desqualificação, rebaixamento, privação do usufruto de direitos fundamentais e sociais, excluindo-os do pleno gozo da cidadania e gerando tristeza e dor.

Mediante os resultados, é possível afirmar que os trabalhadores da construção civil parecem ser regidos por uma “cidadania regulada” (Santos, 1987), cujas origens se encontram em um sistema de estratificação ocupacional, que é definido como norma legal. Conforme esse conceito, são considerados cidadãos apenas os trabalhadores inseridos na produção e cujas ocupações sejam reconhecidas e definidas por lei.

Tal situação promove o aparecimento de uma “cidadania hierarquizada” (Santos, 1987), haja vista que seja influenciada pela profissão do indivíduo, restringindo os direitos do trabalhador àqueles relacionados ao lugar que ocupa no processo produtivo e determinando os cidadãos de primeira, segunda e até de terceira classe. Essa perspectiva aproxima a condição dos trabalhadores da construção civil a das empregadas domésticas, como categorias de trabalhadores desqualificados e estigmatizados (Lautier; Pereira, 1994; Iriart *et al*, 2008).

Essas colocações levam a problematização de que, possivelmente, não só os trabalhadores informais da construção civil são inferiorizados em relação aos formais, como afirma Oliveira (2004), mas que os trabalhadores desse ramo de atividade, independente da inserção no mundo do trabalho, são estigmatizados pela sociedade como “cidadãos de segunda categoria”. Isso reflete uma sociedade pautada na exclusão e na discriminação, onde a cidadania é vilipendiada mediante padrões hierárquicos, estéticos e políticos, impostos por uma classe dominante, em função de interesses econômicos. Tal conclusão reitera as colocações de Chauí (1998) acerca das diversas formas de exclusão, presentes na sociedade brasileira, que não são consideradas situações de violência, obscurecendo a lógica violenta que estrutura e organiza as relações sociais nessa sociedade.

É importante pontuar que o uso do modelo teórico-metodológico do *S/ssp*, como inspiração para o desenvolvimento de uma abordagem qualitativa em Saúde do Trabalhador, apresentou inúmeras potencialidades. Uma delas é o modo como propõe a articulação de todas as fases da pesquisa, tendo norteado o processo de investigação desde o momento de aproximação dos trabalhadores para identificar os signos associados à violência relacionada ao trabalho, passando pela coleta das narrativas dos sujeitos, até a proposta de leitura e interpretação dos dados produzidos para identificação de significados e práticas.

Isso possibilitou que, desde o início do estudo, fosse possível ter a idéia da pesquisa como um todo estruturado, em que as estratégias e técnicas de coleta de dados estavam diretamente implicadas tanto com a questão da violência relacionada ao trabalho e sua problemática, quanto com o plano de análise. E, ainda que o modelo metodológico oriente o modo como trilhar os caminhos para a abordar o problema de pesquisa, foi

possível percorrê-los levando em conta as características do contexto investigado, usando a criatividade e incorporando descobertas felizes com as quais se deparou no processo.

Sobre essas descobertas, vale asseverar a pertinência de que pesquisas científicas e ações em Saúde do Trabalhador possam utilizar espaços de convivência, como foi o caso do campeonato de futebol, como lócus privilegiado de acesso e interação com os trabalhadores. Do mesmo modo, eventos como esse podem ser uma frutuosa estratégia para que os sindicatos aproximem seus filiados da instituição, buscando aumentar a coesão dos trabalhadores em torno de sua entidade de classe. Em ramos de atividade como a construção civil, nos quais a alta rotatividade e a fragmentação do processo produtivo dificultam a identificação dos trabalhadores como uma categoria, tais estratégias podem ser fundamentais para disseminação de uma cultura de grupo e conseqüente revigoração do movimento sindical.

Outra potencialidade do modelo metodológico utilizado advém da orientação de proceder a investigação das representações sociais a partir de narrativas acerca de situações e comportamentos concretos. A fecundidade dessa proposta ficou evidente na análise dos relatos dos trabalhadores, que, ao descreverem situações concretas, fossem essas sobre relações estabelecidas ou condições vivenciadas concernentes ao trabalho, apresentavam, “nas entrelinhas”, mais elementos atinentes às suas representações sobre as violências relacionadas ao trabalho do que quando indagados diretamente acerca dessa questão. Daí a importância fundamental do uso de uma racionalidade hermenêutica na leitura das narrativas, que orienta a busca da enunciação que subjaz ao enunciado.

Como um limite para a implementação da proposta do *S/ssp*, aponta-se a dificuldade de realizar uma “etnografia centrada” das áreas estudadas, visto que os sujeitos da pesquisa residiam em diferentes bairros e trabalhavam em locais também distintos. Soma-se a esses obstáculos a dificuldade de acompanhar o cotidiano de trabalho dos trabalhadores dentro dos canteiros de obras.

Em trabalho anterior (Oliveira, 2004), foi possível acompanhar o trabalho de um trabalhador informal, compartilhando a realização de suas atividades laborais, assim como realizar uma observação participante durante o trabalho de fiscalização a canteiros de obras de um auditor fiscal da Superintendência Regional do Trabalho – SRT/BA. Contudo, dada a ampliação da população de estudo – trabalhadores com diferentes inserções laborais – e as características do tema em questão – violência relacionada ao trabalho –, concluiu-se que a reprodução daqueles procedimentos não seria indicada. Assim, o delineamento do contexto sócio-cultural, a partir do qual foram interpretadas as narrativas dos trabalhadores, foi implementado a partir das observações realizadas e interações vivenciadas no campeonato de futebol e durante o contato com os trabalhadores e representantes do SINTRACOM/BA.

Entende-se que a decisão de começar a pesquisa pelo sindicato foi acertada, pois, a partir dessa referência e mediante o uso da ferramenta das redes sociais, foi possível acessar trabalhadores que apresentavam inserções e vivências diversas no mundo do trabalho. Essa heterogeneidade dos sujeitos que compuseram a pesquisa enriqueceu a discussão dos dados empíricos acerca das situações de violência relacionada ao trabalho.

Um limite no uso da ferramenta das redes sociais é o fato de que, a despeito de se estruturarem em função da cooperação entre seus membros, também se constituem

lócus de dissenso e competição, visto que o conflito e o poder são aspectos inerentes a qualquer estrutura social. Assim, é possível que não se tenha acessado sujeitos ou mesmo grupos inteiros, situados fora das redes sociais contatadas, os quais, fruto de uma dinâmica de exclusão, estejam inseridos no que Castel (1997) chama de zona de vulnerabilidade, que envolve trabalho precário e fragilidade dos apoios relacionais, ou mesmo na zona de desfiliação, onde se vivencia um duplo processo de desligamento, que representa a ausência de trabalho e o isolamento relacional.

Apesar de concordar com a idéia de que a validade de uma dada estratégia de investigação se estabelece apenas em relação a um problema científico específico (Almeida Filho, 2000), entende-se que as estratégias e procedimentos utilizados no presente estudo podem inspirar a abordagem de outros problemas de pesquisa, dado que muitas das dificuldades enfrentadas são inerentes à área da Saúde do Trabalhador como um todo. Assim, acentua-se a idéia de que os “achados” de um estudo não estão apenas no fim do caminho, mas em todo seu trajeto, conformando um rico e frutuoso material, que deve ser explorado de forma crítica e reflexiva para que diferentes modos de “andar a pesquisa” possam vicejar distintas incursões nos campos científicos.

Como reflexão final, entendemos que não existe processo de enfrentamento de uma violência que não tem visibilidade social. A invisibilidade das diversas modalidades de violências relacionadas ao trabalho, como discute Nobre (2007), aparece como consequência direta do processo de naturalização e banalização de eventos como os acidentes de trabalho. Nesse sentido, mostra-se estritamente necessário conferir visibilidade a esses fenômenos, fazendo com que existam socialmente e, conseqüentemente, possam ser elaboradas políticas públicas que visem a seu enfrentamento e erradicação.

Ressaltamos que a importância do conhecimento produzido a partir das inquietudes e incômodos dos trabalhadores reside na possibilidade de elaborar políticas públicas de combate à violência relacionada ao trabalho, que sejam apropriadas para aquele grupo específico, visto que as pessoas só se implicam em processos com os quais se identificam, nos quais se reconhecem e pelos quais se sentem incluídas. Ademais, entendemos que a presente Tese de Doutorado contribui para o desenvolvimento da área da Saúde do Trabalhador à medida que agrega uma discussão teórico-metodológica, a partir de uma experiência concreta, delineando modos particulares de engajamento com seu objeto de estudo: a relação trabalho-saúde.

Assim, coloca-se como desafio para pesquisadores e trabalhadores atuantes na Saúde do Trabalhador viabilizar alternativas de humanização do trabalho, mediante saberes e práticas desenvolvidos pelos trabalhadores, potencializando lutas pela melhoria das condições de trabalho e defesa da saúde dos trabalhadores. Desse modo, será possível instituir práticas coletivas promotoras de saúde e construir “Locais de Trabalho Saudável” (Dias; Melo, 2003).

Todavia, para que isso ocorra, faz-se mister que se estabeleça um maior diálogo entre a academia, o Estado e o movimento dos trabalhadores, como forma de articular os processos de trabalho em saúde do trabalhador, assumindo que *“saúde é a possibilidade de ter esperança e potencializar esta esperança em ação. Promover a saúde equivale a lutar contra todas as formas históricas de violência do corpo e da alma, geradoras de servidão e heteronomia”* (Sawaia, 1994, p. 157).

Referências Bibliográficas

AGUDELO, S. F. *Violência, Cidadania e Saúde Pública*. In: BARATA R.B. (Org.) *Equidade e Saúde: Contribuições da Epidemiologia*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ABRASCO, 1997, p. 39-62.

ALMEIDA FILHO, N. *A ciência da saúde*. São Paulo: Hucitec, 2000.

ALMEIDA FILHO, N.; CAROSO, C.; ALVES, P.C.; RABELO, M.; CORIN, E.; BIBEAU, G. *Aplicação da Metodologia - Notas do trabalho de campo*, s/d. (Mimeo)

ALMEIDA FILHO, N.; CORIN, E.; BIBEAU, G.; CAROSO, C.; ALVES, P.; RABELO, M.; UCHOA, E. (2000). *Signs, meanings and practices in mental health: part I. Methodological application the Bahia study*, 2000. (Mimeo)

ALMEIDA FILHO, N.; CORIN, E.; BIBEAU, G. *Rethinking transcultural approaches to mental health research: from epistemology to methodology*, 2000. (Mimeo)

ALMEIDA, I.M.; BINDER, M.C.P. Metodologia de análise de acidentes – Investigação de acidentes de trabalho. In: *Combate aos acidentes fatais decorrentes do trabalho*. MTE/SIT/DSST/FUNDACENTRO, 2000. p. 35-51.

ARENDDT, H. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

ASSUNÇÃO, A.A. Uma contribuição ao debate sobre as relações saúde e trabalho. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 4, p. 1005-1018, 2003.

ASSUNÇÃO A.A.; LIMA F.P.A. A contribuição da ergonomia para a identificação, redução e eliminação da nocividade do trabalho. In: MENDES. R. (Org.). *Patologia do trabalho*. São Paulo: Editora Atheneu, 2003, p. 1767-1789.

BACHRACH, A. J. *Introdução à pesquisa psicológica*. São Paulo: EPU, 1974.

BARATA, R.C.B.; RIBEIRO, M.C.S.A.; MORAES, J.C. Acidentes de trabalho referidos por trabalhadores moradores em área urbana no interior do Estado de São Paulo em 1994. *IESUS*, v. 9 n. 3, p.199-210, jul./set. 2000.

BARRETO, M.M.S. *Violência, saúde e trabalho: uma jornada de humilhações*. São Paulo: EDUC, 2003.

BERGER, P. I.; LUCKMANN, T. Os fundamentos do conhecimento na vida cotidiana. Petrópolis: Vozes, 1973. In:_____ *A Construção Social da Realidade*. Petrópolis: Vozes, 1973, p. 35-68.

BIBEAU, G. *Hay una enfermedad en las Américas? Otro camino de la antropologia médica para nuestro tiempo*. VI Congresso de Antropologia en Colombia. Universidad de los Andes, Santa Fé de Bogotá, julio 22-25 de 1992. (Mimeo)

BIBEAU, G. *Apontamentos para uma Antropologia Narrativa*. Palestra proferida no Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1997. (mimeo)

BIBEAU, G.; CORIN, E.E. From Submission to Text to Interpretive Violence. In: _____ (Eds.) *Beyond Textuality. Ascetism and Violence in Anthropological Interpretation*. Approaches to Semiotics Series. Berlin: Mouton de Gruyter, 1995, p. 3-54.

BINDER, M.C.P.; ALMEIDA, I.M. Acidentes do trabalho: acaso ou descaso? In: Mendes, R. (Org.). *Patologia do trabalho*. São Paulo: Editora Ateneu, 2003.

BINDER, M.C.P.; AZEVEDO, N.D.; ALMEIDA, I.M. Análise crítica de investigações de acidentes de trabalho típicos realizados por três empresas metalúrgicas de grande porte do Estado de São Paulo. *Revista Brasileira de saúde Ocupacional*. v. 23, n. 85/86, p.103-118, 1997.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

BOGHOSSIAN, C. O. *Vivências de violência em Vigário Geral: experiência de gerações*. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Escola Nacional de Saúde Pública. Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 1999.

BORGES, A.; DRUCK, M.G. Crise global, terceirização e a exclusão do mundo do trabalho. *Caderno CRH*, n. 19, p. 23-45, 1993.

BORSOI, I.C.F. Acidente de trabalho, morte e fatalismo. *Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, vol. 17, n. 1, p. 17-28, 2005.

BOURDIEU, P. *Contrafogos*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1998.

BOURDIEU, P. Bourdieu e a Sociologia. In: LOYOLA, M. A. *Pierre Bourdieu: entrevistado por Maria Andréa Loyola*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002, p. 63-86.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em 07/01/2008.

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde. Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violência. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 34, n. 4, p. 427-430, 2000.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). *Segurança e saúde do trabalho (SST)*. 2001. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/sit/sst/default.htm>>. Acesso em: 23/09/02.

BRASIL. *Consolidação das Leis do Trabalho - CLT*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

BRASIL. Ministério da Previdência Social, Conselho Nacional de Previdência Social. *Resolução N.º 1.253 de 24 de novembro de 2004*. Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador, 2004.

BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

BRUNER, J. *Realidade mental, mundos possíveis*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

BURCKHART, G.; SCHULTE, P.A.; ROBINSON, C.; SIEBER, W.K.; VOSSENAS, P.; RINGEN, K. Job tasks, potential exposures, and health risks of labourers employed in construction industry. *American Journal of Industrial Medicine*, n. 24, p.413-25, 1993.

CAMPOS, A. S. Violência e Trabalho. In: MENDES, R. (Org.). *Patologia do Trabalho*. Rio de Janeiro: Atheneu, 2003, p.1641-1655.

CAMPOS, A. S. *A violência como objeto para a saúde do trabalhador: agressões contra trabalhadores das unidades básicas de saúde do distrito sanitário norte de Belo Horizonte*. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Faculdade de Medicina. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

CAON, J. L. Serendipidade e situação psicanalítica de pesquisa no contexto da apresentação psicanalítica de pacientes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, vol.10, n.1, p. 105-123, 1997.

CASTEL, R. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à “desfiliação”. *Caderno CRH*, Salvador, n. 26/27, p. 19-40, 1997.

CATTLEDGE, G.H.; HENDRICKS, S.; STANEVICH, R. Fatal occupational falls in the U.S. construction industry, 1980-1989. *Accident Analysis and Prevention*, n. 28, p. 647-654, 1996.

CHAUI, M. Participando do debate sobre mulher e violência. In: Franchetto, B.; Cavalcanti M.L.V.C. e Heiborn, M.L. (Orgs.). *Perspectivas antropológicas da mulher*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985, p. 23-62.

CHAUÍ, M. Ética e violência. *Teoria e Debate*, São Paulo, n. 39, 1998.

COHN, A.; HIRANO, S.; KARSCH, U.S.; SATO, A.K. *Acidentes de trabalho: Uma forma de violência*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT. Conflito agrário e homicídios de trabalhadores rurais no Brasil. IN: SILVA, J.F.; LIMA, R.B.; DAL ROSSO, S. (Orgs.) *Violência e trabalho no Brasil*. Goiânia: Ed. da UFG; Brasília: MNDH, 2001, p. 65-85.

CONCEIÇÃO, P.S.A.; CERQUEIRA, M.R.M.; NASCIMENTO, I.B.O.; OLIVEIRA, P.S. Acidentes de trabalho dentre os atendimentos por causas externas num serviço de emergência em Salvador, Bahia, 1999. *Anais do VI Congresso de Saúde Coletiva*. Salvador, 2000.

CONCEIÇÃO, P.S.A.; NASCIMENTO, I.B.O.; OLIVEIRA, P.S.; CERQUEIRA, M.R.M. Acidentes de trabalho atendidos em serviço de emergência. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 111-117, jan./fev. 2003.

COSTA, J. F. *Violência e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

COSTELA, F.M. *Análise dos acidentes do trabalho e doenças profissionais ocorridos na atividade de construção civil no Rio Grande do Sul em 1996 e 1997*. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil). Faculdade de Engenharia Civil. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

DAL ROSSO, S.; FREITAS, C.E.S. A violência na história brasileira do trabalho. In: SILVA, J.F.; LIMA, R.B. e DAL ROSSO, S. (Orgs.) *Violência e trabalho no Brasil*. Goiânia: Ed. da UFG; Brasília: MNDH, 2001, p. 31-45.

DEJOURS, C. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez-Oboré, 1992.

DEJOURS C. *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

DIAS E.C.; HOEFEL, M.G. O desafio de implementar ações de saúde do trabalhador no SUS: a estratégia da RENAST. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 817-828, 2005.

DIAS, E.C.; MELO, E. M. Políticas Públicas em Saúde e Segurança no Trabalho. In: MENDES, R. (Org.). *Patologia do Trabalho*. Rio de Janeiro: Atheneu, 2003, p.1683-1720.

DIAS, E.C.; OLIVEIRA, R.P.; MACHADO, J.; MINAYO GOMEZ, C.; PEREZ, M.A.G.; HOEFEL, M.G.; SANTANA, V.S. The case study of Brazil, *Relatório de pesquisa*. ABRASCO – GT Saúde do Trabalhador. Apresentado a Employment Conditions and Health Knowledge Network – EMCONET. Commission on Social Determinants of Health, WHO, 2007.

DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS. *Os trabalhadores e a reestruturação produtiva na construção civil brasileira*. São Paulo: DIEESE, 2001.

DRUCK, G.; FRANCO, T. A Alca e as principais implicações para o trabalho e a saúde dos trabalhadores. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 4, p. 875-885, 2003.

FLICK, U. Entrevista episódica. In: BAUER, M.W. e GASKELL, G. (Eds.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 114-136.

FONSECA, M.G.U.; PERES, F.; FIRMO, J.O.A.; UCHOA, E. Percepção de risco: maneiras de pensar e agir no manejo de agrotóxicos. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, vol. 12, n. 1, p. 39-50, 2007.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: histórias da violência nas prisões*. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

GADAMER, H-G. *Philosophical Hermeneutics*. Berkeley: University of California Press, 1977.

GARAY, A.B.S. *Reestruturação produtiva e desafios de qualificação: algumas considerações críticas*. Disponível em: <<http://read.adm.ufrgs.br/read05/artigo/garay.html>> Acesso em 01/06/03.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1989.

GEERTZ, C. *O Saber Local: Novos Ensaios em Antropologia Interpretativa*. Petrópolis: Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

GEERTZ, C. O mundo em pedaços: cultura e política no fim do século. In: _____ *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 191-228.

GIATTI, L.; SANDHI, M.B. Situação do indivíduo no mercado de trabalho e iniquidade em saúde no Brasil. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, vol. 40, n.1, p. 99-106, 2006

GIL, T.F.B. *Impactos da reestruturação produtiva à saúde e à segurança – percepções de petroleiros em São Paulo*. Dissertação de Mestrado, IFCH/UNICAMP, Campinas - SP, 2000.

GOMES, R.S. A produção social do infortúnio: acidentes incapacitantes na construção civil. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Escola Nacional de Saúde Pública. Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2003.

GOOD, B. The narrative representation of illness. In: GOOD, B. *Medicine, rationality, and experience: an anthropological perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997, p. 135-165.

GORZ, A. *Adeus ao proletariado*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

ILO – INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. *Safe Work - Violence at work*, 2000. Disponível em: <<http://www.ilo.org/public/english/protection/safework/violence>>. Acesso em 04 abr. 2006.

IRIART, J.A.B.; OLIVEIRA, R.P.; XAVIER, S.S.; COSTA, A.M.S.; ARAUJO, G.R.; SANTANA, V.S. Representações do trabalho informal e dos riscos à saúde entre trabalhadoras domésticas e trabalhadores da construção civil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, vol. 13, n. 1, p. 165-174, 2008.

JACKSON, S.A.; LOOMIS, D. Fatal occupational injuries in the North Carolina construction industry, 1978-1994. *Applied Occupational & Environment Hygiene*, n. 17, p. 27-33, 2002.

JACOBINA, A.; NOBRE, L.C.C.; CONCEIÇÃO, P.S.A.; Vigilância de acidentes de trabalho graves e com óbito. IN: Bahia, Secretaria Municipal de Saúde do Estado. Superintendência de Vigilância e Proteção da Saúde. Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador. *Manual de normas e procedimentos técnicos para vigilância da saúde do trabalhador/SESAB/SUVISA/CESAT*. Salvador: CESAT/SESAB, 2002.

JEONG, B.Y. Occupational deaths and injuries in the construction industry. *Applied Ergonomics*, n. 29, p. 355-360, 1998.

JOBIM, M. S. S. *Caracterização dos Operários da Construção Civil de Santa Maria, RS*. (Relatório de Pesquisa) Santa Maria: UFSM/SINDUSCON-SM, 1999.

JOVCHELOVITCH, S.;BAUER, M.W. Entrevista narrativa. IN: BAUER, M.W. e GASKELL, G. (Eds.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 90-113.

KELLY-SANTOS, A. ROZEMBERG, B. Estudo de recepção de impressos por trabalhadores da construção civil: um debate das relações entre saúde e trabalho. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, vol. 22, n. 5, p. 975-985, 2006.

LAUTIER, B.; PEREIRA, J.M. Representações Sociais e Construção do Mercado de Trabalho: Empregadas domésticas e operários da construção civil na América Latina. *Caderno CRH*, Salvador, n. 21, p. 125-151, 1994.

LIMA JÚNIOR, J.M. Considerações sobre o gerenciamento de riscos na indústria da construção. In: SALIM, C.A. e CARVALHO, L.F. (Org.) *Saúde e segurança no ambiente de trabalho: contextos e vertentes*. Belo Horizonte: FUNDACENTRO/Universidade Federal São João Del-Rei, 2002. p. 171-176.

LIMA JÚNIOR, J.M. Segurança e Saúde no Trabalho na Indústria da Construção no Brasil. In: LIMA JÚNIOR, J.M.; LÓPEZ-VALCÁRCEL, A.; DIAS, L.A. *Segurança e saúde no trabalho da construção: experiência brasileira e panorama internacional*. Brasília: OIT – Secretaria Internacional do Trabalho, 2005, p. 8-34.

LIMA, J.C. *Metamorfoses do trabalho e na organização dos trabalhadores*. Globalização e crise do trabalho. maio/junho, 2002. IN: <<http://www.fundaj.gov.br/observanordeste/obed002a.html>> Acesso em 15/02/03.

LIMA, M. *Atuação psicológica em serviços públicos de saúde de Salvador: do ponto de vista dos psicólogos*. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva). Instituto de Saúde Coletiva. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

LIMA, M.E.A. O Significado do Trabalho Humano. In: CARVALHO, A.O. *Administração Contemporânea: algumas reflexões*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1988. p. 69-89.

LIPSCOMB, H.J.; DEMENT, J.M.; RODRIGUEZ-ACOSTA, R. Deaths from external causes of injury among construction workers in North Carolina, 1988-1994. *Applied Occupational & Environment Hygiene*, n. 15, p. 569-80, 2000.

LOIOLA, E.; MOURA, E. Análise de redes: uma contribuição aos estudos organizacionais. In: FISCHER T.M. (Org.) *Gestão Contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 53-76.

MACEDO, A.C.; PAIM, J.S.; SILVA L.M.V.; COSTA M.C.N. Violência e desigualdade social: mortalidade por homicídios e condições de vida em Salvador, Brasil. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, vol. 35, n. 6, p. 515-22, 2001.

MACHADO, E.P.; LEVENSTEIN, C. Quando a violência chega ao local de trabalho: criminalidade violenta e vitimização no transporte coletivo. IN: OLIVEIRA, N.; RIBEIRO, L.M.S.; ZANETTI, J.C. (Orgs.) *A outra face da moeda: violência na Bahia*. Salvador: Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Salvador, 2000, p. 44-66.

MACHADO, J.M.H.; MINAYO GOMEZ, C. Acidentes de Trabalho: Uma Expressão da Violência Social. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, vol. 10 (supl. 1), p. 74-87, 1994.

MANGAS, R. M. N. *Acidentes fatais e desproteção social na construção civil no Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Escola Nacional de Saúde Pública. Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2003.

MARTELETO, R.M. Análise de redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, 2001.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política. Volume I: O processo de produção do capital*. São Paulo: Editora Bertrand Brasil, 1987.

MENDES, R. Introdução ao Estudo dos Mecanismos de Patogênese do Trabalho. In: _____ (Org.). *Patologia do Trabalho*. Rio de Janeiro: Atheneu, 2007, p. 93-186.

MENDES, R.; DIAS, E.C. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 25, n. 5, p. 341-349, 1991.

MENDES, R.; WAISSMANN, W. Aspectos Históricos da Patologia do Trabalho. In: Mendes, R. (Org.). *Patologia do Trabalho*. Rio de Janeiro: Atheneu, 2007, p. 3-45.

MINAYO, M.C.S. A violência social sob a perspectiva da Saúde Pública. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.10, supl. 1, p. 07-18, 1994.

MINAYO, M.C.S. Violência, direitos humanos e saúde. In: CANESQUI, A.M. *Ciências Sociais e Saúde*. São Paulo: Editora HUCITEC/ABRASCO, 1997. p. 247-260.

MINAYO, M.C.S. A violência dramatiza causas. In: MINAYO M.C.S. e SOUZA E.R. (Orgs.) *Violência sob o olhar da saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003, p. 23-47.

MINAYO, M.C.S. A difícil e lenta entrada da violência na agenda do setor saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, vol. 20, n. 3, p. 646-647, 2004.

MINAYO, M.C.S. Violência: um problema para a saúde dos brasileiros. IN: BRASIL, Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. *Impacto da violência na saúde dos brasileiros*. Brasília: Ministério da Saúde, 2005, p. 9-33.

MINAYO M.C.S.; SOUZA E.R. É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, n. 4, p.7-32, 1999.

MINAYO GOMEZ, C. Violência no trabalho. IN: BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. *Impacto da violência na saúde dos brasileiros*. Brasília: Ministério da Saúde, 2005, p. 241-271.

MINAYO GOMEZ, C.; LACAZ, F.A.C. Saúde do trabalhador: novas-velhas questões. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, vol. 10, n. 4, p. 797-807, 2005.

MINAYO GOMEZ, C.; THEDIM COSTA, S.M.F. A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, vol. 13 (Supl. 2), p. 21-32, 1997.

MINAYO GOMEZ, C.; THEDIM COSTA, S.M.F. Incorporação das ciências sociais na produção de conhecimentos sobre trabalho e saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 1, p. 125-136, 2003.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – M.T.E. Balanço Anual do CAGED – Ano 2007. Disponível em: http://www.mte.gov.br/caged/2007_12/default.asp. Acesso em 17/1/2008.

MUNIZ, H.P. *Concepções dos operários da construção civil sobre acidente de trabalho*. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1993.

NOBRE, L.C.C. *Trabalho precário e morte por acidente de trabalho: a outra face da violência e a invisibilidade do trabalho*. Tese (Doutorado em Saúde Pública). Instituto de Saúde Coletiva. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

NORONHA, C.V. *Domínios do medo social: violência, crime e pobreza na grande Salvador*. Tese (Doutorado em Saúde Pública). Instituto de Saúde Coletiva. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

NUNES, M.; PAIM, J.S. Um estudo etno-epidemiológico da violência urbana na cidade de Salvador, Bahia, Brasil: os atos de extermínio como objeto de análise. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 459-468, 2005.

ODALIA, N. *O que é violência*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

OFFE, C. *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

OLIVEIRA, G.C. *Trabalho, vitimização e criminalização no cotidiano dos motoboys de Salvador*. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva). Instituto de Saúde Coletiva. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

OLIVEIRA, R.P. “*Todo é arriscado*”: a representação do trabalho entre trabalhadores informais da construção civil. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) Instituto de Saúde Coletiva. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

OLIVEIRA, R.P.; IRIART, J.A.B. A representação dos acidentes de trabalho entre trabalhadores informais da construção civil. In: SANTANA, V.S. *Saúde e segurança na construção civil na Bahia*. Brasília: SESI/DN, 2005, p. 93-111.

OLIVEIRA, R.P.; IRIART, J.A.B. Representações do trabalho entre trabalhadores informais da construção civil. *Psicologia em Estudo*, 2008. (No prelo)

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. *Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde – 10a. Revisão (CID-10)*. São Paulo: Edusp, 2000.

PAGER, D. Medir a discriminação. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, vol. 18, n. 2, p. 65-88, 2006.

PAIM, J. S. Formulação de políticas de saúde: comunicação em vigilância sanitária. In: COSTA, E. A.; RANGEL-S, M. L. (Orgs.) *Comunicação em vigilância sanitária: princípios e diretrizes para uma política*. Salvador: EDUFBA, 2007, p. 41-55.

PAIM, J. S.; ALMEIDA FILHO, N. *A crise da saúde pública e a utopia da saúde coletiva*. Salvador, BA: Casa da Qualidade Editora, 2000.

PERISSINOTTO, R.M. Hannah Arendt, poder e a crítica da “tradição”. *Luanova*, n. 61, p. 115-138, 2004.

RABELO, M.C. Narrando a Doença Mental no Nordeste de Amaralina: relatos como realizações práticas. In: RABELO, M.C.; ALVES, P.C.; SOUZA, I.M. (Eds.) *Experiência de Doença e Narrativa*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1999, p. 75-87.

RIBEIRO, H. P. *A violência oculta do trabalho: as lesões por esforços repetitivos*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

RICCIO-OLIVEIRA, M.A. *A vida sobre duas rodas: acidentes de trabalho como acidentes de trânsito no cotidiano de motoboys*. Monografia (Especialização em Saúde do Trabalhador). Instituto de Saúde Coletiva. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2002.

RICOEUR, P. *Teoria da Interpretação - O discurso e o excesso de significado*. Lisboa: Edições 70, 1976.

RICOEUR, P. O que é um texto? In: _____ *Do texto à ação. Ensaios de Hermenêutica II*. Porto, Portugal: RÉ S Editora, 1989, p. 141-162.

RINGEN, K.; SEEGAL, J.L.; WEEKS, J.L. Construction. In: STELLMAN, J.M. (Ed.) *Enciclopedia de Salud y Seguridad en el Trabajo*. Geneva, International Labour Office, 1998. Disponível em: <<http://www.mtas.es/insht/EncOIT/tomo3.html>>. Acesso em 27/06/03.

RISTUM, M. *O conceito de violência de professoras do ensino fundamental*. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

SALANOVA, M.; GRACIA, F. J.; PEIRÓ, J. M. Significado del Trabajo y Valores Laborales. In: PIERÓ, J. M. e PRIETO, F. (Org.). *Tratado de Psicología del Trabajo - Volume II: Aspectos Psicosociales del Trabajo*. Madrid: Síntesis Psicología, 1996, p. 35-63.

SANTANA, V.S.; OLIVEIRA, R.P. Saúde e trabalho na construção civil em uma área urbana do Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, vol. 20, n. 3. p. 797-811, 2004.

SANTOS, B. S. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, W. G. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SANTOS JÚNIOR, E. A. *Vítimas da violência no trabalho: o retrato da situação dos médicos das unidades de pronto atendimento 24h da prefeitura de Belo Horizonte*. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Faculdade de Medicina. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

SANTOS JÚNIOR, E.A.; DIAS, E.C. Violência no trabalho: uma revisão da literatura. *Revista Brasileira de Medicina do Trabalho*, Belo Horizonte, vol. 2, n. 1, p. 36-54, 2004.

SANTOS, U.P.; WÜNSCH FILHO, V.; CARMO, J.C.; SETTINI, M.M.; URQUIZA, S.D.; HENRIQUES, C.M.P. Sistema de vigilância epidemiológica para acidentes de trabalho: experiência na zona norte do município de São Paulo (Brasil). *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 24, n. 4, p. 286-93, 1990.

SARTI, C. A. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

SATO, L. Prevenção de agravos à saúde do trabalhador: replanejando o trabalho através das negociações cotidianas. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 5, p. 1147-1166, 2002.

SAURIN, T.A.; FORMOSO, C.T. Subsídios para aperfeiçoamento da NR-18. *Qualidade na Construção*, n. 20, p. 36-43, 1999.

SAWAIA, B.B. Dimensão ético-afetiva do adoecer da classe trabalhadora. In: LANE, S.T.M.; SAWAIA, B.B. (Orgs.) *Novas veredas da Psicologia Social*. São Paulo: Educ/Brasiliense, 1994, p. 157-168.

SAWAIA, B.B. *O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão*. In: _____(Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SELIGMANN-SILVA, E. Saúde mental e trabalho. In: TUNDIS, S. A.; COSTA, N. R. (Org.). *Cidadania e loucura - políticas de saúde mental no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1990. p. 217-288.

SELIGMANN-SILVA, E. A interface desemprego prolongado e saúde psicossocial. In: FILHO, J.F.; JARDIM, S. *A danação do trabalho – organização do trabalho e sofrimento psíquico*. Rio de Janeiro: Te Corá Editora, 1997, p. 20-63.

SESI – SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA. *Projeto SESI na construção civil: operação de serviços em canteiros de obras no Distrito Federal*. Brasília: SESI/DN, 1991.

SESI – SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA. *Projeto SESI na Indústria da Construção: diagnóstico da Mão-de-Obra do Setor da Construção Civil*, Brasília: SESI/DN, 1998.

SILVA, R.C.; NASCIMENTO, L.M.B.; BARBOSA, A.M.G.; SANTANA, V.S. Os riscos e a segurança na construção civil. In: SANTANA, V.S. *Saúde e segurança na construção civil na Bahia*. Brasília: SESI/DN, 2005, p. 17-37.

SORJ, B. {PRIVATE}Sociologia e trabalho: mutações, encontros e desencontros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 25-34, 2000.

SOROCK, G.S.; SMITH, E.O.; GOLDOFT, M.. Fatal occupational injuries in New Jersey construction industry 1983 to 1989. *Journal of Occupational Medicine*, n. 35, p. 916-21, 1993.

UCHÔA, E.; VIDAL J. M. Antropologia médica: elementos conceituais e metodológicos para uma abordagem da saúde e da doença. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, vol.10, n.4, p. 497-504, 1994.

WARSHAW, L. J. Violence in the workplace. In: STELLMAN, J.M. (Ed.) *Enciclopedia de Salud y Seguridad en el Trabajo*. Geneva, International Labour Office, 1998. Disponível em: <<http://www.mtas.es>>. Acesso em 27/06/03.

WEBER, M. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília, DF: UNB, 1999.

WIEVIORKA, M. O novo paradigma da violência. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 5-41, 1997.

WIEVIORKA, M. Violência hoje. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, vol. 11(supl.), p. 1147-1153, 2007.

WÜNSCH FILHO, V. Perfil epidemiológico dos trabalhadores. *Revista Brasileira de Medicina do Trabalho*, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 103-117, 2004.

XAVIER, S.S. “É como se a gente estivesse em casa”: representações e práticas acerca do trabalho e do risco à saúde no serviço doméstico remunerado. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva). Instituto de Saúde Coletiva. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

ZALUAR, A. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

Anexo I

Roteiro de Entrevista

Como eu já disse a você, nós vamos conversar um pouco sobre seu trabalho e eu vou estar sempre pedindo que você me conte histórias, situações de vida que aconteceram com você no trabalho (que você viveu no trabalho).

História Laboral

1. Para começar, eu gostaria que você falasse sobre todos os trabalhos que você já fez, desde o primeiro até o atual.

Estar atento para:

- Com que idade começou a trabalhar.
Lembrete: procurar compreender como a pessoa interpretou o conceito de trabalho.
- Por que começou a trabalhar com essa idade.
- Que atividades realizava.
- Por que começou a trabalhar nessa atividade.
L: investigar possíveis fatores envolvidos na escolha de cada atividade.
- Se gostava do trabalho.
- Se alguma coisa causava incômodo.
- Como era a relação com os chefes/patrões.
- Por que você saiu do trabalho.
- Se tinha carteira assinada.

Trabalho na construção civil

2. Agora, eu gostaria que você falasse mais sobre o seu trabalho na construção civil.
- Conte como foi o seu último dia de trabalho.
L: investigar: se esse foi um dia típico; como é seu trabalho; que atividades desenvolve; o que faz.
L: atentar para - divisão do trabalho, ritmo, contrato, jornada de trabalho, rotatividade, gestão de segurança e saúde.
 - Como é para você trabalhar na construção civil?
L: investigar aspectos positivos e negativos.
 - Como são suas condições de trabalho?
L: pedir para descrever situações concretas e comparar com trabalhos anteriores.

- Você tem alguma dificuldade para trabalhar na construção civil?
L: pedir para contar situações concretas.
- Você faz alguma coisa para facilitar seu trabalho?
- Você se sente bem no seu ambiente de trabalho?
L: investigar o que faz com que se sinta bem ou não - pedir para contar uma situação concreta.
- Como é sua relação com os colegas de trabalho?
L: pedir para contar situações concretas.
- Como é sua relação com o chefe (e/ou patrão)? Como ele se refere a você e seus colegas?
L: investigar se seu trabalho é valorizado ou não e se é criticado ou recebe elogios.
L: pedir para contar situações concretas.
- Como é o jeito dele de dar ordens? Conte uma situação.
- Você acha que eles são competentes no trabalho que fazem? Conte uma situação.
- Como você se sente como(pedreiro/carpinteiro/servente)?
- Como você organiza (realiza) seu trabalho? Você tem liberdade para fazer o trabalho do jeito que acha melhor? Conte uma situação.
L: investigar quem organiza e como está organizado o trabalho.
- Você é criativo no seu trabalho? Conte uma situação.
- Alguma coisa lhe causa incômodo/vergonha? Conte uma situação.
- Você está satisfeito em trabalhar na construção civil? Por quê?
- Você tem orgulho de trabalhar como(pedreiro/carpinteiro/servente)?
- Você gostaria que seu filho seguisse a sua profissão? Por quê?
- Você gostaria de trocar de profissão? Para qual? Por quê?
L: investigar a questão da escolaridade.
- Você se sente discriminado? Como(pedreiro/carpinteiro/servente)?
L: investigar discriminação por: cor da pele, contrato de trabalho (informal), tipo de atividade que desenvolve.
L: pedir para contar situações concretas.
- Você acha que sua profissão é discriminada?
- Você acha que tem alguma profissão que “suja a carteira”? Qual? Por quê?

- Você acha que recebe (tem acesso a) todos direitos de um trabalhador?
L: investigar quais os direitos de um trabalhador.
- Você acha que cumpre todos os deveres de um trabalhador?
L: investigar quais os deveres de um trabalhador.
- Você já trabalhou fichado (na diária/de empreitada)? Conte como aconteceu.
L: investigar os três tipos de contrato de trabalho.
L: atentar para os pontos positivos e negativos de cada tipo de contrato.
- Você já trabalhou para uma "gata" (sub-empregadora ou pessoa que intermedia a contratação)? Conte como aconteceu.
L: atentar para os pontos positivos e negativos.

Trabalho e violência

- O que é seu trabalho para você? Que importância tem o trabalho para você?
L: investigar os valores associados ao trabalho que conferem status a quem o desempenha.
- O que é violência para você? Conte situações de violência que aconteceram com você. Conte situações de violência que você viu acontecer (ou ouviu falar).
- E no seu trabalho na construção civil, já aconteceu alguma situação de violência? Conte situações de violência que aconteceram com você. Conte situações de violência que você viu acontecer (ou ouviu falar).

Trabalho e saúde

- Como é sua saúde?
- Seu trabalho traz algum prazer/alegria para você? Conte situações em que você sentiu prazer/alegria.
- Seu trabalho traz algum sofrimento para você? Conte situações em que você teve esse sentimento.
- Você tem algum problema de saúde? Alguma dor que lhe incomode?
- Você tem problema de nervoso? Você, às vezes, sente-se triste ou sem energia?
- Algum desses problemas tem relação com seu trabalho?
- Como é seu trabalho em relação à saúde?
- Seu trabalho traz algum risco para sua saúde? Conte situações de vida (que você viveu).

- Você já ficou doente ou com alguma dor por causa do seu trabalho? Conte para mim como foi.
- Você corre risco de se acidentar no seu trabalho? Conte situações de vida (que você viveu).
- O que você faz para se proteger desse risco?
- Você já sofreu algum tipo de acidente de trabalho? Conte para mim como foi.
- O seu chefe/patrão deu socorro para você?
- Você ficou afastado do trabalho? Conte para mim como foi.
L: investigar como o trabalhador se sentiu.
- Qual foi a causa do acidente?
- Você acha que o acidente poderia ter sido evitado? Como?

Participação em organizações sindicais (formas de resistência)

- Onde você acha apoio nos momentos de dificuldade?
- Você participa de alguma organização sindical ligada ao seu trabalho? Conte como você chegou ao sindicato e como é sua participação.
- O que é que o sindicato dos trabalhadores da construção civil faz?

Características sócio-demográficas

- O que você faz quando não está trabalhando (para se divertir)?
L: investigar o consumo de álcool, buscando relacionar com o trabalho.
- | | |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> – idade – onde nasceu – estado civil – ocupação da cōnjuge – ocupação dos pais – n.º de filhos – idade dos filhos | <ul style="list-style-type: none"> – ocupação dos filhos – n.º de pessoas na casa – escolaridade – cor da pele – religião – renda mensal – endereço/telefone |
|---|---|

Anexo II



Universidade Federal da Bahia
Instituto de Saúde Coletiva
Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva

Rua Augusto Viana, s/n, Canela - 40.110-060 Salvador-Bahia ■ E-mail: ppgsc@ufba.br - ☎(071) 3263-7412.

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

PROJETO DE PESQUISA: Violência relacionada ao trabalho: signos, significados e práticas entre trabalhadores da construção civil.

A presente pesquisa procura investigar a visão dos trabalhadores da construção civil sobre violência relacionada ao trabalho, pois esse é um tema importante e, sobre o qual, pouco se conhece. Você é convidado a participar do estudo, porque faz parte desse grupo de trabalhadores. O estudo envolve a realização de uma entrevista sobre alguns aspectos da sua vida no trabalho.

Eu garanto que toda informação que você der permanecerá estritamente confidencial, isto é, não vai ser divulgada para outras pessoas como tendo sido dadas por você. O seu nome não aparecerá em nenhuma parte do relatório ou publicação desta pesquisa.

Garanto que você não sofrerá nenhum desconforto durante a sua participação neste estudo. Embora você não tenha nenhum benefício direto com o estudo, os resultados vão ajudar a compreender melhor como os trabalhadores da construção civil se relacionam com o seu trabalho e com as pessoas com quem trabalham. Isso possibilitará a produção de conhecimentos para a formulação de políticas de combate à violência e promoção da cidadania dos trabalhadores da construção civil.

Será garantido a você o devido esclarecimento sobre a pesquisa antes do seu início e durante sua execução, sendo seu direito se recusar a participar ou desistir em qualquer momento da pesquisa. Se acontecer algum problema, você poderá se comunicar com o responsável pelo projeto, Sr. Roberval Passos de Oliveira, no Instituto de Saúde Coletiva - ISC/UFBA, Rua Basílio da Gama S/N CEP - 40110-040 Campus do Canela, Salvador, Bahia, Brasil, telefone (0XX71) 8823-3445.

Espero contar com a sua disponibilidade e que você se sinta bastante à vontade para conversar comigo.

Assinatura do entrevistado

Rubrica da testemunha

Data